

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 1ª a 7 de julho de 1960

Nº 70

Redator-Chefe — Oriando Bomfim Jr.

Diretor — Mário Alves

Gerente — Gullberg Cavalcanti

Trabalhadores Estão Com Lott e Jango Contra o Continuismo



«Hanna»: um assalto imperialista

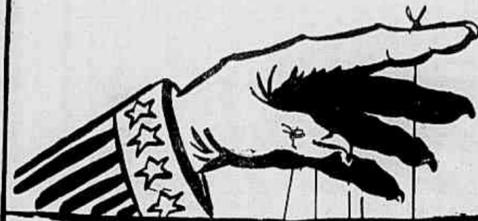
O projeto apresentado ao Governo brasileiro pelo «Hanna» — elaborado por um grupo de entreguistas, com Lucas Lopes e Roberto Campos à frente — levaria, se aprovado, à criação de um monopólio estrangeiro imperialista do nosso minério de ferro. Através da virtual ocupação das linhas da Central do Brasil, de um pórtico oceânico exclusivo, de tratamento cambial favorecido e da exploração predatória do mais rico minério de ferro do mundo (a hematita), com o abandono das reservas de Itabirito, a «Hanna» passaria a ser um colossais império em nosso país, levando à liquidação da Companhia Vale do Rio Doce e sacrificando profundamente os interesses nacionais. (Reportagem na 1ª pág. do 2º caderno).

Art. 58 da lei eleitoral viola a Constituição

LEMBRANDO que o povo brasileiro está sendo chamado às urnas para, a 3 de outubro, eleger os seus dirigentes, o jurista Sival Palmeira considera que o momento é oportuno para o debate em torno do artigo 58 da lei eleitoral, que cria casos de inelegibilidade não previstos — como acentua em seu artigo — na Carta Magna do país. O dr. Sival Palmeira caracteriza claramente como inconstitucional o artigo 58, em virtude do qual uma considerável parte do povo fica privada do direito de eleger os representantes de sua preferência, impossibilitados de concorrer ao pleito em virtude dos dispositivos antidemocráticos do referido artigo. (Lei na 3ª página do primeiro caderno).

Prestes na terra dos pampas

DURANTE uma semana prestes esteve em visita a quatro cidades do Rio Grande do Sul, onde cumpriu intenso programa. Sendo como finalidade principal a intensificação da campanha da chapa nacionalista que concorrerá ao pleito de 3 de outubro, o líder comunista brasileiro visitou Bagé, Livramento, Uruguaiana — cidades onde estivera pela última vez em 1946 — e Porto Alegre. Recebido entusiasmadamente por seus conterrâneos, Prestes concedeu inúmeras entrevistas, avistouse com prefeitos, parlamentares, magistrados e outras autoridades, e realizou três grandes comícios. O que houve na excursão, no terreno político-eleitoral, é contado na 16ª página do 2º caderno, em reportagem de Luiz Fernando, nosso enviado especial.



A SEMANA passada em São Paulo esta semana no Rio, os trabalhadores dos dois principais centros do país tomaram clara, em grandiosas manifestações públicas, que estão decididos a levar à vitória a chapa nacionalista Lott-Jango e a rechaçar as manobras continuistas. Os atos do Rio e de São Paulo revestem uma enorme importância: mostram que a classe operária não admite que a Constituição seja violada para impedir o triunfo dos candidatos que têm o apoio dos trabalhadores. (Reportagem na 3ª e 8ª págs. do 1º caderno).

Lott e Jango sabotados na Guanabara

MUITOS fatos concretos confirmam, no Estado da Guanabara, as manobras continuistas. A propaganda da candidatura Lott-Jango encontra uma série de obstáculos opostos pelas agências do PSD e do PTB. O Comitê Incompetente, por exemplo, não funciona. Nem sequer cartazes foram afixados e procurados. E também o governador Sete Câmara desempenha o seu papel de amigo da onça. A propósito, divulgamos, na 4ª página do 1º caderno, um artigo do dirigente comunista Orestes Timbauvi Rodrigues.

Legalidade Para o PCB: Uma Exigência Democrática

Reportagem na 4ª pág. do 1º caderno

Maré Enchente

ORLANDO BOMFIM JR.

AS MACIAS manifestações dos dirigentes sindicais, em São Paulo e no Rio, de apoio à candidatura Lott-Jango sugerem considerações de diversa natureza.

ANTES de mais nada, destaque-se o que significam esses pronunciamentos para a campanha eleitoral. As forças mais expressivas do movimento operário tomam posição ao lado dos candidatos nacionalistas. E não se trata apenas de apoio de simples eleitores, que em conjunto tornassem pública sua decisão de votar em determinados candidatos. Mas são dirigentes operários, são líderes que se manifestam. Autênticos e combativos cabos eleitorais, digamos assim, e de novo tipo, porque não se movem a trôco de favores pessoais, mas empunham bandeiras de lutas reivindicatórias. E que lutas são essas?

A PRECISAMENTE outro aspecto importante das manifestações. Os dirigentes sindicais não realizaram vazios atos eleitorais, com muitas palavras e nenhum conteúdo. Ao contrário, souberam colocar o prelo no branco. Não apóiam apenas por apoiar. Mas na base de compromissos em torno de programas concretos. E vimos, na manifestação dos trabalhadores cariocas, um fato inédito. Os candidatos assinaram, conjuntamente com os dirigentes sindicais, a mensagem dirigida à nação, na qual se comprometem a realizar o programa mínimo apresentado. E esse programa não indica apenas solução para problemas de interesse peculiar e imediato dos trabalhadores, mas abrange, igualmente, os problemas essenciais de todo o nosso povo.

OS OPERÁRIOS revelam, assim, o grau de consciência política que já atingiram. Não se amarram a exclusivismos, porque sabem enquadrar as questões de sua própria classe dentro da perspectiva do desenvolvimento do conjunto da sociedade brasileira. Lutam exatamente para que esse desenvolvimento percorra o caminho que, levando à solução dos problemas im-

ediatos, assegure também em benefício do proletariado a solução dos problemas gerais da nação. E tal caminho, na presente campanha eleitoral, é o da eleição da chapa nacionalista, com a derrota dos que pretendem, com a subida de Jânio Quadros e sua camarilha ao poder, entregar inteiramente as rédeas do governo aos agentes do principal inimigo de nosso povo, o imperialismo norte-americano.

NO RIO e em São Paulo estão as duas maiores concentrações operárias do país. E numerosos têm sido, em diversos outros Estados, os pronunciamentos dos trabalhadores em apoio a Lott e Jango. Por isso mesmo, as manifestações dos dirigentes sindicais paulistas e cariocas possuem o sentido mais amplo de uma efetiva tomada de posição do movimento operário brasileiro na campanha eleitoral. E essa definição dos trabalhadores significa, ao mesmo tempo, uma definição das duas candidaturas. Mostrando de que lado estão os operários, mostra de que lado estão os interesses nacionais. Mostrando quais os candidatos que merecem o apoio dos operários, mostra os candidatos que merecem o apoio de todo o povo. E a importância particular revela a decisão dos líderes sindicais paulistas. Eles estão na chamada cidadela janista e sabem por experiência própria (muitas vezes através da repressão policial mais criminosas) quem é o amigo de Rockefeller. E foram 48) dirigentes sindicais (8 presidentes de federações, 96 presidentes de sindicatos e o restante, diretores de federações, sindicatos e associações profissionais) que assinaram o Manifesto de apoio a Lott e Jango.

POR outro lado, em ambas as manifestações os continuistas foram devidamente advertidos. E a advertência deve, sem dúvida, ajudá-los a compreender que, ao contrário do que talvez pensem, estão remando contra a maré. E contra maré enchente...

CONGRESSO (EM AGOSTO) UNIFICARÁ LUTA DOS MARITIMOS

Homens do Mar Vão Discutir Com o pé na Terra

Mais de cem mil trabalhadores em transportes marítimos, fluviais e lacustres de todo o país, continuam empenhados na preparação do seu II Congresso Sindical Nacional, que se realizará de 4 a 7 de agosto próximo, no Estado da Guanabara. A secretaria do conclave, funcionando na sede da Federação Nacional dos Marítimos, mantém-se em comunicação permanente com todas as entidades sindicais, que já estão promovendo assembleias para discussão dos itens do temário e eleição dos seus delegados ao Congresso.

Dentro das recomendações divulgadas pela Comissão Organizadora, já manifestaram sua adesão ao Congresso, elegendo os seus respectivos delegados, os Sindicatos dos Comissários em Transportes Fluviais, dos Motoristas e condutores em Transportes Fluviais e dos Taifeiros, todos do Pará. No Estado da Guanabara, prosseguem também com entusiasmo os trabalhos de preparação do conclave que já conta, entre outras, com a adesão dos Sindicatos dos Marinheiros e Contra-mestres, Mestres de Pequena Cabotagem, Comissários, Foguistas e Taifeiros e Culinários.

Temário

O líder sindical Sebastião Jaccoud, secretário da Comissão Organizadora do II Congresso dos Marítimos, declarou a reportagem que o temário do conclave sofreu algumas alterações, ficando estabelecido que as discussões serão feitas na base dos seguintes pontos: 1) Assuntos Nacionais e Constitucionais: a — Liberdade e autonomia sindical, revogação do Decreto 9.070; b — Defesa da Marinha Mercante; c — Voto à bordo; 2) Previdência Social; 3) Assuntos Nacionais da Marinha Mercante: a — Criação do Departamento Autônomo da Marinha Mercante; b — Ampliação do ensino técnico profissional da Marinha Mercante e classes anexas; c — Fundo da Marinha Mercante e Partuário; d — Estatuto do Pessoal da Marinha Mercante; e — Construção naval; f — Criação de lotação; 4) Assuntos Regionais da Marinha Mercante: a — Atualiza-

ção do rol de equipagem e concentração de tripulantes; b — Padronização Regional dos salários; c — Regime alimentar à bordo.

Os resultados das discussões que se fizerem em torno dessas questões — declarou Sebastião Jaccoud — constituirão a plataforma com a qual os marítimos se apresentarão no III Congresso Sindical Nacional, convocada para 11 de agosto próximo.

Padronização dos salários

O II Congresso Nacional dos Marítimos reunirá representantes de 48 sindicatos e de 4 federações, que congregam todos os trabalhadores em navegação marítima, fluvial e lacustre do país. O seu grande objetivo, ao reunir-se 14 anos depois do I Congresso, é formular a carta geral de reivindicações da categoria. Nessa carta de reivindicações deverá salientar-se a questão referente à padronização regional dos salários, a exemplo do que já foi conseguido no Estado da Guanabara, Santos, Macau e Arica Brancas, onde os salários dos trabalhadores das empresas particulares são equiparados aos do Loide Brasileiro. Debates já promovidos em torno desse assunto, levaram inúmeros líderes marítimos a concluir que a equiparação dos

salários dos trabalhadores da Região Amazônica deverá se fazer tendo como base a tabela de salários paga pelo SNAAPP (Serviço de Navegação Amazônica e do Pôrto Pará). Nos demais Estados, inclusive Bahia, também a padronização salarial deverá ser feita em conformidade com os vencimentos recebidos pelos trabalhadores das empresas antárquicas.

A criação do Estatuto do Pessoal da Marinha Mercante, que vem sendo reclamado como um instrumento capaz de solucionar inúmeras controvérsias que ocorrem freqüentemente na qualificação e no aproveitamento dos trabalhadores, deverá também ser objeto de estudo. Ligado a esse problema exigem os marítimos a criação do Departamento Autônomo da Marinha Mercante, para o qual deverão convergir todos os assuntos relacionados com as reivindicações dos trabalhadores em navegação marítima, fluvial e lacustre. A criação desse Departamento, na opinião dos líderes marítimos, facilitará a solução de inúmeros problemas dos trabalhadores, problemas esses que, atualmente, arrastam-se pelas gavetas, ora do Ministério da Fazenda, ora do Ministério da Viação ou do Trabalho, ou da própria Comissão de Marinha Mercante.



Telefonistas Têm Nova Sede

O Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Telefônicas do Estado da Guanabara inaugurou a sua sede própria localizada na rua Moraes e Silva, 94, na Tijuca. As festividades da inau-

guração realizaram-se no sábado último, e contaram com a participação de inúmeras autoridades e de dirigentes sindicais cariocas. A nova sede, dotada de melhores acomodações, marca uma nova etapa na vida da grande

corporação, que atualmente encontra-se em luta por melhores salários, ao lado de todos os trabalhadores do Grupo Light. Na foto, um aspecto das solenidades.

Relações Internacionais do Movimento Sindical do Brasil

ROBERTO MORENA

As declarações do grupo restrito de dirigentes da CNTI, CNTT e CNTC, aparecidas em 1 e 26 de maio p.p., como delegados das Confederações brasileiras filiadas à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres e à Organização Regional Interamericana de Trabalhadores, puseram em evidência uma importante questão para o movimento sindical de nosso país: suas relações com os de outros países e as organizações sindicais internacionais.

Convém esclarecer alguns pontos dessa questão. O artigo 365 da CLT, na redação do decreto-lei 5.552 de 1 de maio de 1943, proibia que as entidades sindicais reconhecidas fizessem parte de organizações internacionais. Depois, de acordo com a nova redação dada pelo decreto-lei 9.502, de 23 de julho de 1946, as entidades sindicais para «filiar-se ou manter relações com organizações internacionais» deviam obter «prévia licença do Congresso Nacional». O Parlamento modificou estas disposições. Pelo decreto nº 41.081 de 2 de março de 1957, ficou estabelecido que

a licença prévia não seria mais solicitada (em cada caso) ao Congresso Nacional, mas ao Presidente da República, que no caso afirmativo expediria um decreto.

A CNTI solicitou ao Congresso Nacional sua adesão à CIOISL, através uma Mensagem do Poder Executivo, em 1952. Nessa mensagem havia ataques e injúrias à FSM e exaltação à CIOISL. Depois de muitos debates e pressão do Poder Executivo, principalmente liderado pelo deputado Armando Falcão, atual ministro da Justiça, foi dada a licença prévia. Mas essa «prévia licença» constituiu uma afronta e um engano ao Congresso Nacional, como provei da tribuna da Câmara dos Deputados: um folheto oficial da CIOISL de nº 1, noticiava que em novembro de 1949 (três anos antes), no Congresso constitutivo da CIOISL (depois da cisão que os agentes imperialistas fizeram na FSM), a CNTI, a CNTC, a CNTT, a FN dos Trabalhadores em T. Marítimos, F. em Empresas em Carris Urbanos, FN dos Empregados em Turismo e Hospitalidade e FN dos Rodoviários, se consi-

deravam «filiados à CIOISL», representando o total de 3.575.000 de aderentes. Ai começou o engano, a violação da vontade dos trabalhadores organizados de nossa pátria. Jamais essa filiação foi submetida à discussão e à aprovação do movimento sindical e, nem mesmo do seus Conselhos de Representantes. É, pois, uma filiação compulsória, obrigatória, sem o reconhecimento tácito dos trabalhadores do Brasil.

O que reclamamos, em nome da liberdade e autonomia sindical, é o direito de livre e voluntária filiação e relações internacionais de acordo com as aspirações dos trabalhadores. Este é um assunto que está sendo debatido agora pelos trabalhadores e suas organizações sindicais. Com as notas de 1 e 26 de maio passado das 3 Confederações é que o caso veio à luz do sol. Aié, então, estava encoberto para a grande massa trabalhadora. Só alguns sabiam e nossas denúncias não tiveram muito eco.

A primeira manifestação mais ostensiva dos representantes da CIOISL-ORIT no Brasil, com a presença dos seus máximos dirigentes, Oldenbroek e Sanchez Madariaga, secretários principais dessas organizações internacionais, foi de levantar os propósitos divisionistas e discriminatórios: «evitar que os inimigos da democracia possam infiltrar-se em nosso movimento sindical e utilizá-lo para seus próprios e sinistros propósitos políticos e de outras índoles.» (1-5-60) Apertados e encostados à parede pelos protestos providos de todos os lados, modificaram essa introdução, retirando esses conceitos divisionistas. (26-5-60). Esta foi a primeira derrota e um recuo táctico, para amainar a crítica. Mas em ambos os documentos exaltam e glorificam a CIOISL-ORIT, «como representantes legítimos dos trabalhadores sindicalizados do mundo», o que constitui uma grande mentira e uma afronta à milhões de trabalhadores dos países socialistas, dos que não são filiados a nenhuma organização internacional e que nos países que dizem representar (como o nosso) são contrários à sua orientação e ação. Esquecem-se ou fingem ignorar que existe a Federação Sindical Mundial, criada no Congresso Sindical Mundial de 28 de setembro a 8 de outubro de 1945, da qual participaram os atuais componentes da CIOISL, até que tentaram levá-la para as águas dos imperialistas e depois dividi-la.

O Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores a realizar-se no dia 11 de agosto vindouro, incluiu essa questão no seu temário. Temos certeza de que os seus participantes reclamarão e aprovarão, em primeiro lugar, o direito de livre escolha pelos sindicatos, de suas relações e de sua filiação a organismos internacionais. Só assim é que poderemos saber o que se passa nestes organismos e o que decidem, bem como, ter a certeza de que o pensamento dos trabalhadores do Brasil seja ampla e claramente expresso nesses conclaves, porque os delegados não serão nomeados por decreto, mas sim pela vontade livre e soberana dos mesmos trabalhadores.

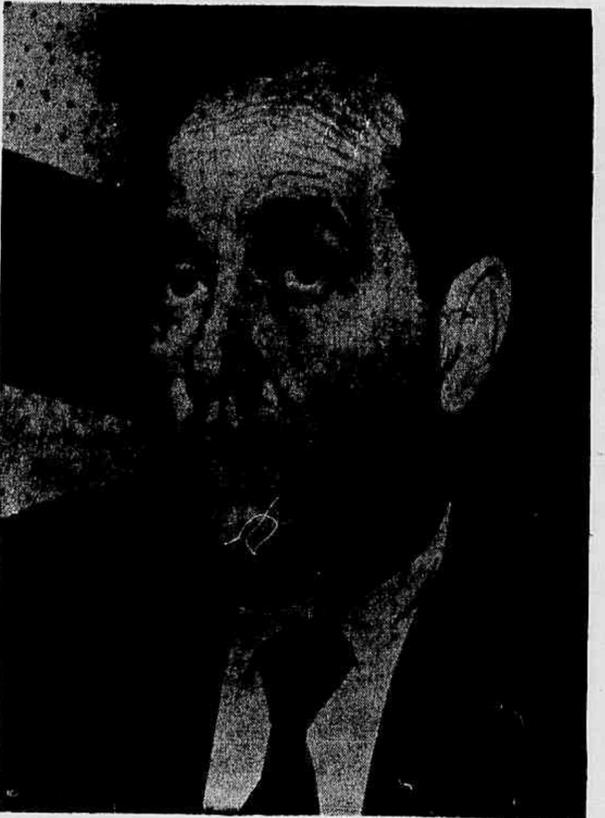
Golpe dos senadores contra aposentadoria

O Senado enviou à Câmara dos Deputados, inteiramente desfigurado, o Projeto de Lei da Previdência Social. A Comissão de Estudos, eleita na I Conferência Sindical Nacional, que vem acompanhando atentamente a tramitação do Projeto, examinou as alterações feitas pelos senadores, e concluiu pela necessidade de se iniciar a luta pela rejeição de 19 e pela aprovação de 9 das emendas apresentadas.

Um memorial contendo o pensamento dos trabalhadores acerca das referidas emendas foi levado à Câmara dos Deputados, na última segunda-feira, por uma comissão de dirigentes sindicais cariocas.

Dentre as emendas aprovadas no Senado e repudiadas pelos trabalhadores encontram-se a de número 21, ao artigo 25, alterando para 2/3 do salário o valor da responsabilidade do empregador nos primeiros 15 dias de afastamento do serviço pelo empregado, quando o projeto original prevê o pagamento integral do respectivo salário naquele prazo. Emenda 29 ao artigo 32 e parágrafos, alterando para 60 anos de idade a aposentadoria integral que o projeto estabelece para o contribuinte aos 55 anos de idade e aos 35 de serviço. Emenda 30 ao artigo 33, reduzindo à metade o valor do benefício-maternidade, que hoje é pago na base do salário mínimo regional, no caso de ser prestada assistência médica à gestante. Emenda 31 ao artigo 35, eliminando a assistência financeira que os Institutos vem prestando aos segurados, através de empréstimos simples e financiamentos para aquisição de casa própria. Emendas 134 e 135 aos artigos 201 e 202, extinguindo o monopólio pelos IAPs do seguro contra riscos de acidentes de trabalho e o consequente aproveitamento dos empregados das atuais carteiras nos quadros do pessoal dos IAPs.

Dentre as emendas apresentadas no Senado, que os trabalhadores decidiram apoiar e lutar pela sua aprovação na Câmara encontram-se as seguintes: a número 50, suprimindo o artigo 52 que transfere para a atual Fundação da Casa Popular toda a assistência habitacional, que vem sendo prestada pelos IAPs; a de número 51, que altera o artigo 71, alíneas e parágrafos, fixando em 8% a contribuição máxima para os Institutos.



Gayo convocou o Congresso

Thaumaturgo da Silva Gayo, presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, é um dos signatários do manifesto de convocação do II Congresso Nacional dos Marítimos.

Defende Teu Direito

C. A. S. (Rio de Janeiro)

O consultante é motorista de táxi. Paga ao dono do veículo Cr\$ 6,00 por quilômetro rodado, e trabalha de 8 às 20 horas. Jamais recebeu férias e repouso semanal remunerado (as contas são feitas diariamente). Por igual, não tem anotada a sua carteira profissional, porque o dono do carro alega não ser o consultante seu empregado.

A questão não é nova e os Tribunais do Trabalho não têm tido, com respeito à questão, uma uniformidade de entendimento. Ora entendem que, em tais casos, há um autêntico contrato de trabalho, disciplinado pela Consolidação das Leis do Trabalho, com todas as vantagens daí decorrentes, ora entendem que não há contrato de trabalho, mas locação de coisa móvel, regulado pelos arts. 1.188 e seguintes do Código Civil. Quem assim focaliza o problema, argumenta que a prestação de serviço é feita sem qualquer vestígio de subordinação (que caracteriza, em última análise, o contrato de trabalho), não havendo, ainda, pagamento de salários.

Entendemos nós, com o devido respeito pelas opiniões em contrário, que existe, entre as partes, um autêntico contrato de trabalho. Há um determinado tipo de subordinação, condicionado, está visto, às peculiaridades da prestação de serviços. E é sabido que, nos contratos de trabalho, o fator subordinação, não se expressa sempre e necessariamente com a mesma intensidade. Um servente de pedreiro, um trabalhador a domicílio, um vendedor viajante e um profissional liberal, por exemplo, quando empregados, observam a graduação hierárquica que caracteriza o contrato de trabalho, que é expressa, contudo, de maneira desigual.

Quanto às dúvidas atinentes ao salário, deixemos falar o Ministro Oscar Saraiva:

«Mas, d.v., a forma de pagamento representa uma inversão, exatamente para disfarçar a verdadeira relação existente, já garantida o lucro da exploração do negócio, sendo os recorridos (no caso, empregadores), proprietários de vários táxis. Ademais, o Decreto 38.740 de 30-1-1956, que alterou dispositivo do Decreto 31.181 de 25-7-1952, já regulamentou definitivamente a questão. De acordo com o Decreto referido, os táxis podem operar no regime de condutores autônomos ou de empresas organizadas. São considerados empregados, para todos os efeitos legais, porém, «os proprietários de mais de um táxi. Segundo o parágrafo 3º, do art. 8º (dispositivo alterado pelo Decreto 38.740, acima citado), os proprietários de mais de um táxi deverão, obrigatoriamente, constituir empresa devidamente legalizada, na forma das leis vigentes. E, de acordo com o parágrafo 1º «Consideram-se autônomos os motoristas profissionais proprietários de um táxi, podendo matricular mais de um táxi no mesmo, ou como arrendatário, na forma desta lei».

A limitação de espaço impede que nos estendamos em outras considerações sobre a questão. Oportunamente, entretanto, voltaremos ao assunto.

Nota Sindical

A Fiscalização Ministerial

A corrupção de fiscais do Ministério do Trabalho é um fato que continua desafiando, já não dizemos aos ministros, que não tomam providências porque não querem, mas aos dirigentes sindicais, que não sabem mais para quem apelar, a fim de fazer cumprir a Legislação Trabalhista, pelo menos em seus aspectos mais elementares, entre os quais se encontram a legalização do trabalhador como empregado, com a sua Carteira Profissional devidamente assinada e a sua associação aos institutos de previdência regulamentada. Essas são condições indispensáveis para que o assalariado possa gozar os mínimos direitos que lhes são assegurados por lei. Mas inúmeros empregadores negam-se até mesmo a atender a essas duas questões básicas. A imprensa denuncia diariamente fatos dessa natureza. As denúncias crescem e com elas o silêncio dos órgãos responsáveis pela fiscalização. As autoridades se omitem, enquanto milhares de trabalhadores continuam destituídos dos seus direitos, servindo apenas como instrumento para a formação de grandes fortunas, à sombra das quais vive a maioria dos fiscais do Ministério do Trabalho, tanto no Estado da Guanabara como nos demais Estados.

Mas há omissão da fiscalização que se reveste de um aspecto mais criminoso e desagraçadamente irreparável, a falta de repressão ao trabalho ilegal nas fábricas onde se opera em condições de alta periculosidade. É a justiça nessas empresas onde maior número existe de operários funcionando ilegalmente, sem as suas carteiras assinadas, sujeitos, portanto, a serem extorpidos ou mortos nos acidentes constantes, sem poderem contar, os operários ou suas famílias, com qualquer benefício.

Há poucos dias a Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Produtos Químicos de Nova Iguaçu denunciava nominalmente as empresas Rupturita S/A de Explosivos, Brada Fábrica de Pólvora e Explosivos S/A, Fábrica de Fogos Universal Ltda. e Química Tupam, como verdadeiros cemitérios de trabalhadores. A Rupturita, para citar apenas esse exemplo, tem cerca de 400 empregados, mas apenas 150 possuem as suas carteiras assinadas. Ocorre, entretanto, que mesmo entre esses 150 existe um grande número que não goza férias há mais de 4 anos. Mas o fato mais grave não está ainda na subtração dessa velha conquista dos trabalhadores que é o direito de férias. O fato mais grave, que revela a cumplicidade da fiscalização no morticínio criminoso de trabalhadores e no desamparo total de suas famílias, está na permissão para que essas empresas funcionem sem observar as mínimas regras de segurança e sem terem ainda legalizadas a situação de seus empregados, ameaçados de perderem a vida a qualquer momento.

Na primeira explosão ocorrida na Rupturita, em 1954, perderam a vida 17 operários e 4 operários. No último acidente, ocorrido em 1958, 4 trabalhadores morreram e 21 ficaram extorpidos. Nenhuma das vidas foi até hoje indenizada, porque a Rupturita não tinha os seus empregados registrados no seguro. Crimes dessa natureza ocorrem desgraçadamente em larga escala em todo o país, com a cumplicidade oficializada da fiscalização ministerial. Alega-se que poucos são os fiscais. Por que, então, não se aceitar as constantes sugestões das entidades sindicais para que se delegue poderes de fiscalização aos diretores de sindicato? E não se diga que não há verba, porque os trabalhadores oferecem-se para fiscalizar gratuitamente, sem ônus para o Estado. A verdade é que os órgãos competentes do Ministério do Trabalho continuam se omitindo, enquanto viola-se diariamente a Legislação Trabalhista e mata-se impunemente a milhares de trabalhadores, deixando-se ao completo desamparo as suas famílias.

Nilson Azevedo

Everaldo Martins

Panorama Jânio Não Enganará o Eleitorado Católico

Em discursos pronunciados na Confederação Católica Brasileira, o cardeal Jaime Câmara e o padre Alvaro Negromonte conciliaram abertamente os católicos brasileiros a não dar os seus votos ao marechal Lott. Inconscientemente, a votar em Jânio Quadros. Vê-se, por aí, a que extremos de incoerência chegam certas autoridades da Igreja em sua intolerância política ou na oposição a interesses realmente populares como a escola pública.

Não nos cabe, evidentemente, atestar o catolicismo de um e de outro candidato. Nem o fato de um ser mais católico do que o outro constitui para nós, em particular, motivo de louvor. Mas a nenhuma autoridade da Igreja pode ser reconhecido o direito, por outro lado, de especular com a fé católica de uma boa parte do nosso povo em posições que, segundo salta aos olhos, não podem encontrar apoio no simples bom-senso das massas religiosas, porque violentam abertamente a realidade. E' o que acontece com a atitude que acabam de assumir aqueles eclesiásticos.

Em nome de quê o padre Negromonte se sente autorizado a afirmar que votar em Jânio Quadros é votar bem, segundo os interesses da Pátria e da Igreja? Quanto aos interesses da Pátria, já não é necessário discutir aqui: está enraizada a convicção de que enquanto Lott é o candidato nacionalista, Jânio é um agente dos tristes norte-americanos, apoiado pela Standard Oil e a Embaixada dos Estados Unidos. Nesse ponto, dificilmente o padre Negromonte convencerá os católicos realmente patriotas. Mas quanto aos interesses da Igreja? Não somos defensores desses interesses, como é claro, nem pretendemos aparentar zelos hipócritas. Situamo-nos apenas no terreno da objetividade. Mas será que algum religioso sensato, que conheça as coisas e os homens da política brasileira, poderá levar a sério as afirmações daquele dirigente da Igreja? E' pouco provável que se verifique semelhante engano, sobretudo quando a opção se dá precisamente em torno de Lott e Jânio. O candidato dos nacionalistas sempre se caracterizou por ser um homem de atitudes firmes e inarredáveis — um homem de palavra. Jânio, ao contrário, sempre se distinguiu pela levandade e o oportunismo, não tendo um compromisso seu a duração, às vezes, de horas sequer. Afirmar que a fé católica de um aventureiro como Jânio Quadros — que sempre fez política acendendo uma vela a Deus e outra ao diabo — corresponde mais aos interesses da Igreja do que a honesta simplicidade com que o marechal Lott se declara um crente é pretender impor, arbitrariamente, uma mentira grosseira e indistigável.

Não é este o único aspecto odioso na atitude dessas duas autoridades da Igreja. Há mais, e isto precisa ficar bem claro, porque diz respeito, já agora, aos interesses do nosso povo. E' que o apoio dos dois clérigos a Jânio Quadros decorre da posição democrática do candidato nacionalista a favor da escola pública, contra a ameaça que pesa sobre a infância e a juventude brasileiras de se transformar o Estado — mais ainda do que hoje — em financiador dos industriais do ensino, que enriquecem à custa da escola particular, convertida em rendoso negócio. Lott é um partidário do ensino gratuito e obrigatório, como formalmente prescreve a Constituição, enquanto Jânio Quadros forma ao lado de Carlos Lacerda, o desmoralizado porta-voz dos donos de colégios, com os quais tanto se confunde a alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil.

Insistimos em que não é o nosso propósito defender a pureza das convicções católicas de quem quer que seja. Mas não poderíamos silenciar diante do abuso que representa essa intromissão de dirigentes da Igreja na vida política, procurando usar uma autoridade que devia ser levada mais a sério para tentar impor ao eleitorado católico um candidato que é, não só um entreguista irremediável, mas um exemplo de oportunismo e falta de seriedade.

Almir Matos

TRABALHADORES CARIOCAS REAFIRMAM

Ao Lado de Lott e Jango Contra o Continuismo

Perante centenas de líderes sindicais e de grande massa trabalhadora, e sob calorosa ovação, os candidatos nacionalistas Lott e Jango assinaram, na noite de terça-feira, no ato realizado na ABI, a plataforma que lhes foi apresentada pelos dirigentes do movimento operário carioca. A defesa da soberania nacional e dos interesses de nossa economia, a reforma agrária, a abolição de restrições antidemocráticas da legislação eleitoral, a limitação da remessa de lucros, a criação da Eletrobrás, a ampliação das relações comerciais e diplomáticas do Brasil, a instituição da escala móvel de salários, a entrega da direção dos Institutos aos trabalhadores e a garantia do direito de greve — eis alguns pontos da plataforma nacionalista e democrática que, já assinada por Lott e Jango, receberá agora a assinatura da grande maioria dos líderes sindicais do Estado da Guanabara.

Além dos dois candidatos, estiveram presentes ao ato o ministro do Trabalho, sr. Batista Ramos, o senador Lima Teixeira, os deputados Último de Carvalho, Celso Brant, José Talarico e Walter Ataíde, o embaixador Batista Luzardo e outras personalidades.

Em nome dos trabalhadores, falaram os srs. Jaime Correia (presidente dos comerciários) e Hércules Correia dos Reis (secretário dos têxteis). Em seu discurso, constantemente aplaudido, o dirigente dos têxteis definiu a posição dos trabalhadores brasileiros em face da luta sucessória: o apoio às candidaturas de Lott e Jango, por serem elas as que oferecem ao povo as garantias de um governo capaz de imprimir na direção do país uma orientação nacionalista e voltada para os interesses das massas. O líder têxtil condenou com veemência as manobras continuistas, advertindo que os trabalhadores estão vigilantes na defesa da Constituição e das liberdades democráticas.

O sr. João Goulart referiu-se à justiça das reivindicações dos trabalhadores e afirmou estar empenhado em apressar a solução do problema da escolha do candidato ao governo da Guanabara. Nesta altura, prorromperam grandes manifestações ao nome do deputado Sérgio Magalhães, que recebeu também as homenagens do presidente do PTB. O sr. Goulart anunciou, por fim, que no próximo dia 6 estará reunido durante todo o dia com os dirigentes sindicais.

Em seu discurso, que teve em grande parte o caráter de uma palestra informal com os trabalhadores — algumas vezes em forma de diálogo — o marechal Lott insistiu na defesa da escola pública e reafirmou o compromisso de fazer um governo identificado com as aspirações nacionalistas do povo e as reivindicações dos trabalhadores. Ensurdecidos aplausos recebeu o candidato popular quando, referindo-se a certos países onde as liberdades democráticas existem apenas na aparência, citou o exemplo de uma nação «onde há uma grande estátua com a mão apontando para o alto, como a dizer: a Liberdade está lá fora».

O marechal Lott, referindo-se à carestia, ressaltou a necessidade de uma melhor utilização dos recursos públicos e encerrou o seu discurso defendendo a ampla participação dos trabalhadores na vida política e o seu dever de filiar-se aos partidos para melhor defender os seus interesses.

É o seguinte o documento subscrito pelos srs. Teixeira Lott e João Goulart:

Mensagem a todos os trabalhadores do Brasil

Os brasileiros, a 3 de outubro de 1960, irão às urnas reafirmar sua posição nacionalista, já manifestada em 1955, quando elegeram o Presidente JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA e o Vice-Presidente JOÃO GOULART.

Os trabalhadores e o povo sempre aprovaram as iniciativas do Governo, no sentido de acelerar o ritmo da economia nacional, que veio projetar o Brasil perante o mundo civilizado.

O desenvolvimento precisa, no entanto, dar maior passo à frente, a fim de atender mais diretamente às necessidades materiais do povo brasileiro.

Inbuidos desse conceito os diri-

gentes sindicais do Estado da Guanabara e os candidatos nacionalistas — MARCHEL HENRIQUE LOTT e JOÃO GOULART — reunidos, declaram-se plenamente de acordo com as diretrizes que se seguem, como sendo as indispensáveis para assegurar o desenvolvimento econômico a serviço do povo brasileiro:

Posição política

a) — defender e ampliar as liberdades democráticas expressas em nossa Carta Magna; b) — Ação contínua na luta pela liberdade econômica e social do País; c) — Combater a alienação, a quem quer que seja, de qualquer parte do solo pátrio; d) — Democratização do ensino, através da preservação e fortalecimento da escola pública, tornando-a obrigatória e gratuita para todos; e) — Realizar a reforma agrária, estimulando e facilitando a posse da terra àqueles que desejem cultivá-la, os quais disporão de facilidades de crédito e de legislação social adequada, o que redundará na ampliação do mercado interno, em dias prósperos para a indústria e na melhoria de condições de vida para o povo; f) — Reformar a lei eleitoral, de modo a dar o direito de voto ao analfabeto, aos cabos e soldados das forças armadas e aos trabalhadores do grupo de transporte em viagem ou fora da circunscrição, bem como abolir as restrições antidemocráticas existentes.

Economia nacional

a) — Afirmar que o êxito na luta contra o subdesenvolvimento

só é possível em bases nacionalistas. b) — Defesa intransigente do monopólio estatal do petróleo e pugnar pela gradual nacionalização da venda de seus produtos. c) — Criação da indústria nacional da energia elétrica instituindo a Eletrobrás e tomando medidas contra as forças econômicas e políticas que quiserem impedir tal realização. d) — Consolidar a economia das empresas de transportes aéreos e marítimos nacionais. e) — Ampliar a indústria nacional da construção naval e material ferroviário, incrementar a de caminhões, tratores e máquinas agrícolas, bem como defender a de produção têxtil. f) — Estabelecer o controle efetivo do Estado sobre as comunicações telegráficas, radiotelegráficas e radiotelefônicas em todo o território nacional. g) — Disciplinar a aplicação de capitais estrangeiros, regulamentando especialmente a remessa de lucros para o exterior, bem como restringindo aos cidadãos brasileiros a direção e a propriedade de bancos de depósito. h) — Ampliar nossas relações comerciais e diplomáticas na medida em que consultem os verdadeiros interesses do País. i) — Medidas energéticas contra os açambarcadores e os sonegadores dos gêneros de primeira necessidade. j) — Amparar, no mercado da carne, o pecuarista nacional e os interesses do povo consumidor.

Previdência Social

a) — Entregar a direção dos Institutos aos contribuintes; b) — Tomar medidas para que a Previdência Social seja exclusivamente destinada à assistência social dos contribuintes e suas famílias; c) — Ampliar as bases do seguro social em termos de uma assistência mais efetiva aos trabalhadores e suas famílias.

Direito de greve

a) — Assegurar o amplo e democrático direito de greve, levando em conta que a greve é um fenômeno social que eclode nos países latino-americanos por força do baixo nível de vida dos trabalhadores e visa sempre defender o direito de sobreviver; b) — Ter como princípio, em todos os litígios, estabelecer negociações multilaterais, visando solucioná-los de forma a evitar as greves.

Salários

a) — Encaminhar as revisões do salário-mínimo, bem como os acordos salariais, assegurando o incentivo à qualificação da mão-de-obra; b) — Empreender a escala móvel de

salários, visando conter a ação anti-social dos monopolistas no mercado de gêneros de primeira necessidade e reduzir os dissídios entre empregados e empregadores; c) — Examinar, através de comissões paritárias, a instituição do salário profissional tendo em vista a estrutura econômica do país.

Direito de greve

a) — Assegurar o amplo e democrático direito de greve, levando em conta que a greve é um fenômeno social que eclode nos países latino-americanos por força do baixo nível de vida dos trabalhadores e visa sempre defender o direito de sobreviver; b) — Ter como princípio, em todos os litígios, estabelecer negociações multilaterais, visando solucioná-los de forma a evitar as greves.

Direito de greve

a) — Assegurar o amplo e democrático direito de greve, levando em conta que a greve é um fenômeno social que eclode nos países latino-americanos por força do baixo nível de vida dos trabalhadores e visa sempre defender o direito de sobreviver; b) — Ter como princípio, em todos os litígios, estabelecer negociações multilaterais, visando solucioná-los de forma a evitar as greves.

Salários

a) — Encaminhar as revisões do salário-mínimo, bem como os acordos salariais, assegurando o incentivo à qualificação da mão-de-obra; b) — Empreender a escala móvel de

Rio de Janeiro, 28 de Junho de 1960

Democracia e Representação

SINVAL PALMEIRA

As vésperas de um pleito eleitoral para escolha do Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Constituintes do Estado da Guanabara, me parece da maior oportunidade abrir-se o debate, sereno e construtivo, entre os juristas brasileiros, sobre o tão discutido art. 58 da lei 2550. Oportuno porque estamos vivendo em clima de legalidade democrática, em que todos os cidadãos se sentem relativamente tranquilos e dormem sem tanto medo da polícia política... O Governo enfrentou oposição nem sempre serena e justa, duas sublevações militares e saiu fortalecido, sem recorrer ao estado de sítio ou a qualquer medida de restrição às liberdades e garantias do cidadão. Por força de um despacho judicial, sábio e jurídico, os líderes comunistas, à frente Luiz Carlos Prestes, voltaram à vida legal e à cena política, na imprensa e nos comícios, sendo certo que daí resultou maior fortalecimento da ordem jurídica. Nesse instante, força é pensar no como está fora do tempo e do espaço, divorciado da vida e em choque com os interesses da própria sociedade, o art. 58 da lei 2550.

O Tribunal Superior Eleitoral, em mais de uma oportunidade, considerou essa norma válida, face à Constituição, dizendo-a mesmo «corolário lógico do § 13 do art. 141 da Constituição». Não. O art. 58 é corolário lógico de uma sentença injusta e injurídica que cancelou o registro eleitoral do Partido Comunista do Brasil. É corolário lógico da lei 211 cassando o mandato dos representantes comunistas nas diversas casas do Parlamento. Tudo isso em divórcio com a Constituição.

De fato, a Carta Constitucional fixa a regra da inelegibilidade dos inalistáveis. A contrário senso, são elegíveis os alistáveis. E o art. 128. Os Comunistas são alistáveis e, mais, são obrigados ao exercício do voto, sob pena de sanções. Se são cidadãos brasileiros, se no gozo de seus direitos políticos, na forma do art. 130, pergunta-se: poderão ser considerados inelegíveis por lei ordinária? Essa é a questão sobre a qual estimaria falassem os juristas brasileiros. Para abrir o debate, respondendo que não. Em primeiro lugar, é pacífico entre os constitucionalistas que a matéria de inelegibilidades é de essência e de forma constitucional. Por outro lado, tratando-se de grave limitação ao exercício dos direitos decorrentes da cidadania, não há como se interpretar o art. 141 § 13 da Carta Constitucional combinado com o art. 132, como permissivo de regulamentação ordinária restritiva.

O Tribunal Superior Eleitoral, dizendo de forma diversa, o fez ainda no espírito que informou seu julgado cancelando o registro do Partido Comunista. Iniciava-se, no

mundo a guerra fria e toda a política internacional inspirada de Washington se fundava na crença do monopólio da bomba atômica e na perspectiva de uma guerra próxima. O Governo brasileiro de então procedeu dentro dessa filosofia política e exigiu em meta fundamental a destruição do movimento comunista brasileiro.

Dentro dessa ordem de idéias, foi fechado o Partido, foram cassados os mandatos, mas necessário seria impedir voltassem comunistas às casas do Parlamento. E o art. 8º da Resolução 4.711 do Tribunal Superior Eleitoral, transformado depois no art. 58 da lei 2.550: «Será negado o registro a candidatos que, pública ou ostensivamente, façam parte ou sejam adeptos do partido político cujo registro tenha sido cassado com fundamento no art. 141 § 13 da Constituição Federal».

Nunca se legislou para caso certo, fim determinado, como nesse art. 58 transcrito.

Ocorre, porém, que tudo hoje é diverso dos idos de 1946. Certeza de que a guerra não é inevitável, dada a força indiscutível do mundo socialista e pelos desejos de paz de todos os povos da terra; certeza de que a sociedade humana se transforma, buscando fórmulas mais justas e realistas de convivência; certeza de que esse caminho pode ser pacífico, dentro de uma ordem jurídica democrática, sempre em transformação no sentido de mais integral democracia. Assim vivemos no Brasil, dentro desta certeza. Como, pois, comparecermos a eleições nessa hora diversa, com discriminação de outros tempos, fórmulas mortas de um direito fossilizado? Urge uma solução. Seria a revogação do art. 58 ou a proclamação de sua inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal. Os verdadeiros democratas, os juristas fiéis à sua cultura e à sua formação devem influenciar nesse sentido, em favor da Democracia Brasileira. Nas eleições em que participaram os comunistas sob sua legenda partidária, representaram dez por cento do eleitorado brasileiro. Será democrático e mesmo da mais elementar ética política obrigar esses dez por cento a votar, negando-lhes, porém, o direito de eleger o candidato que exprima seus ideais, que atue na cena política à luz da mesma filosofia de vida? Seria isso eleição livre? Penso que não. E estou certo de que atingimos a maioridade política e não há porque reacar os fantasmas criados pela propaganda interessada. Eleições livres e democráticas somente o serão na medida em que todo o povo delas participe, sem constrangimento nem discriminação. A revogação do art. 58 será mais um passo no sentido da integração do Brasil no sistema do Estado de Direito, na Democracia Representativa.



Palmas para o marechal

Aplausos ensurdecedores ouviram-se na ABI quando o marechal Lott, referindo-se a certo país onde as liberdades existem só na aparência, declarou: «Há uma grande estátua apontando para o alto, como a dizer: a Liberdade está lá fora». No ato da ABI os trabalhadores cariocas reafirmaram seu apoio a Lott-Jango e rechaçaram as manobras continuistas.

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Chega de Brasília uma notícia inesperada. Em plena sessão da Câmara, com um orador na tribuna, verificou-se um mau cheiro que seguiu alguns correspondentes, foi insuportável. Essa deve ter sido também a opinião do bravo general Meneses Côrtes. Como militar, logo percebeu que a situação exigia decisão rápida.

De lenço no nariz, como se usasse máscara contra gases, o herói do 11 de Novembro apanhou vivamente um microfone e pediu o levantamento da sessão, o que equivalia a uma retirada em ordem. Na presidência, o sr. José Bonifácio informou oficialmente que fora um bujão de gás que vasara. Primeiro-secretário, responsável pela administração e policiamento da casa, o sr. José Bonifácio é também do partido da eterna vigilância. Estava assim a coisa em boas mãos e tudo foi resolvido a conten-

to, depois da tomada de providências de ordem técnica.

Mas não se pode dizer por isso que haja alguma coisa de podre na Câmara ou no reino da Dinamarca. As coisas vão mal, isto sim, em Genebra, não obstante ser a Suíça um dos países mais limpos da bem chamada Europa. Verificando que as potências ocidentais pretendiam transformar a Comissão do Desarmamento num órgão de espionagem militar legalizada, a delegação soviética e os representantes dos demais países socialistas retiraram-se dela. Em mensagem que enviou aos chefes do governo das potências capitalistas, Kruschiov ligou a orientação seguida pelo bloco ocidental na Comissão aos últimos atos de espionagem aérea dos Estados Unidos na URSS. A espionagem era assim elevada pelos americanos à categoria de política de Estado, observou Kruschiov.

A notícia chegada de Brasília, por sua originalidade, pode ter sido inesperada, pelo menos para as pessoas não maliciosas. Essa denúncia das manobras belicistas dos governantes das potências ocidentais, no entanto não deve surpreender. Está de acordo com um velho figurino. E' o figurino da partilha do mundo entre as grandes potências, partilha feita, quando possível, nas chamadas diplomáticas, ou mesmo nos campos de batalha.

Os dirigentes das potências capitalistas não querem aceitar uma situação de fato: o surgimento do mundo socialista. Não se convenceram de que estamos vivendo nova era na história da humanidade. O bujão de gás, vasado também em Genebra, é prova dessa incompreensão, velha incompreensão que só tem acarreado derrotas para as potências imperialistas, desde os seus primeiros atos de agressão que objetivavam matar no nascedouro, em 1917, a Revolução Socialista.

Reforma Agrária Cubana: Agrônomo Paulista Gostou

«A reforma agrária que vimos e que está em execução há um ano ainda não permite conclusões definitivas. E, sem dúvida, um esforço no sentido de romper uma estrutura agrária tradicional, antiquada e obsoleta em que se considera a recompensa pelo trabalho e a distribuição dos benefícios muito baixa. Essa estrutura favorece a formação de categorias de indivíduos que vivem relativamente bem, mantendo, no entanto, a grande massa trabalhadora em situação de verdadeira indigência, sem o mínimo indispensável a uma existência humana e digna.» Esta a visão geral da reforma agrária cubana apresentada pelo dr. Paulo da Rocha Camargo, diretor do Departamento de Mecânica da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e que representou a Sociedade Paulista de Agronomia no III Congresso Nacional de Engenheiros Agrônomicos de Cuba.

Finalizando sua conferência na Sociedade Paulista de Agronomia sobre sua visita a Cuba, disse o dr. Paulo da Rocha Camargo: «Não se poderá aquilatar os reais resultados da reforma agrária cubana senão depois de alguns anos, pois o tempo decorrido é insuficiente para que se faça uma análise bem fundamentada. Uma coisa, porém, nos parece positiva desde já. É o despertar de um sentimento em todo o país de que o homem que trabalha a terra e dela retira os elementos que produzem a riqueza nacional tem direito a uma vida melhor, gozando dos benefícios que uma civilização moderna e cristã pode e deve proporcionar a todos os cidadãos, sem distinção de credos, de cores ou de condições sociais.»

Ajuda aos camponeses

Falando sobre o que pôde observar durante sua visita a Cuba, o dr. Paulo Camargo destacou a importância do plano de assistência aos camponeses por meio da venda de artigos necessários a preços reduzidos. O Governo Cubano organizou cerca de 1.500 entrepostos chamados «Tendas do Povo» que vendem produtos industriais, instrumentos agrícolas e outros artigos a preços 20% ou 30% mais baratos dos de Havana. Esse sistema libertou os camponeses da exploração desenfreada a que estavam submetidos pelos comerciantes que compravam a preços vis e vendiam por preços exorbitantes.

«Verificamos que há a preocupação de eliminar o latifúndio, seja produtivo ou improdutivo, e transferir para as mãos daqueles que realmente trabalham a terra a posse da mesma, dando efetiva cobertura econômica e social ao homem do campo, levando-lhe a assistência agrônômica, médica, dentária, financeira, técnica e social,

objetivando a elevação de seu padrão de vida e criando concomitantemente uma consciência nacional», disse o dr. Paulo Camargo.

A assistência governamental ao homem do campo, prestada por intermédio do Instituto Nacional de Reforma Agrária, abrange também a armazenagem e comercialização dos produtos agrícolas. Como exemplo dessa assistência, o diretor do Departamento de Mecânica, citou o incentivo à produção de tomates, que levou à exportação de quase dois milhões de dólares para os Estados Unidos, com reais benefícios para os plantadores.

Outro ponto importante da ajuda aos camponeses é o plano de construção de casas. No ano passado foram entregues 10 mil casas, vendidas a longos prazos. Esse ano deverão ser entregues mais 20 mil casas para os camponeses. Também se preocupa o Governo cubano com a construção de escolas no campo para acabar com o analfabetismo da população rural.

As cooperativas

«Dentro do programa de Reforma Agrária e daquilo que tivemos oportunidade de ver, parece que, de fato, o maior interesse e esforço está sendo concentrado nas cooperativas, cujo número, até o momento, atinge a 1.269 unidades. Essas cooperativas de produção diferem daquelas que estamos acostumados a ver no Brasil, isto é, onde os proprietários, grandes ou pequenos, é que se inscrevem como sócios. Em Cuba, pelo menos nas cooperativas que visitamos, os cooperativistas são instalados numa grande fazenda, onde é constituído um núcleo residencial, uma cidade em miniatura. Trabalham nos diversos setores agrícolas da propriedade, conforme os seus poderes ou especialidades, nos planos de produção elaborados pela cooperativa, recebendo um salário diário de 3,52 pesos e, no fim do ano, uma percentagem sobre o lucro verificado» disse o dr. Paulo Camargo. Deve-se acrescentar que a diária do cooperativista corresponde aproximadamente a 500 cruzeiros, ou seja, um salário mensal de cerca de 15 mil cruzeiros.

Primeiros resultados

Em sua conferência, o dr. Paulo Camargo citou, como primeiros resultados da reforma agrária e da política agrícola do Governo cubano o florescimento da produção de tomates, a cima referida, e a importante cultura do arroz. Em 1959, a produção de arroz em Cuba atingiu o valor de 27 milhões de dólares, enquanto que o país dedicava 50 milhões à importação para poder garantir o consumo da população.

Este ano, «a produção de arroz deverá atender 45% da demanda, resultado obtido graças ao trabalho conjunto de técnicos nacionais e japoneses, que vêm desenvolvendo um programa de fomento à cultura rizícola e de combate a pragas e doenças que, até então, impossibilitavam a implantação desta cultura. O mesmo esforço é observado em relação às culturas de algodão, tomate e café.»

Monocultura açucareira

Revelou o dr. Paulo Camargo que existe em Cuba uma verdadeira monocultura açucareira, sendo que mais de 80% da exportação cubana é representada por este produto. Somente seis companhias norte-americanas possuem 56 mil «caballerias» (750



Gostou da Reforma

O engenheiro Paulo da Rocha Camargo foi a Cuba: viu a reforma agrária do país antilhano e voltou para o Brasil entusiasmado. Fez uma conferência e disse muita verdade.

mil hectares) de terras dedicadas à produção de açúcar na província de Camaguey, representando mais de um quarto da superfície total da província. Nas outras províncias a situação é mais ou menos a mesma. Se se levar em conta não a superfície total, mas a superfície dedicada à agricultura, observa o dr. Paulo Camargo, então mais de metade das terras de boa qualidade estão em poder das empresas açucareiras.

Uma dezena de empresas norte-americanas possui cerca de um milhão e duzentos mil hectares, igual número de grandes companhias cubanas controla mais seiscentos mil hectares; enquanto a superfície total cultivável é de oito milhões e oitocentos mil hectares. Grande parte das terras das empresas açucareiras, entretanto, disse o dr. Paulo Camargo, não era utilizada, o que sujeitava ao desemprego cerca de 800 mil homens que dependem dessa atividade, cerca de um oitavo da população cubana.

As Manobras Continuístas no Estado da Guanabara

ORESTES TIMBAÚVA RODRIGUES

A denúncia feita por Novos Rumos, contra o golpe continuísta que está sendo tramado pelos homens do Governo, conluiados com elementos de cúpula da oposição, representa uma valiosa contribuição às forças nacionalistas, na conjuntura política da hora presente. Efetivamente, dentre os que se empenham realmente na campanha pela eleição do Marechal Henrique Lott e do Vice-Presidente João Goulart, não há quem não perceba que algo de estranho e maquiavélico está sendo tramado nos bastidores.

No que se refere ao Estado da Guanabara as denúncias de Novos Rumos se comprovam inteiramente. Neste importante centro eleitoral, as candidaturas nacionalistas vêm penetrando no seio das massas, mas graças tão somente aos esforços dos Comitês Nacionalistas, dos comunistas, de elementos de base de outros partidos e populares sem partido. As direções partidárias — do PSD e PTB — até hoje não moveram uma palha, permanecem na mais tranqüila indiferença e, não raro, sabotam as iniciativas que visam popularizar Lott e João Goulart. Essas direções chegam ao ponto de hostilizar e discriminar contra alguns de seus elementos de base que se incorporam ao movimento ativo pró Lott-Jango. É claro que não se trata somente das direções regionais, que são em boa medida meros reflexos das direções nacionais.

O Comitê Interpartidário Carioca, que chegou a reunir-se duas vezes com a presença de representantes oficiais do PSD e do PTB, praticamente dissolveu-se, logo após uma das vindas aqui do sr. Juscelino Kubitschek, em fins do mês de maio e exatamente depois que se realizaram certas reuniões secretas, por ele orientadas.

O Interpartidário Nacional, instalado na rua do Carmo, é apenas um salão e um nome. Ali não

DEPUTADO CARLOS QUINTELLA A NR:

Legalidade Para o PCB é Exigência Democrática

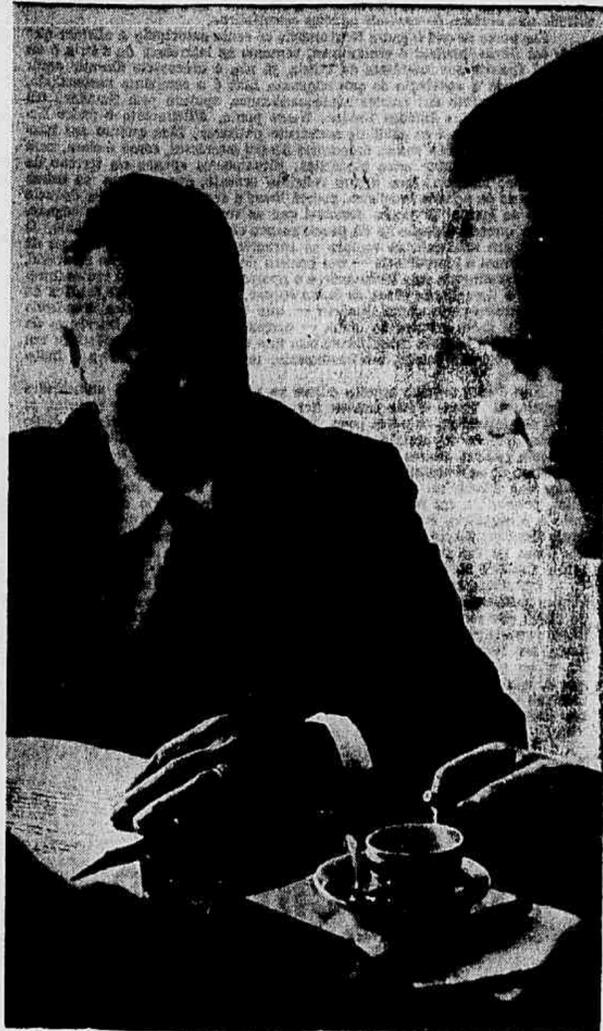
«Quero a legalidade para o Partido Comunista do Brasil porque entendo que a nossa Constituição nacional deve ser respeitada, em seu espírito e em sua letra, suprimindo-se a indefensável discriminação que atualmente pesa sobre os adeptos deste Partido.»

Assim iniciou suas declarações a NOVOS RUMOS o deputado udenista fluminense Carlos Quintella, autor de uma moção apresentada à mesa da Assembleia Legislativa do Estado do Rio, com 31 assinaturas (sobre um total de 54 deputados), pedindo ao Presidente da República a providência da legalização do Partido Comunista. Disse o representante udenista que aqueles que, como ele, não concordem ou mesmo se oponham às idéias comunistas, deve procurar combater essas idéias com outras idéias, e não com argumentos de força e de coação. «A legalização do Partido Comunista — acrescentou — só trará benefícios ao nosso regime democrático, que será mais digno desse nome quando não encobrir injustiças, desigualdades ou discriminações, contra esta ou aquela corrente de opinião.»

Quanto ao argumento segundo o qual os comunistas são «agentes estrangeiros», «agitadores perniciosos», ou coisa semelhante, comentou o sr. Carlos Quintella que, em sua vida pública, tem estado em contato com muitos comunistas, aos quais sempre considerou como patriotas e homens de boa-vontade, e não viu até hoje razão para pensar de outra forma. «De resto — prosseguiu o representante udenista — precisamos acabar com essa indústria de aproveitamento dos votos dos comunistas; certas pessoas ou grupos partidários não desejam a legalização das atividades do Partido Comunista porque têm esperança de aproveitar os votos comunistas para seus nomes, ou suas legendas. Isso não é só uma irregularidade: é uma imoralidade.»

Aplausos

Embora não faltassem amigos e eleitores ultra-reacionários, ainda que poucos, para protestarem, essa iniciativa do deputado Carlos Quintella lhe tem gerado aplausos crescentes e intensos aplausos e incentivos, de todos os rincões do Estado do Rio. Ele mostrou ao repórter de N.R., em sua mesa de trabalho, dezenas e dezenas de telegramas, moções e mensagens, de sindicatas



Defende a liberdade

dos trabalhadores, comissões de vendedores, estudantes, advogados, comerciantes e fazendeiros, exprimindo

O deputado Carlos Quintella falou a NR justificando a posição da maioria dos parlamentares do Estado do Rio: liberdade total só com legalidade para o Partido Comunista.

aplauso e solidariedade diante de sua altitude.

É o seguinte o texto da moção encaminhada pelo deputado Carlos Quintella:

«Requeremos à mesa, na forma regimental, seja solicitada ao Exmo. Sr. Presidente da República a legalização do Partido Comunista do Brasil, a fim de que a plenitude dos direitos constitucionais seja assegurada e a liberdade de pensamento se torne uma realidade. Não é possível respirar-se um regime de sã democracia sem que haja integral respeito à Constituição Federal.»

Segue-se a assinatura do autor, e de mais de 30 deputados: Rubens Leite, Renato Lessa e Sá Rêgo, da UDN; Palmir Silva (líder do Governo na Assembleia), Aristóteles Miranda, Jayme Bittencourt, Romeiro Júnior, Dasso Coimbra, Antônio Curvelo Benjamin, e Arsoval Macedo, do PTB; Sávio Gama, Teixeira Campos, Gouveia de Abreu, Alineu Côrtes Pires, Murilo Cabral, Freire de Moraes, Geraldo Di Biasi, João Silveira e José Haddad, do PSD; Rodrigues de Oliveira, João Fernandes e Sulmar Batista, do PSB; Benigno Fernandes, Durval Gonçalves, Ordenir Velloso e Barcelos Martins, do PSP; Walter Orlandini e Waldir Medeiros, do PR; e Andrade Figueira e Leonides Sócrates Batista, do PTN.

Diante dessa situação deliberadamente confusa, os comunistas, os socialistas e demais forças que apóiam, de fato, a chapa Lott-Jango levantam a candidatura do deputado Sérgio Magalhães, já indicada oficialmente à Convenção do Partido Socialista. Embora deixando a porta aberta para possíveis entendimentos, já a esta altura o nome de Sérgio Magalhães está sendo levado às massas, onde encontra a melhor receptividade.

lher candidato algum porque sabem que um candidato a Governador, das forças nacionalistas e populares, traria automaticamente um reforço à candidatura Lott. E é isto o que querem evitar.

Os comunistas, os nacionalistas consequentes e todos os que apóiam Lott e João Goulart, defendem uma posição de princípio nessa questão de candidato a Governador da Guanabara. O candidato deverá resultar de uma composição com o sr. Adhemar de Barros, no plano federal, a fim de que seja retirada sua candidatura divisionista à Presidência da República e reforçada a posição de Lott. No entanto, o sr. Juscelino Kubitschek, a quem cabe promover tal entendimento, até hoje não tomou qualquer iniciativa nesse sentido. Prefere manter Adhemar e enfraquecer Lott. Isto está dentro de seus cálculos continuístas.

Os comunistas da Guanabara e todos os que lutam sinceramente pela vitória de Lott e Jango não acreditam na possibilidade de êxito das manobras continuístas e confiam que, em relação ao candidato ao governo do Estado, se chegará a uma composição de forças capaz de vencer Lacerda. Reconhecem, no entanto, que o caminho para se chegar a uma definição de posições, por parte dos dirigentes do PSD e PTB, é o da crítica e da denúncia severa, perante as massas, de suas manobras conciliadoras, protelatórias e confusionalistas.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Fragman Borges

REDATORES

Almir Matos, Rul Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

SUCURSAL DE S. PAULO

Rua José Bonifácio, 29 — 10º andar — S/ 103
Tel: 37-52 61
Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Anual	Cr\$ 250,00
Semestral	> 130,00
Trimestral	> 70,00

Aérea anual, mais Cr\$ 100,00; semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.

Número avulso Cr\$ 5,00
Número atrasado > 8,00

Estudos Sociais

Nº 8

Em breve à venda em todas as bancas

Cr\$ 30,00

Carta do Sertão

Estado da Guanabara, trinta do mês qui findo
Dona Maria do Céu:
Meus respeito a sua dól

Morreu Domingos Fonseca o seu íspido ístímado.
Cabôco de pele íscura,
mas, mostrô sé gente pura
na frente do seu reinado.

Sua viola de pinho para sempre se calô.
«Outos dados num Il toca»
Dona Maria falô.
Vai ficá como bandêira
da «Casa dos Cantadó».

O Plôf tá de luto
pela morte do seu fio.
Um home qui vêi do Nort,
vé dinheiro cá no Rio.
O fêi e mago negrim
parcia um passarin
cantando im tempo d'ístio.

Já teve um céu cá na terra,
o céu de Dona Maria!
Foi seu carim, seu consôlo,
sua constante alíquia.

Zé Proxedi

Notas Sobre Livros

A obra de Machado de Assis ganha dia a dia novas e mais amplas camadas de leitores, num crescente desmentido àqueles que a julgavam — e alguns temozos ainda julgam — inacessível ao grande público. Já não falamos das edições Jackson, que se multiplicaram a partir de 1937, outras apareceram, nestes últimos dois anos, e mais outras se anunciam para breve. O negócio está mesmo tomando um aspecto de corrida entre os editores. Primeiro foi o editor Aguiar, com uma bonita apresentação de toda a obra machadiana em 3 volumes da sua Biblioteca Luso-Brasileira, em papel Bíblia, edição bem cuidada, feita sob a direção de Afrânio Coutinho, texto revisado pelo professor Galante de Sousa, e incluindo estudos críticos de Afrânio e outros autores.

Uma nova editora, SEDEGRA, lançou este ano, sucessivamente, 4 romances: Helena, Brás Cubas, Quincas Borba, A Mão e a Luva, com revisão de textos e prefácios de H. Peretia da Silva. A editora Cultrix, que é hoje uma das maiores do País, já havia dado a lume, há mais de um ano, um volume com nutrida seleção de contos machadianos sob o título, aliás arbitrário, de Contos Reais, organizado e prefaciado por Fernando Góes, e agora inicia nova coleção de obras de Machado com dois romances — Ressurreição e A Mão e a Luva em dois volumes. A Coleção Saravá para assinantes, cujas tiragens atingem grandes cifras, publicou em janeiro de 1959 o Dom Casmurro, em seguida a edições anteriores de Ialá Garcia e O Alienista. Outra coleção para assinantes, o Clube do Livro, publicou em 1958 os Contos Fluminenses em dois volumes, com prefácio de Afonso Schmidt, Gertum Carneiro, editor de livros populares, tipo livro-de-bolso, lançou no mercado, recentemente, cinco romances: Helena, Ialá Garcia, Brás Cubas, Quincas Borba, Dom Casmurro. Outra editora das mais ativas, Conquista, tem programado para próxima publicação seis volumes com o melhor da ficção machadiana, cada volume com ilustrações adequadas e prefaciado especialmente por um crítico de renome.

É mais que evidente que esse empenho dos editores em divulgar a obra de Machado de Assis obedece à necessidade de atender a uma cada vez maior procura por parte do público leitor. Eis pois a grande verdade literária, que já agora é impossível negar — o grande escritor Machado de Assis escreve também para o povo e não somente para presunçosos elites mais ou menos letradas. E justamente por isso é que é um grande escritor.

Da vez passada escaparam alguns erros de revisão que é necessário emendar. Permitam-me reproduzir a frase maltratada:

«Certos críticos transviados danam-se com a substância social dos poemas de Geir Campos, e isso em nome de uma estética supostamente nova e pura, coisa em verdade bem velha já e principalmente chela de impuras conotações.»

«Logo na primeira linha saiu «davam-se» em vez de «danam-se»; e na última linha, «conotações» em vez de «conotações».

Mais para baixo, na última frase do penúltimo parágrafo, escaparam dois enganos de menor importância: «verbetes» em vez de «verbetes», e «separar» em vez de «cravar».

Desculpem o mau jeito.

Astrogildo Pereira

“Belém do Grão Pará” de Dalcídio Jurandir

Lançado pela editora Martins, de São Paulo, está nas livrarias o novo romance de Dalcídio Jurandir **Belém do Grão Pará**, que continua a série «Extremo Norte e da qual já saíram três romances: «Chove nos Campos da Cachoeira», «Marajó» e «Três casas e um rio».

Fora da série, que forma uma unidade, tivemos no ano passado outro romance de Dalcídio Jurandir — «Linha do Parque», editado pela «Vitória», baseado em episódios de luta revolucionária na cidade do Rio Grande.

O autor, trabalhador incansável, já entregou ao seu editor o

quinto volume da série Extremo Norte: «Passagem dos Inocentes».

Dalcídio Jurandir é um escritor que aperfeiçoa constantemente sua arte, sua técnica de romancista, sua linguagem, em que os críticos têm reconhecido força e originalidade. Perfeito conhecedor da região onde nasceu, das populações que habitam na ilha de Marajó e o extremo norte do País, cuja vida está presente em seus romances, Dalcídio Jurandir, embora viva no Rio há muitos anos, mantém profundas raízes em sua terra natal. Daí a autenticidade e o vigor de suas narrativas, que o projetaram como um dos melhores ficcionistas brasileiros da atualidade. Daí também o merecido êxito de seus romances, que certamente acompanhará também este **Belém do Grão Pará**.

Eneida:

voltará na próxima

Jornalistas

vão discutir

A Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Jornalistas já se encontra instalada em Manaus, trabalhando ativamente para a reunião de 17 a 14 de julho. O programa da Conferência prevê, além da sessão preparatória, duas sessões solenes e diversas sessões plenárias. Mais de cem delegados debaterão o tema da Conferência, que tem como pontos fundamentais o projeto dos Jornalistas, a imprensa e a valorização da Amazônia, e a liberdade de imprensa. Os delegados serão escolhidos de acordo com as normas aprovadas em reunião patrocinada pela FNU.

Tópicos Típicos

Que dizer de um sujeito capaz de adotar o deprimido pseudônimo de «All Rights»? Está com o reino dos céus garantido, no mínimo. (Cristo prometeu aos pobres de espírito, lembrem?)

Trata-se do colunista Aderson Magalhães, que, no «Correio da Manhã» de 23-6-60, faz a seguinte e melancólica observação:

«...na atividade das nossas padarias, o pão é o de menos. O que faz as prósperas, no ramo da farinha de trigo, são os «doceos», os biscoitos e manipulações correlatas.»

A propósito, vale a pena recordar a história da rainha Maria Antônia, que, na época da Revolução Francesa, ouvindo o clamor do povo pedindo pão, indagou, com a maior ingenuidade:

— Por que não comem biscoitos?

Vale a pena recordar, também, o triste fim da colitada.

No último suplemento do «Diário de Notícias», o camarada Corção desenvolve uma complicada teoria sobre a bondade, segundo a qual «é impossível ser bom pai sendo mau vereador».

Como todo mundo sabe, o camarada Corção foi encarregado, há tempos, pelo velho Stalin, de se infiltrar nas hostes tomistomistas, a fim de provocar a confusão no seio delas. E tem-se esforçado bastante por bem cumprir a tarefa. Honra lhe seja feita.

O jovem intelectual Cláudio Mello e Souza não gostou do filme soviético «Quando voam as cigarras». ELE e o Moniz Vianna.

No «Diário Carioca» de 25-6-60, o Cláudio pontifica:

«O filme tem momentos razoáveis, um bom (qual será?) o nosso articulista de cinema espera ansioso a «deliza», mas os defeitos continuam presentes, inúmeros.» (...) «A trama obedece a um esquema, já saturado.» (...) «O médico é bom, a moçoila boa — em todos os sentidos — (observação de constrangedora grosseria) o pequeno herói é puro, o irmão é um vilãozinho. Há ainda o aproveitamento da guerra, outro vilão.»

Fica, portanto, o diretor Kalatosov advertido que, da próxima vez, deve ser menos esquemático, menos sensual, e apresentar uma guerra mais bonita — que diabo! — para agradar o Cláudio. Aliás, espera-se a qualquer momento que o camarada Kruschlov convide o Mello e Souza para beber-lhe um pouco de saber marxista, pois, segundo o citado esquerdista da corda bamba, «Marx», Engels e Lenin nunca foram lidos pelos mentores russos com atenção e cuidado.

Pedro Severino

Eta diabrete esperto!

PALESTRA COM JEAN-PAUL SARTRE

ALEJO CARPENTIER (Serviço Especial da PRELA)

Já se disse, com uma ironia justificada por numerosos exemplos, que o intelectual francês «não é uma mercadoria destinada a exportação». Existe algo certo nisto. Amiúde, ao ser conduzido a um país estranho, o intelectual francês sumamente brilhante, ágil e atualizado, quando é conhecido em Paris, transforma-se, diante da paisagem que lhe é exótica, diante de uma história que lhe é alheia, diante de uma realidade que desapaixoa seus hábitos de valorização e de medida, num personagem apagado, tímido, sem graça, que acaba não entendendo o que contempla. Perdura nêle aquela incompreensão do distante, que Montesquieu expressava admiravelmente, pondo na boca de suas personagens a famosa pergunta: «Mas... será que alguém pode ser persa?». Vimos, mais de uma vez, perdido em nossas ruas americanas, este homem, para quem o persa é uma personagem inberossimil — devido a que vive demasiadamente longe do Sena — e que, diante de monumentos erigidos a grandes homens ignorados; diante de horários que não são os seus; diante de manjares que nada dizem a seu paladar, permanece absorto, descobrindo, talvez demasiadamente tarde, que existem no mundo pessoas cujas noções, devoções e costumes não são semelhantes em tudo às suas.

Jean-Paul Sartre, hóspede recente de Cuba, apareceu-nos desde o primeiro momento, numa dimensão diferente. Dotado de um prodigioso poder de compreensão, sorridente, ativo, metido em tudo, observava as realizações da Revolução Cubana com extraordinária agudeza de julgamento.

Da de Havana para Santiago, e de Santiago até Havana, vendo tudo que havia para ser visto, provando tudo que tinha para ser provado, passando do automóvel para o avião, e do avião para o helicóptero, conduzido por um incansável desejo de informações. Dormiu nos leitos das cooperativas. Visitou campos e arrabaldes. Examinou mapas e planos. Consultou estatísticas. Estudou os problemas econômicos do país em função do passado e do presente.

Ao mesmo tempo, o poeta jovem, o novelista principiante, que aproximaram-se dele para expor alguma angústia de caráter literário, encontraram-se com Sartre, sempre disposto a dar amplas e nutridas respostas às suas perguntas. E este homem miúdo e cordial, bom apreciador da batida Daquiri, fumante de tabaco forte, conduzido por uma portentosa energia, ainda encontrava tempo para escapar à solicitude de seus admiradores, indo passear despreocupadamente, na companhia de Simone de Beauvoir, pelas ruas da velha Havana — Havana que chegou a conhecer em seus mais recônditos recantos.

Tive a sorte, durante um destes passeios furtivos, de falar com ele sobre um assunto que muito me interessava, e que deve preocupar muito, neste momento, assim acre-

dito, a mais de um escritor de nossa América. Transcrevo neste curto artigo, um fragmento do diálogo que nos levou, naquela oportunidade, a abordar questões relativas ao cinema (Sartre está preparando agora um filme sobre a vida de Freud), à literatura durante a Revolução Francesa, e muitas outras, que, devido às suas infinitas correlações, convidavam à dispersidade. Chegamos, logo, a um terreno onde a palavra de Jean-Paul Sartre ficaria revestida de singular autoridade:

— «Observo» — disse — que há muito tempo que o senhor não escreve uma novela. Terá achado, por acaso, que o teatro constitui um meio mais direto de expressão?»

Sartre — «De forma alguma. Tenho enormes desejos de escrever uma novela atualmente. Mas devo dizer, de uma vez por todas, que jamais terminarei «Os caminhos da Liberdade». Tudo que me faltava narrar neste ciclo ficou demasiadamente longe de nós.»

— «Além do mais, o senhor não acha que a novela necessita de novos planejamentos quanto à forma?»

Sartre — Tanto acredito que talvez seja esta a razão pela qual vacilo diante do trabalho de escrever outra novela.

É evidente que nossa visão do homem atual, em função de seus diversos contextos — no social, no coletivo, no subconsciente; em sua vontade de dizer «sim» ou «não» a tudo que o cerca — pede um novo tipo de novela. Mas, ainda continuamos presos nas ramas da novela

psicológica do século XIX. Procuo outra forma de dizer as coisas, mas não a encontrei.»

— «O senhor não acredita que é mais urgente encontrar novos mecanismos para o diálogo? Parece-me que o diálogo novelesco, tal como está sendo escrito correntemente em nossa época, é tão falso quanto o do teatro de Victorien Sardou, por exemplo.»

Sartre: «Concordo inteiramente. O diálogo novelesco estereotipado é-nos intolerável. Entretanto, o público está tão habituado com suas voltas, com os tratamentos convencionais da linguagem falada, que quando o novelista procura novos caminhos, deixa de segui-lo.»

«...acontecendo então o que ocorre com os escritos de um Samuel Beckett?»

Sartre: «Exatamente. Mas esta evidência, todavia, não exclui o problema da forma. Ninguém pode acreditar que a preocupação pela forma pode desaparecer na arte, sem que a arte desapareça ao mesmo tempo. A arte é forma. E «pôr em forma». Dito isto, existe também o formalista, aquele que tem uma forma antes de ter um conteúdo. Mas quem tenha tirado um conjunto de experiências, de ações ou de paixões, ou faz uma reportagem, se adota a forma comum, ou é artista — autenticamente realista — se deixa que o «por dizer» desenvolva suas próprias exigências de forma. Recordemos o exemplo de Proust, que foi uma testemunha fiel de sua época, mas altamente consciente do problema da forma.»

— «Não esqueçamos, contudo, que esta consciência da forma atrasou, retardou durante algum tempo, a ação do testemunho de quem podemos qualificar, com efeito: de «testemunho fiel». Um testemunho fiel, seja dito de passagem, que cantou o Requiem de uma sociedade à qual, entretanto, adorava.»

— «Sua obra, continuou Sartre, por isto mesmo, é obra de uma testemunha fiel. O que é um escritor digno de ser qualificado como tal? É aquele que cria uma certa distância relativamente ao observado; aquele que não tem o nariz metido nas coisas; aquele que não repete o que é conveniente que os jornais repitam. É aquele que trata, numa obra, de apresentar as coisas com uma certa perspectiva que permita contemplar uma totalidade. Contemplada esta totalidade pelo próprio escritor, acontece que se veja levado a dizer «não» diante de coisas que, inicialmente, deviam levá-lo a dizer «sim».

— «O que seria a negação do compromisso?»

Sartre — «Surpreende-me como se fala tanto de «compromisso» do escritor nestes dias, quando é certo que o escritor está sempre comprometido. Quando diz a verdade, compromete-se com a causa da verdade. Quando diz a verdade a meias, está comprometido com os que sonham com uma meia verdade. E, quando não escreve, também está comprometido. Comprometido em relação aqueles que querem esconder uma verdade». (Copyright Prensa Latina)



Foi ver Cuba

Jean-Paul Sartre, o famoso escritor francês foi ver a revolução cubana de perto. Disse que gostou e deu inteiro apoio aos barbudos. Agora, vem ao Brasil. Sua chegada está anunciada para os próximos dias. Sartre visitará o Rio de Janeiro, Salvador e Recife. Fará conferências e participará do Congresso do Pen Clube.

«MÃE CORAGEM E SEUS FILHOS» OBRA DE EMÇÃO E DE COMBATE

EVA FERNANDES

No conjunto da obra de Brecht, toda a obra de intenção, de tendência, de ideologia, destaca-se «Mãe Coragem e Seus Filhos» como a mais decisivamente contra a guerra. Escrita às vésperas da Segunda Guerra Mundial, no exílio imposto ao grande poeta e dramaturgo alemão pelo Estado nazista, traz o subtítulo — «Uma Crônica da Guerra dos 30 Anos». De fato, o autor utiliza a figura da vivandieira cognominada «Coragem», transmitida pela História, para, num estilo que deve muito aos antigos cantadores populares, lançar a sua acusação contra aquele «negócio continuado com outros meios» que é a guerra.

Brecht não se contenta em acusar a Guerra como flagelo do destino, como desgraça caída do céu. Não. Deixa evidente que a Guerra é idealizada e executada por homens, sujeita às leis do homem. E as suas personagens, com a Mãe Coragem à frente, constituem o exemplo: o autor facultava-lhes constantemente a escolha de participar, ou não, de guerra. O drama, narrado no estilo brechtiano do «afastamento», exige a participação ativa do espectador. De fato, os atores não se identificam com as personagens por eles interpretados, mas, delas «afastados», agem qual cantores populares, contando um «causo» ao público.

O espectador poderá, facilmente, ser levado a compreender as opiniões das personagens, ditas dessa forma diretamente ao público co-

mo sendo opiniões do autor, particularmente em relação às canções e declamações intercaladas no texto. Mas seria opinião de Brecht o que diz a Mãe Coragem em sua «canção comercial» que abre a peça?

«Marchar pra morte, comandantes, Não pode um homem sem comer. Deixai que os cure a Mãe Coragem: Com vinho bom do seu sofrer! Não é saudável, comandantes, Canhões com fome enfrentar Mas quando de barriga cheia, Podéis pro inferno os arrastar!»

Todas as peças de Brecht têm a finalidade de «ativar socialmente» o público, como dizia o poeta. O espectador é compelido a refletir, a participar dos acontecimentos, a completar os pensamentos expressos e ilustrados no palco. «Inevitável aquele, livre das grandes qualidades humanas», — diz a canção «Contestação dos Grandes Espíritos», cantada pelo cozinheiro, quando, naquele terrível inverno, pede uma sopa quente. E, realmente, todos os filhos da Mãe Coragem, perdem-se, morrem, por causa de suas melhores qualidades. O público vê-se, portanto, coagido a refletir e a compreender: desgraçada a sociedade em que as melhores qualidades humanas levam à perdição.

«Mãe Coragem» é uma vivandieira, uma mercadora. Segue os exércitos para comerciar e, apesar de todas as vicissitudes e desgra-

ças, apesar da ruína e da fome, da morte de seus filhos, nada aprende. A propriedade continua sendo, para ela, o maior bem da vida, e a guerra um meio de consegui-la. Críticas foram feitas a Brecht por causa desta sua atitude, reclamando que uma condenação nítida e clara da guerra fosse proferida no fim da peça pela personagem principal. Brecht respondeu a essas críticas: «... a Coragem nada aprendeu das catástrofes. A peça foi escrita em 1938, quando o autor previa uma grande guerra. O autor não estava convencido de que os homens aprendessem, de per si, as desgraças que sobre eles certamente iriam recair — e, nisso revelou-se realista. Mas, embora a Coragem não aprenda, o público pode aprender algo ao observá-la!»

No programa que acompanha a «Mãe Coragem» do «Berliner Ensemble» (que era a companhia de Brecht na República Democrática Alemã, e que, após a morte do poeta, ocorreu em agosto de 1956, continua a sua obra), a intenção agnitiva da peça é sublinhada por textos e fotografias. Assim, faz-se o paralelo entre o corajoso feito da muda Catarina, filha da Mãe Coragem, cuja advertência salva a cidade do assalto pelo inimigo e que é fuzilada pela soldadesca, e o da jovem Raymonde Dien que, em fevereiro de 1950, se jogou à frente de um trem de transporte de armas para a guerra da Indochina, sendo lançada à prisão pelos tribunais franceses. Demonstra, ain-

da, o programa, através de fotografias, o peso dos orçamentos de guerra: o preço de um canhão pagaria uma escola; o preço de um bombardeiro pagaria um hospital; uma divisão blindada, uma colônia operária, e um encouraçado, toda uma instalação industrial. E o próprio Brecht diz o seguinte, à guisa de introdução:

«Pelo infeliz desenlace das Guerras Camponesas foram, por assim dizer, arrancadas as presas da Reforma, no que concerne as social Restavam os negócios e o cinismo. A Coragem — desejo salientar isto para ajudar a representação teatral — juntamente com seus amigos e hóspedes e quase a totalidade da gente, reconhece o caráter puramente mercantil da guerra: é justamente isto que a atrai. Acredita na guerra até o fim. Não compreende sequer que é necessário possuir uma tesoura bem grande para ter a possibilidade de cortar um pedaço para si. Os esqueléticos de catástrofes aguardam em vão que os atingidos aprendam algo da desgraça. Enquanto a mesa for apenas objeto da política, somente poderá reconhecer como destino aquilo que com ela acontece como experimento; aprende pouco das catástrofes como a colônia de Biologia. Não compreende autor fazer a Coragem, no final, adquirir visão — ela começa a ver algo, lá pelos meados da peça, perdendo a sua visão em seguida — o que interessa ao autor é que o espectador veja.»

Algodão Pesa Menos na Balança do Doutor

Reportagem de AMARO VALENTIM

Terras férteis são as do Engenho Salgado, situado no município de Timbaúba, em Pernambuco. O seu proprietário, Joel Borba, serve-se disso para impôr aos lavradores sem terra um sistema de trabalho muito semelhante ao da escravidão. Vejamos alguns fatos: O sr. Joel Borba é um dos maiores fornecedores de cana de açúcar à Usina Ôlho D'Água. Esse fornecimento, entretanto, é feito, em grande parte, às custas do trabalho gratuito dos lavradores, que arrendam as referidas terras para o cultivo de legumes e de cereais, pagando dois mil cruzeiros por uma quadra (50 braças em quadro), ficando sujeitos, obrigatoriamente, às seguintes condições: 1) plantar algodão; 2) venda do algodão produzido ao dono do Engenho; 3) promover, gratuitamente, a limpeza de uma conta de terra plantada de cana, de 12 por 13 braças, na razão de cada 50 braças arrendada.

Balança que rouba

Mas a exploração a os lavradores ainda vai mais longe. O algodão produzido é pesado na balança do próprio dono do Engenho, que é uma balança muito velha. Para cada 20 quilos ela só registra 13 quilos, e não há para quem apelar. A balança do sr. Joel Borba sempre tem razão.

Esses fatos revelam, à grosso modo, o grau de exploração a que estão submetidos os lavradores que arrendam as terras do Engenho Salgado. Muitos lavradores, depois de tentarem inutilmente conseguir a sua independência econômica, são forçados, pelo regime de excessiva exploração, a abandonar as terras arrendadas, após vários anos de trabalho, sem receberem nenhuma indenização pelas benfeitorias realizadas.

Um lavrador que foi obrigado a deixar as terras que havia arrendado pleiteou do sr. Joel o pagamento de 300 fruteiras que deixou plantadas. Em resposta ouviu as seguintes palavras: «Arranque as suas fruteiras e leve-as consigo. Por elas não pagarei nada».

E não pagou mesmo, mas até hoje continua colhendo os seus frutos. O pobre lavrador, sem ter para quem apelar, teve mesmo que deixar todo o resultado do seu trabalho de anos com o dono do Engenho, e partir com sua família, levando os seus «troços» na ca-

Prestes saúda P.O. Rumeno

Por motivo da realização do III Congresso do Partido Operário Rumeno, Luiz Carlos Prestes, em nome dos comunistas brasileiros, enviou uma saudação ao valoroso povo da Romênia, atualmente às vésperas da realização de mais um plano de desenvolvimento econômico que terminará a construção do socialismo. Em sua carta, Prestes reafirma a solidariedade de nosso povo à luta pela emancipação nacional e social em todo o mundo e formula «votos pelo completo êxito de vossa atividade e por novas vitórias do povo irmão da Romênia em sua luta pela construção do socialismo, pela conquista de uma vida feliz e de uma Romênia cada vez mais bela e florescente».

Palavras Cruzadas

F. Lemos

PROBLEMA Nº 17

HORIZONTAIS: 1 — Vivenda. 3 — Afecção profunda. 8 — Que tem elevação. 10 — Contração da preposição DE.

1	2	3	4	5	6	7
8			9			
10			11			12
13		14			15	
	16			17		
18			19			20
21			22			23
		24			25	
26					27	

beça, à procura de outro local onde pudesse ganhar o pão de cada dia. Em sua peregrinação de homem sem terra, mas desejoso de plantar e produzir, o lavrador foi parar com sua família na Fazenda Santa Luzia, situada a um quilômetro da cidade de Timbaúba. Lá a coisa parecia ser diferente, o contrato é feito em outras bases. O agricultor paga 100 cruzeiros ao ano pelo arrendamento de uma quadra de 50 braças, e fica obrigado a atender às seguintes condições: 1) cultivar preferentemente algodão, feijão e milho; 2) vender o algodão à Fazenda obrigatoriamente, e não plantar outras sementes que não estejam especificadas no contrato.

A primeira vista parece que esse contrato é mais liberal. Parece, mas não é. A balança da Fazenda Santa Luzia é tão velha quanto a do Engenho Salgado. Dez quilos de algodão pesado pelo lavrador só valem cinco quilos na balança da Fazenda. Além disso, o produto é pago a preço fixado pelo próprio dono da terra, que é o senhor absoluto da situação. Como se vê, o lavrador é roubado na pesagem, e ainda é obrigado a vender o que lhe resta a preço inferior. Além do mais, fica proibido de plantar nas terras arrendadas os legumes e as verduras necessárias à sua alimentação.

Justiça Caólha

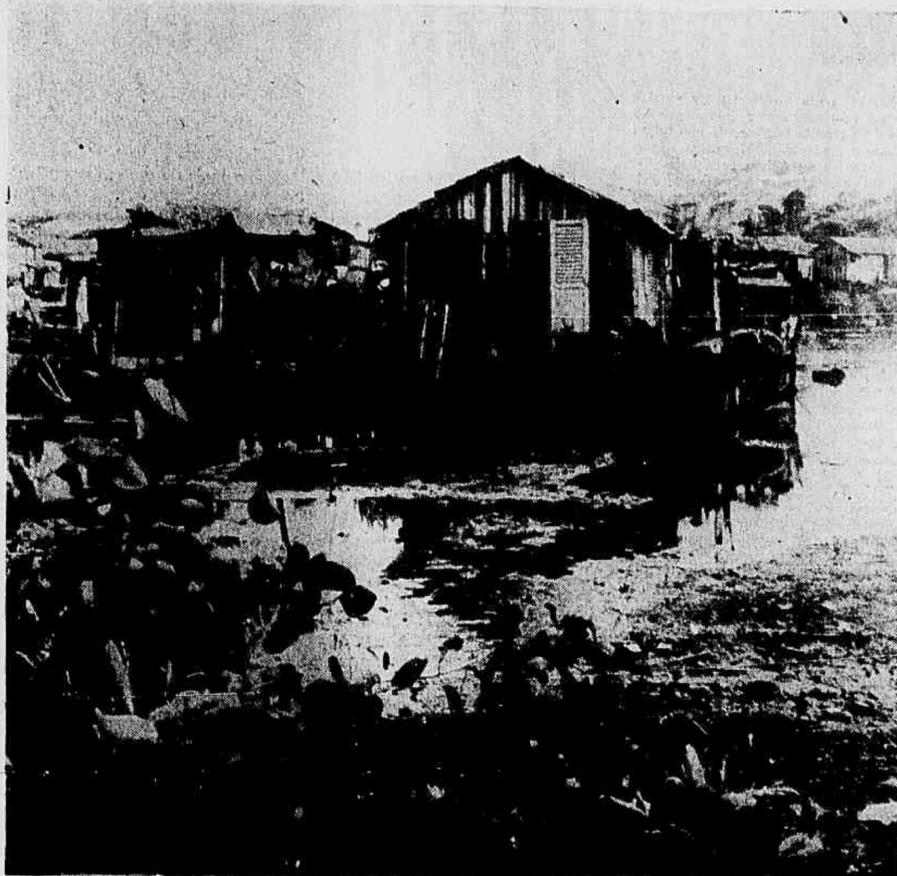
Fatos como esses ocorrem aos milhares no interior de Pernambuco. O lavrador prejudicado, roubado em seu trabalho, privado dos seus mais elementares direitos, cansa-se de apelar para os juizes, advogados, prefeitos, deputados, pois ouve sempre a desalentadora resposta:

«Não tenho nada a fazer em seu favor, meu velho. A lei não lhe dá direito. O Doutor é rico, ninguém pode com ele. Tenha paciência».

Paciência o lavrador tem mesmo, e até de mais. O espírito de submissão, que é coisa diferente, é que está sendo varrido da consciência dos nossos homens do campo, que começam a reagir mais enérgicamente contra as brutais formas de exploração a que são submetidos. Esse fato vem se revelando no crescimento das Ligas Camponesas, criadas para a defesa dos interesses dos trabalhadores do campo, e para a luta pela reforma agrária.

Greve de Cabo Frio acabou vitoriosa

Os trabalhadores nas salinas de Cabo Frio, que permaneceram em greve durante 28 dias, reclamando um reajustamento salarial e melhores condições de trabalho, acabam de obter expressiva vitória, firmando um acordo que estabelece o pagamento dos dias de paralisação e a proibição de qualquer medida punitiva contra os grevistas. O acordo, homologado, na tarde do dia 29, no TRT, determina ainda o seguinte: 1) aumento de Cr\$ 1.000,00 para os operários categorizados e de Cr\$ 600,00 para os que recebem o salário mínimo; 2) pagamento de adicional de 50%, correspondente a atividade insalubre exercida pelos trabalhadores a partir de 1/8/60; 3) regulamentação do trabalho dos menores e observância dos dispositivos da lei; 4) fornecimento de material de proteção (botas de borracha, capas, etc.) aos trabalhadores em salinas.



Barracos unidos plantados sobre um verdadeiro pantanal formado pelas águas da chuva, constituem o «grupo residencial» mais conhecido como favela. Esse que a foto mostra é o de Braz de Pina. Lá residem centenas de famílias que, além de todos os problemas que têm pela frente, estão lutando para não ficarem sem teto. «Dos males, o menor» — eles dizem.

Favela de Braz de Pina

FAVELA DE BRAZ DE PINA

Exploração Chegou e Parou

— Se favelado pudesse pagar aluguel, não moraria em barracos sem o menor conforto e muitas vezes infectos. — declarou à reportagem de NOVOS RUMOS o sr. Norberto Silva, presidente da União dos Trabalhadores do Parque Proletário, de Braz de Pina, definindo a posição dos trabalhadores favelados em face à Cruzada São Sebastião, de Dom Helder Câmara.

O presidente da entidade concedeu uma entrevista a NR, ilustrando-a para o repórter com a realidade: visitamos em companhia do sr. Norberto Silva, a favela do Parque Proletário e pudemos verificar as condições existentes no local. Vivendo nas piores condições, sem nenhum amparo das autoridades e submetidos a contínuas ameaças de despejo, os favelados de Braz de Pina organizaram-se na sua entidade que visa, essencialmente, a conquista dos seguintes objetivos: 1) — Permanência dos moradores no terreno da favela; 2) — urbanização da favela sem destruição dos barracos; 3) — desapropriação do terreno e venda dos mesmos aos favelados; 4) — administração das verbas a serem utilizadas nas favelas.

Dom Helder e o despejo

Tanto o sr. Norberto Silva, como outros moradores que falaram à reportagem de NOVOS RUMOS, criticaram as atividades da Cruzada São Sebastião.

— A organização orientada por Dom Helder Câmara — afirmou — é o principal responsável pelas constantes ameaças de despejos que pesam sobre os favelados. Além disso, a publicidade que se faz em torno de pretensas benfeitorias realizadas nas favelas por instituições as mais diversas, não corresponde à realidade, servindo somente para abafar os protestos dos favelados contra a má administração das verbas destinadas às favelas.

Os barracos da cruzada

Alguns dos moradores da favela, em contato com a reportagem, denunciaram o plano de «urbanização» que está nas cogitações da cruzada de Dom Helder.

— O que eles pretendem — disseram alguns — é nos expulsar da favela, derrubá-la e depois vender os terrenos onde estão construídos os barracos. E vão se aproveitar também do material para construir novos barracos e alugá-los.

União, que além dos inconvenientes de ordem econômica, existem os de ordem política.

— A Cruzada — disse — é uma agremiação dirigida pela Igreja na pessoa de Dom Helder, e, como sabemos que ela dá apoio a candidatos a postos eleivos, podemos afirmar que o controle que exercem sobre o proble-

ma dos favelados pode influir na questão eleitoral.

Muitas vezes — concluiu — o favelado é obrigado a votar neste ou naquele candidato apoiado pela Cruzada, em troca da promessa de um barraco melhor. Isto, convenhamos, não é democrático; não permite o voto livre e consciente.



Favelado só ouve falar em organizações de assistência aos moradores nos barracos da «cruzada». Só ouvem, porque não recebem auxílio. Eles não conseguem. Quando se tem que fazer alguma coisa, o jeito é arrecadar alguns caraminguás e lutar pra frente.

A cruzada e as eleições

Declarou ainda à reportagem o sr. Severino Brasil, vice-presidente da

Fazendo alguma coisa

Teatro

Beatriz BANDEIRA

Diversas

ATRAVESSAMOS um período de calma, no ambiente da crítica teatral. Entretanto, como sempre acontece, inúmeras estréias se anunciam para esta semana. Esse sistema de lançamentos quase simultâneos traz um problema para o crítico semanal: vai comentando os espetáculos um a um de sete em sete dias e, geralmente, quando chega aos últimos o comentário já perdeu a oportunidade. Há, contudo, uma grande vantagem: pode selecionar as peças, deixando de ver coisas à base de strip-tease pornográfica e chanchadas.

As próximas estréias

O «Studio A» uma das mais novas companhias de comédia atuando no Rio, anuncia para breve o lançamento de sua segunda peça «Conheça seu homem» de Henrique Pongetti no Teatro Delfino.

«Eva e seus artistas» se apresentará também provavelmente esta semana no confortável Teatro Ginástico, em «Amor em Hi-Fi» de Barrillet e Gredy.

Sérgio Cardoso anuncia as últimas semanas do seu atual cartaz, que felizmente não vimos, e o lançamento no Teatro Mesbla, onde atua com sua companhia, da bellissima peça de Guilherme de Figueiredo «A raposa e as uvas». Se alguém ignora, informamos: «a raposa...» está traduzida em vários idiomas e já foi encenada nos principais centros teatrais do mundo, inclusive na União Soviética e na China do poeta Mao. As sistimos há alguns anos pela Dramática Nacional, no Teatro Municipal. Espo, criado por Sérgio Cardoso era comovedor. Ignoramos como estará agora, nessa fase melancólica de sua carreira. Em todo caso, é um espetáculo que recomendamos desde já, pois a peça é um canto à liberdade e à dignidade humana. O velho Teatro Municipal apresenta atualmente uma Temporada Nacional de Arte (Ópera Lírica, gênero muito popular).

O Teatro da Praça, anuncia para o dia 30 do corrente, o lançamento de «Porque me ufano de meu país...» peça que, antes de lançada já deu algumas alterações: a família Afonso Celso pretende impugnar o título e a censura andou se manifestando. Ignoramos maiores detalhes.

Cinema

Gennyson AZEVEDO

Quando Voam as Cegonhas

Um dos acontecimentos do ano cinematográfico é, sem sombra de dúvida, a estréia de Quando Voam as Cegonhas (Lietiat Juravil). A revelação da grande atriz que é Tatiana Samoilova já bastaria para atrair as atenções gerais mas, Quando Voam as Cegonhas tem a marca do grande cinema, das obras que ficam incorporadas ao patrimônio cinematográfico universal.

Tive a felicidade e a emoção de ver esta extraordinária película no Festival Cinematográfico de Cannes. Embora muito bem da estronosa manifestação tributada ao filme e à jovem Tatiana, pelo público tão diverso presente naquela noite, Tatiana não resistiu a emoção e duas lágrimas discretas misturaram-se ao seu sorriso. Durante as três semanas que passou em Cannes conquistou a admiração dos jornalistas e críticos representando ali a imprensa mundial. Serguei Urussevski, diretor de fotografia de Quando Voam as Cegonhas e O Quadrágono Primeiro, também lá estava com a sua enorme simpatia e simplicidade. Na noite de encerramento quando Tatiana, depois de receber o seu prêmio, saudou os presentes com um «C'est si bon. Ho-lala!» foi acolhida com palmas estronosas e entusiasmadas.

O cinema de Mikail Kalatosov e as imagens de Serguei Urussevski têm as dimensões das obras clássicas, revivendo as melhores tradições dos mestres russos na surpreendente montagem. Porém, o filme de Kalatosov tem além do brilho exterior uma bela história sentimental (um apanhado palpitante da realidade soviética num passado ainda recente) do teatrólogo Victor Rozov. A simplicidade do tema casa-se perfeitamente com o virtuosismo formal, que dá as imagens um poder descritivo maior que o dos diálogos.

Quando Voam as Cegonhas conta uma história de amor vivida por dois jovens — Boris (Alexei Batalov) e Verônica (Tatiana Samoilova). Os namorados passeiam despreocupadamente na madrugada de Moscou, beijam-se, abraçam-se, fazem planos para o futuro. Sobreveem a guerra e os namorados se separam — Boris vai para a frente, Verônica permanece em Moscou. As notícias escasseiam e as privações aumentam, Verônica é assediada por um primo de Boris (A. Chvorine), os bombardeios de Moscou obrigam à mudança para a Sibéria. A moça espera cada dia notícias de Boris, vivendo um pesadelo onde a ansiedade, a poesia e a brutalidade se mesclam.

A câmara de Urussevski realiza prodígios de dinamismo para captar o drama interior de Verônica. O operador segue-a no meio da multidão, numa louca corrida para a tentativa de suicídio ou quando está a sós com o primo de Boris durante um bombardeio. A fragilidade, a beleza, a angústia, a cólera, o cansaço, a elevação de Verônica, traduzem-se no rosto singelo da grande atriz soviética em magnífica sucessão de planos.

Kalatosov soube mostrar de maneira lírica a descoberta do amor deste casal de adolescentes, com dramaticidade a tragédia da separação, com angústia a infidelidade e a deslusão. O roteiro de Rozov, no entanto, exprime com calor, de maneira emocionante mesmo, a confiança naquilo que há de mais puro no ser humano: a razão, a inteligência e o amor. Quando Voam as Cegonhas é um destes raros filmes em que o comvente sentimentalismo se traduz num raio de esperança, num poético raio de luz a iluminar o futuro.

Não deixem de ver Quando Voam as Cegonhas, um filme generoso, belo e tocante, uma obra de excepcional valor plástico e cinematográfico que a «Palma de Ouro» do Festival Cinematográfico de Cannes premiou há dois anos atrás.

Como Atua na Argélia de Hoje o Exército de Libertação

ARTIGO DE KRIM BELKACEM
(Primeiro Vice-Presidente e Ministro da Guerra do GPRA)

As lutas continuam na Argélia. A guerra, que já se encontra prestes a enveredar pelo sexto ano, não enfraqueceu o E.L.N., Exército de Libertação Nacional. Ao contrário: os contatos frequentes com um grande exército moderno, como o é o de uma potência como a França, forjaram-no e desenvolveram-no. Dia a dia sua experiência é enriquecida pelos obstáculos que tem a vencer, porque cada batalha lhe ensina uma nova maneira de agir, permitindo-lhe vencer continuamente a tática do exército francês, que mobiliza todos os seus grandes estrategistas.

Regular e moderno por sua estrutura e armamento, o exército argeliano é essencialmente revolucionário. Seu objetivo é libertar um povo, a fim de que este possa conquistar uma condição melhor. Deve, portanto, tomar a iniciativa do combate: desfechar ataques fulminantes e não permitir que o inimigo o domine.

Guerra militar e econômica

O E.L.N. perderia seu caráter revolucionário se se limitasse a atacar exclusivamente o exército regular francês, isto é, se não considerasse o estado de coisas criado pela ordem social e econômica instalada arbitrariamente pelos colonialistas franceses em 1830. Uma guerra na Argélia entre dois exércitos não inquietaria de forma alguma os imperialistas franceses se não ferisse seus interesses vitais e não lhes mostrasse a precariedade de seus privilégios e de seu poder. Era, portanto, dever do E.L.N. trabalhar para destruir a infra-estrutura da administração francesa a fim de enfraquecer seu potencial econômico.

Para atender às necessidades da luta, três corpos foram constituídos no Exército de Libertação Nacional: o destacamento dos «Mudjahidines», o dos «Mussebillines» e, enfim, o dos «Fidayens».

A divisão dos «Mudjahidines», composta essencialmente de soldados aguerridos, munidos de armas automáticas e semipesadas, enfrenta e persegue o exército regular francês. Sua estrutura é das mais modernas: grupo, seção, companhia e batalhão. Essa estrutura pode, porém, modificar-se, o que é exigido pela diversidade das atividades militares e pela variedade dos campos de operação. A estrutura de um exército não pode ser a mesma na montanha e na planície.

A distribuição dos combatentes no território leva em conta os problemas políticos e militares apresentados por cada região. Naturalmente, a presença do exército é em toda a parte indispensável, mas varia com os objetivos militares e segundo a presença do inimigo em nosso solo.

As emboscadas

O contato com o exército francês é feito de diversas maneiras, saiba ele, ou não, de nossa presença. O princípio fundamental é, no entanto, o de manter sempre a iniciativa na luta, a liberdade de travá-la ou de evitá-la. No começo o exército argeliano se limitava sobretudo em armar emboscadas aos comboios militares e em fustigar seus postos para não implantar o terror. Baseada em informações ou pessoal, a emboscada exige uma verdadeira arte. É preciso saber lançar na liça os efetivos e o armamento necessários. A escolha do

local tem grande importância. Há chefes militares no ELN que, pelo simples estudo aprofundado do terreno, prevêem com exatidão as perdas que suas unidades podem suportar em consequência da luta. Se se trata de um comboio, é preciso determinar a posição exata de seus pontos neurálgicos ou perigosos (localização dos postos de transmissão, das armas semipesadas, etc.), conhecer os intervalos entre os veículos inimigos para se assumir a posição mais vantajosa. A escolha das armas a serem empregadas e sua disposição exercem grande papel numa emboscada; as metralhadoras são as armas mais importantes, assim como os fuzis de caça. Apesar da abundância das armas de guerra, ainda se prefere utilizar o fuzil de caça quando se trata de emboscadas. Carregada de chumbo grosso, essa arma tem grande campo de ação quando opera de perto. Enfim, é necessário sobretudo evitar que a atenção do inimigo seja despertada: não se mover, falar ou fumar, e não deixar certos objetos brilharem ao sol.

Confiante, o inimigo se aproxima, e depois se coloca dentro do dispositivo da emboscada. Um tiro muito brusco e nutrido marca o início da luta. Todas as armas voltam a morte. As bazucas e as metralhadoras ribombam e reduzem a pedaços caminhões e carros blindados. Os postos de transmissão e as metralhadoras do inimigo são neutralizados. Surpreendido, não pode apelar para a ajuda e nem reagir seriamente. Não dispõe de tempo e nem de meios. Três ou quatro minutos bastam para aniquilar quase todas as suas forças. A segunda fase da operação é tão rápida quanto a primeira: assaltar. Caminhões, blindados e carros são invadidos por um enxame de combatentes que reduzem a nada toda resistência. Enfim, tudo é destruído e queimado, após se ter procedido à recuperação das armas e das munições do inimigo, assim como de seus documentos. Tudo isso é presa preciosa para nós. Depois, por uma retirada estratégica, nossas tropas se afastam do campo de batalha antes da intervenção de reforços.

Quando bem realizada, a emboscada é a operação mais vantajosa para nossas tropas e a mais fatal para as forças inimigas. O adversário é surpreendido e aniquilado antes de poder esboçar um gesto. As vezes pode, porém, degenerar-se em peleja em que as forças são geralmente desiguais. O exército francês põe em ação o grosso de suas tropas estacionadas no setor e uma aviação que se eleva a dezenas de aparelhos. Nossas unidades devem, então, enfrentar um inimigo em diversas frentes. A vantagem pertence ao que mantém o sangue frio, que condiciona um tiroteio preciso e ordenado.

Nossas tropas devem preceder o inimigo e instalar-se diante dele em pontos estratégicos do campo de batalha. Trata-se de camuflar os morteiros e outras armas semipesadas. As metralhadoras devem ser colocadas sobre as cristas das colinas mais altas para dominar o inimigo em terra, enfrentar a aviação e atacá-la. E também preciso lançar mão de alguns estratagemas, efetuar deslocamentos rápidos e inapercibidos de algumas de nossas unidades, para lançar a confusão entre o inimigo, por exemplo. Poucos são os combates, contudo, em que, em con-

seqüência de uma tática acertada de nossos soldados, as tropas francesas não são atacadas isoladamente e a aviação não faz vítimas indiscriminadamente.

O conhecimento profundo do terreno é também uma de nossas primeiras condições de êxito.

Cresce o exército

Nosso armamento era, a princípio, dos mais arcaicos. Fuzis de caça e velhos fuzis de guerra serviam para que o ELN travasse as primeiras lutas contra as forças do ocupante. A força principal de nossos soldados era, então, sua coragem e a fé na causa justa pela qual lutavam. No entanto, as primeiras vitórias contra os soldados franceses permitiram-nos recuperar fuzis de guerra modernos, metralhadoras de mão e mesmo metralhadoras pesadas. Nosso principal arsenal era, então, o próprio exército francês. A preocupação do revolucionário argeliano foi sempre a de possuir um bom exército próprio. Quantos espetáculos igualmente comoventes e admiráveis assistimos quando viamos o guerrilheiro, desdenhando as balas que zumbiam em torno dele, saltar para arrancar a arma do inimigo, ou ousar de mil meios para recuperar seu equipamento! Graças a sua experiência e às vitórias conquistadas contra os franceses, a contribuição de todo o povo argeliano em homens e em dinheiro, e à ajuda dos aliados, o E.L.N. tornou-se um exército forte por seu armamento, por sua vontade de vencer e de organizar-se em sua marcha para a vitória final.

A emboscada não é mais seu principal meio de enfraquecer o inimigo. Atualmente ele inicia a luta, provoca a peleja, organiza as incursões dentro das cidades, ataca e toma de assalto os postos militares. A passagem da emboscada ao ataque e do simples fustigamento dos postos à sua destruição assinalaram uma evolução muito importante em nossa luta.

O destacamento dos «Mudjahidines» constitui, portanto, o exército propriamente dito. Seus soldados são de elite, aguerridos e disciplinados, vigorosos e rápidos na luta. São geralmente recrutados após um estágio no corpo dos suplentes, onde passam por duras provas.

Os suplentes que atuam nas cidades se chamam «mussebillines» e «fidayens» os que atuam no campo.

Camponeses, operários e estudantes

Os «mussebillines» são camponeses e os habitantes da montanha. Os camponeses ocupam lugar destacado na guerra da Argélia. São a imagem dos resistentes argelianos de todas as épocas. Os postos militares do ELN que dirigem nas zonas proibidas ou livres, e através de todo o solo da Pátria, simbolizam a Argélia combatente de há mil anos e de há cem anos. Suas atividades são variadas e penosas. Dia e noite, mantêm vigilância rigorosa. Ninguém pode deslocar-se de um lugar para outro sem que seja controlado e seu trajeto determinado. Os «mussebillines» recebem o correio e as provisões, fazem sua distribuição ou os encaminham de um posto a outro. Servem de guias porque sua qualidade de montanheses lhes dá aptidões que os outros não possuem: conhecimento profundo do terreno, agilidade inigualável



Guerra em todos os campos

e a capacidade de resistir às maiores fadigas.

Os «mussebillines» são também guerreiros intrépidos e corajosos. Participam, com entusiasmo, das batalhas que o ELN trava contra o exército francês. Destroem as ricas instalações que o colonialismo construiu na planície e através de toda a Argélia. Seu objetivo é, portanto, o de sabotar toda a infra-estrutura da administração inimiga instalada no campo e nos arredores dos grandes centros urbanos (destroem as vias de comunicação, transformadores elétricos, etc.). Fazem muitos trabalhos para o departamento de engenharia do ELN. Tomam de assalto granjas dos colonos franceses, transformados em pequenos postos militares, minam estradas e ferrovias. Traçam linhas de comunicações, que não constam nos mapas do estado-maior do inimigo.

Na cidade, os operários e os estudantes estabelecem colaboração estreita. No sentido militar, formam

ARGÉLIA

Guerra só Acaba se Houver Liberdade

As conversações preliminares entre os representantes do Governo Provisório da República Argelina e do Governo francês, que tinham se iniciado mal, parece que se encaminham nos últimos dias para um acórdio inicial sobre os procedimentos das negociações. A primeira medida concreta do Governo francês dificilmente poderá ser considerada como outra coisa que não uma provocação. Os franceses enviaram a Túnis um avião militar para conduzir o representante argeliano à França, o que equivaleria a um prelúdio de «rendição» com o qual os argelianos não poderiam concordar. Afastada a provocação, o representante do G.P.R.A., Boumenjel, dirigiu-se à França.

Chegando-se a este ponto, começam a se definir as negociações propriamente ditas. Trata-se de saber como será reconhecida a delegação do GPRA que participará das negociações e as questões que serão discutidas. Os colonialistas franceses usaram e abusaram do «argumento» de que não havia possibilidade de entabular negociações para acabar com a guerra porque não haviam «negociadores válidos». Agora, depois do discurso de de Gaulle, a posição é outra: «todas as correntes» participarão das negociações. O único representante válido do povo argeliano, entretanto, é o Governo Provisório chefiado por Ferhat Abbas, e não se pode colocá-lo em pé de igualdade com quaisquer outras «correntes». A guerra de libertação nacional da Argélia é dirigida pelo GPRA e só ele poderá negociar a paz.

Referendum e garantias

Em segundo lugar, se o Governo francês propõe substituir a atual guerra por um referendum em que o próprio povo argeliano decidiria de seu futuro, é preciso que as condições desse referendum sejam discutidas com os combatentes. É inconcebível que os representantes do povo argeliano concordem com um cessar-fogo que conservaria a mesma situação existente antes de ser iniciada a guerra. Para que a guerra cesse, é preciso dar todas as

Em 1954, quando foi iniciada a guerra da Argélia, os combatentes argelianos careciam de armas e homens. Hoje, o sacrifício do povo argeliano, a solidariedade dos árabes e do mundo inteiro, fizeram com que os 800 mil soldados franceses tenham diante de si um inimigo poderoso e decidido.

os destaques dos «Fidayens». E uma verdadeira organização clandestina que deve abater todo colonialista notório ou traidor apontado pelo serviço de informações do ELN.

Não há um só setor do território argeliano em que o ELN não exista sob suas três formas: mudjahidines, mussebillines e fidayens.

Sua ação é sempre coordenada e dirigida por uma única autoridade, a autoridade militar.

Recrutamento

Os jovens argelianos se oferecem em massa ao recrutamento, que é objeto de grande atenção: É preciso possuir a capacidade necessária; a saúde deve ser de ferro. A vida no maquis é dura. Ela exige homens duros. A convicção revolucionária e a moral importam mais do que a saúde: o moral deve ser à toda prova. O terceiro problema é o do atentado: para ser admitido nas fileiras do ELN é preciso abater um colonialista ou um traidor notório.

O atentado é o estágio por que passa todo candidato ao ELN. Só se executam os que possuem uma especialidade reconhecida de primeira necessidade para o ELN.

Os combatentes do ELN são militantes revolucionários conscientes de suas responsabilidades. Sabem quais são os objetivos, os meios e as qualidades futuras de seu país. O maquis é uma grande família onde reina uma disciplina livremente aceita, a solidariedade e a fraternidade. No entanto, essa disciplina de ferro de forma alguma impede que todos os soldados, oficiais e sub-oficiais sejam revolucionários iguais na luta e sujeitos aos mesmos sacrifícios e sofrimentos. E nos mesmos lugares e nos mesmos pratos que todos fazem suas refeições. Diferença alguma existe a esse respeito. O oficial só se distingue pelas pesadas responsabilidades de que se acha investido. Sua graduação é uma carga e não um privilégio. (O título e os subtítulos são de responsabilidade da redação de NR).

Os jovens argelianos se oferecem em massa ao recrutamento, que é objeto de grande atenção: É preciso possuir a capacidade necessária; a saúde deve ser de ferro. A vida no maquis é dura. Ela exige homens duros. A convicção revolucionária e a moral importam mais do que a saúde: o moral deve ser à toda prova. O terceiro problema é o do atentado: para ser admitido nas fileiras do ELN é preciso abater um colonialista ou um traidor notório.

garantias de que o povo argeliano poderá decidir em completa liberdade o seu próprio destino.

Como será garantida esta liberdade? Com os 800 mil homens armados que defendem o colonialismo francês na Argélia? Quais os «observadores» internacionais que irão inspecionar o plebiscito e como poderão fazê-lo? Quando será realizado o referendun e quem o organizará? Estas e outras perguntas precisam ser esclarecidas para que seja realmente possível acabar com a guerra da Argélia. A experiência

anterior das manobras do colonialismo francês na própria Argélia e em outros lugares não pode inspirar confiança a ninguém. No Viet-Nam, por exemplo, as eleições livres jamais se realizaram e a reunificação do país foi inteiramente sabotada pela França. Sem retirar o exército francês do território argeliano e sem que os representantes do Governo argeliano tomem parte ativa na organização do referendun a paz é impossível na V República, da mesma forma que antes.

Nota Internacional

Eisenhower Quer Guerra a Cuba

A comissão de agricultura do Senado norte-americano resolveu voltar atrás de sua decisão anterior e aprovou por unanimidade o projeto defendido pelo Governo que concede ao presidente poderes para modificar as cotas de importação de açúcar. A reviravolta se deu depois que a comissão ouviu o Secretário de Estado Christian Herter em sessão secreta. Depois da reunião informou-se que o pretexto alegado por Herter é o suposto fato de que Cuba não dispõe de quantidade suficiente de açúcar para fornecer os três milhões de toneladas de sua cota. Na verdade, Cuba já exportou este ano um milhão de toneladas para os Estados Unidos e se não exportou mais não foi em virtude de suas vendas a outros países, como alegam os norte-americanos, mas porque o boicote a Cuba já começou de fato.

A pressa e a insistência de Eisenhower e seus conselheiros políticos e militares em ver aprovada a nova lei sobre a importação de açúcar deixa claro que se pretende lançar contra Cuba, ainda este ano, durante o resto do mandato de Eisenhower, uma vasta campanha de intimidação e agressão. Esta afirmação é confirmada por várias atitudes e medidas adotadas pelo Governo inane, entre as quais podem ser citados os preparativos na base militar de Guantánamo para uma campanha armada, as sucessivas provocações de altos funcionários norte-americanos. Inclusive a do subsecretário de Estado Douglas Dillon que afirmou publicamente que Cuba é um «satélite da URSS», a apresentação pelos norte-americanos de uma acusação contra o Governo de Fidel Castro na OEA e a obtenção das companhias petrolíferas, apoiadas e defendidas pelo Departamento de Estado, em não refinar o petróleo soviético adquirido por Cuba.

A manobra inane é muito clara. Por um lado, organiza-se uma agressão econômica, concentrada principalmente no açúcar e no petróleo. Pressionado pelos trustes, o Governo cubano, para não capturar, será obrigado a tomar medidas drásticas para poder sobreviver a uma diminuição de sua receita de divisas, provocada pela queda no valor das exportações, e a uma crise de combustíveis. Para os brasileiros, esse tipo de chantagem é facilmente compreensível, pois é o mesmo praticado contra nós no caso do café e nas tentativas repetidas de liquidar a Petrobrás e colocar o país à mercê dos trustes do petróleo. Por outro lado, quando estivesse em auge a crise, começaria então a fase militar das operações com a intervenção direta e indireta dos Estados Unidos. Para preparar esta segunda fase, o Departamento de Estado já apresentou à Organização dos Estados Americanos uma acusação a Cuba por «ameaçar a paz nas Caraíbas», e vem pressionando duramente os governos latino-americanos para que coonestem sua agressão.

A guerra que o imperialismo norte-americano está preparando contra Cuba, entretanto não visa apenas o Governo de Fidel Castro. É uma guerra contra o movimento de emancipação econômica e política da América Latina, contra o desenvolvimento democrático e independente dos povos latino-americanos.

Fausto Cupertino



Emboscadas contra os franceses

O Exército de Libertação Nacional da Argélia começou com um número reduzido de combatentes e dispôs de armas antiquadas e incomparavelmente inferiores às dos franceses. No processo da luta, os argelianos armavam emboscadas ao Exército francês e este foi durante muito tempo seu principal meio de obter armas e equipamentos.

Trabalhadores Paulistas ao Lado de Lott e Jango

CONSTRUÇÃO CIVIL

ABC — Pedro Daniel de Sousa, Nilto Cândido, Otávio Teixeira, Aribano Carizo, Dario de Albuquerque, Orlando Furlan, Sebastião Rodrigues, Adilson Dalaruessa, Orácio Rucci e José Soares.

SÃO PAULO — José Xavier dos Santos, Armando Remédio, Benedito de Sousa, José Cubertino de Novais, João Louzada, Antônio Pedro Andrade, Elísio Lopes de Carvalho, José Modesto de Sousa, Tarciso Rodrigues, João Sacane, José Augusto de Barros, e Cíntia de Sousa Nunes.

GUARATINGUETÁ — Durval Neri, Ângela Sales e José Palmeira.

LIMEIRA — Manuel Angelino.

CAMPINAS — Pedro Segundo Simionato, Dourival Cita, José Clemosco, Arlindo Pinto de Camargo, Hercílio Rozendo dos Santos, Geraldo Gimenez, Francisco Marêncio, Adelino Raizer, Olavo Flutuoso de Moraes, Nelson Gus-tádio Martins e Plínio Wagner.

JUNDIAI — Alexandre Galvão.

SANTOS — José Alves Navazo.

MOJI DAS CRUZES — Alberto Pa-voas, Tomás Gomes dos Santos, Bene-dito Gomes de Lima e Zeferino Vaisset.

MARCENEIROS

SÃO PAULO — Salvador Rodrigues, Nelson Dias, José Flores Navarro, Ar-mando de Moraes, Mariano Vitorino Lopes, Olívio Polastrini, Domingos Pe-drão, Mário Augusto da Costa, Gregó-rio Barbero, Cícero Muniz dos Santos e Mário Pires.

TEXTEIS

SÃO PAULO — Artur Avalone, Ma-nuel Laurence, Arlindo M. de Oliveira, Antônio Chamorro, Luis Firmino de Li-ma, Mário Emílio da Cunha, Narciso Camarate, José Molinário, Primo Salva-dor, Rossi, Nivaldo Fonseca, José Pe-reira da Silva, Audálio Fernandes, Má-rio Perassi e Francisco José Teixeira.

GUARATIN — Valter Vilela Pinto e Orlando Rolando.

SUSANO — Francisco Pinto Ferrei-ra.

SOROCABA — Luis Ganzago de Sousa, Celso Ferraz, Antônio Navarro, Romão Rodrigues, Benedito de Almei-da, José de Araújo e Antônio Tovilla.

ARARAS — Antônio Mareta, Valter Zeni e Fortunato Boghin.

JUNDIAI — Benedito Camargo, An-tônio Galdino, Lourindo Dias de Almei-da, Mário Scrico, Pedro Cardoso de Lima, Leonel Luchetti, Hans Hoffman, Frank, João Manuel de Sousa e José Ramalho.

TATUI — Antônio Bastos.

AMERICANA — Valentim Pio, Paulo Grumari, Nelson Baretti, Antônio Ben-to Gonçalves, Sebastião S. Zanuti e Se-bastião de Almeida.

ATIBAÍ — Alvaro Vucano, Sidnei dos Santos, Benedito Cardoso e Sebastião de Almeida.

S. C. SUL — Francisco Ferreira de Brito.

PIRACICABA — Antônio Aires No-gueira, Luis Antônio Rodrigues, Vicente Fe-raz de Oliveira, Iraci Rosa Perille, Jacob Parcia, Goerino Bucelli, Ana Stocco de Moraes, Ester Basso Gova, Mário Teixeira e Maria Nerves de Ar-ruda.

S. BERNARDO DO CAMPO — José Serario Fernandes.

S. J. CAMPOS — Francisco Moreno Ariza, José Maria da Silva, Ivan Vieira de Sousa, Benedito Crispim de Go-dói, Reginaldo Rodrigues Malhares, Adolfo Mariano dos Santos, José Mário de Oliveira, José Felix, João Manuel de Sousa, José Romalho.

BRAGANÇA P. — Mateus Saviello, Benedito José dos Santos, Luis Mateus Neto, Raul Rizzardi.

SALTO — Flávio Costa.

RIB. PRETO — Alaide Costa.

SANTO ANDRÉ — Antônio Deniz, Ger-ldo Rodrigues, Antônio R. de Go-dói, José Alves Palmeira, João de Sa-vino, Antônio Uzaí, Nelson Gomes, José Severiano, Auro Helena, Paulo Facino, Benedito M. dos Santos, Rai-mundo Lopes da Silva.

S. B. DO OESTE — Sebastião Poli-lana.

S. R. DO PASSA QUATRO — Antô-nio Holentino.

MESTRES E CONTRA-MESTRES — Sílvio Aguilár, João Cortona, Arlindo Duarte de Oliveira.

JACAREÍ — Geraldo Braga.

TAUBATÉ — Benedito Nunes da Sil-va, Joaquim Rodrigues do Prado, Elcio Zan-th.

S. ROQUE — Durval Bezerra, Sebas-tião Domingues da Silva, João Macha-do.

MOJI DAS CRUZES — Armando Amaro Nunes, Maria Júlia Varda, Rute Vigira, Francisca Afonso.

METALÚRGICOS

S. PAULO — José de Araújo Pláci-do, José Bustos, Eugênio Chemp, Aldo Lombardi, Afonso Delelis, Albano Ne-ri Seco, Marçill M. Araújo, Pedro José, Joaquim José de Souza, Ercílio R. de Campos.

SANTO ANDRÉ — Philadelfo Braz, Miguel Guillem, Ernesto Corraine, Mar-

São Paulo (Da sucursal) — O apoio maciço dos trabalhadores de São Paulo à chapa nacionalista Lott-Jango ficou positivado no gran-dioso ato realizado no dia 25 no cine Oberdã, sob o patrocínio dos líderes sindicais paulistas. Milhares de pessoas lotaram as dependên-cias do Oberdã, onde se encontravam o vice-governador Porfírio da Paz, senador e numerosos deputados federais e estaduais. Os discurs-os proferidos pelo marechal Lott e o sr. João Goulart foram aplau-didos com extraordinário entusiasmo pela grande massa. No momento, foi feita a entrega ao marechal Lott de um manifesto assinado por cerca de 500 dirigentes sindicais do Estado abrangendo quase tôdas as categorias profissionais. É o seguinte o texto do manifesto, com as respectivas assinaturas:

«Os dirigentes sindicais do Estado de São Paulo que têm se mantido permanentemente na posição de defesa dos interesses mais sagrados dos trabalhadores, compreendem perfeitamente que esses interesses estão estreitamente relacionados com a situação econômi-ca, política e social de nosso País. Por isso mesmo estão convencidos de que os trabalhadores não podem ficar alheios a um fato político de tamanha importância como é a sucessão presidencial.

É essa a razão que nos leva, neste momento, a apelar para os trabalhadores e o povo em geral do Estado de São Paulo, que cerrem fileiras em torno das candidaturas do Marechal Teixeira Lott

e do sr. João Goulart. Os trabalhadores de todo o Brasil encontraram sempre apoio da parte do ex-ministro da Guerra e do vice-presiden-te da República para as suas reivindicações mais sentidas. Verificam que existem pontos de vista muito semelhantes entre os destes candi-datos e os do movimento operário brasileiro a respeito dos pro-blemas mais importantes do País: petróleo, defesa das liberdades democráticas, emancipação nacional, preservação de nossas riquezas e minérios atômicos.

São bem conhecidas, agora, as posições assumidas pelo can-didato Marechal Lott e o sr. João Goulart em favor do voto ao anal-fabeto, pela reforma agrária, pelo direito de greve, em defesa da educação do povo, pelo fortalecimento dos sindicatos e pelo aprimoramento da legislação trabalhista e da previdência social e pela revisão do salário mínimo.

Os dirigentes sindicais conclamam, assim, o povo de São Paulo a unir-se em torno dos nomes do Marechal Lott e do sr. João Goulart.

Tudo pela vitória de Lott e Jango, a 3 de outubro!
Unidos, lutemos pelo salário mínimo, pela regulamentação do direito de greve, pela aprovação da nova Lei de Previdência Social!

Nessas condições, os que este subscrevem se constituem em movimento que se denomina: FRENTE ELEITORAL DOS TRABALHADORES PAULISTAS PRO LOTT E JANGO.

PAPEL E PAPELÃO

MOJI DAS CRUZES — Josué Ribas de Moraes, João Soares Fernandes, An-tonen Cardoso, Oscar Lemes da Silva e André Rodrigues de Sousa.

GRÁFICOS

CAPITAL — Benedito Lucas Sales, Luis Ferreira da Silva, Evaristo Moreno Perez, José da Rocha Mendes Filho e Cruz F. Silva.

SANTOS — Orlando Sposito.

VIDREIROS E LOUÇA

CAPITAL — Albertino dos Santos Alves, Alonzo Massucci, Francisco Al-fredo de Sousa e Sérgio Alberto Viola.

ENFERMEIROS

CAPITAL — Vidal Mendes, Humber-to Romualdo de Castro, Olívio Morei-ra, Ari Moreira Marques, Carlos Augus-to Gonçalves e Joaquim Pereira Sousa.

CAMPINAS — Hugo Albertino, Ví-tório Chinaglia e Manuel Gonçalves Cunha.

TAUBATÉ — Valdemar Ferreira Coe-lho.

CARRIS URBANOS

CAPITAL — Luis Laurival de Goiz, Paulo Seviliano, Antônio Bella Marti-ne, Francisco Benedito e Severino Si-mão.

SANTOS — José Maria Santos, José Barreto, Augusto Marques, João Flo-rêncio Leite e Ariovaldo Vicente.

HIDRO-ELÉTRICO

CAMPINAS — Joaquim da Silva Li-ma, José O. Curatti.

CHAPELEIROS

CAPITAL — José Corlate, Antônio Fernandes, Fernando Galhardo, Nicola Ferro, José Rocco.

AMBULANTES

Adozinda R. Parisi, Maximiano Ga-mes Filho, Antônio Maida.

TRAB. EM EDIFÍCIOS — José Silvério da Rosa.

ZELADORES — Renato Moreira.

ÓTICA — Juvenal P. Lagos, Regis Puzipi.

CINEMATOGRAFICOS — Carlos Chiofi.

CORTUME — Remigio Perroti, Ma-nuel Ribeiro, Osvaldo Rodrigues dos Santos, Miguel Antônio Dinardo, José Martins.

MÚSICOS — Constantino Milano Neto.

AEROVIARIOS — Raimundo P. de Lima.

EMPREGADO COMPRA E VENDA E LOCAÇÃO DE IMOVEIS — Alceu Vi-eira.

MOTORISTAS AUTONOMOS — João Carrascosa.

CAÇADOS — José Brasil de Cas-tro Alves — Vicente Asica — Vitor Provensano, Gerônimo Maroloto, Ni-cola Angelo.

FERROVIARIOS — SOROCABANA: Guarino Fernandes, Ailton Pascoal, Carmínio Caramante, Júlio Ribeiro, Pe-dro Segura, Antônio Pereira Dias, An-tônio Marini, José Corrêa, Joaquim Messias dos Santos.

SANTOS A JUNDIAI: Antônio Doxso, Pedro Barbosa, Antônio Peterson Filho, João Falcochio, Rafael Martineli.

MOJIANA: João Batista Francisco.

CENTRAL DO BRASIL: Eraldo Homem de Macedo.

RODOVIARIOS — S. ANDRÉ: Gilde Gamba, Luis Batista.

TELEGRAFOS E COMUNICAÇÕES: José Monteiro.

EMPRESAS IMOBILIARIAS: Alceu Vi-eira de Andrade.

MARÍTIMOS: Henrique Egidio dos Santos, Ernani Leite Ribeiro, Sebastião Assis Barbosa, João Augusto de Brito, Adalberto Silveira, José Gomes Teixei-ra.

PORTUARIOS, ESTIVADORES E EN-SACADORES: Felipe Rodrigues Ramos, Osvaldo Pacheco da Silva, Valdemar Neves Guerra, René Silva, Vitorio Pes-so, Osni Neri Santos, Manuel Louzada, Mário da Silva, Osvaldo Lourenço, An-tônio Rodrigues, Sebastião Assis Bezerra, Sérgio Martins, Angelo Osvaldo Mastilini, Alberto P. Barbosa, Manuel de Almeida.

TEXTEIS: de São José dos Campos: José Felix; de São Paulo: Ismael Fer-nandes Sanchez; de Itatiba: Felício Fontana (presidente); de Itatiba: Be-nedito Cirilo; de Susano; Valdemar Pa-pás (presidente); de Guaratinguetá: João Ignácio Filho, José Gomes e José Braga.

VESTUÁRIO — Rio Claro: Hugo Ha-hene.



Trabalhadores sabem o que querem: Lott

cos Andreoli, José da Cruz, Guerino Fi-namori, Etorri Cataruzzi Antônio Pulini, Onofre José Ferreira, José Guilha-rmino de Oliveira, Gilson Ferreira Lima, Juliano Dias Palácio, Firmo Ricardo da Silva, Miguel Vieira Cordeiro, Juvenal Garcia de Oliveira, Donato José de Oliveira, Manuel Prado Rodrigues, Amélio Paulo Taquine, Eduardo José Oliveira, Geraldo Luis Nogueira.

LIMEIRA — Vladimir Jorge Schoer.

BRAGANÇA — Antônio Romão Pin-to, Munir Santos de Laurence, Apare-cido Bossi, José Vilalobos.

S. CAETANO — Antônio Cândido Lindolfo, José Fuche, Benedito da Sil-va, J. B. Lima, Sebastião Cândido Lin-dolfo, Manuel Correa Filho, Marçilio de Oliveira, Angelo Segatti.

CAMPINAS — José Pascoal.

JUNDIAI — Luis Prestes, Alcino Be-ternitez.

SANTOS — José dos Reis Barros.

SOROCABA — Jairo de Castro, Lá-zaro de Toledo, Benedito de Almeida.

MOJI DAS CRUZES — Manuel Be-nedito de Lima, Manuel Cândido do Nascimento, Manuel Silvestre Campos, Antônio Francisco de Sousa.

S. J. CAMPOS — Benedito Domín-gues.

ALIMENTAÇÃO — CAPITAL

PADEIROS — Gentil Neves Correia, Adolfo Schiaverin, Olimpio Antônio da Silva, Reginaldo Dias Nascimento, Luis Correa do Nascimento, Raimundo Pereira de Sousa, Arlindo João, Eva-risto do Valle, Francisco E. Ribeiro, Carlos Bezerra.

Laticínios — Luis Tenório de Lima, Santo Bobadilla, Silvano Martins de Sousa, Antônio José dos Santos, João Possa Prado, José Laurence dos San-tos, Lourival de Lima Costa.

Massas Alimentícias — Domingos Savino.

Carnes e Derivados — Romildo

«Quando digo que a Petrobrás é intocável estou dizendo, em forma condensada, que as riquezas do solo brasileiro devem ser usadas pelos brasileiros, em benefício do progresso e do bem-estar do povo brasileiro» — afirmou o marechal Teixeira Lott no ato em que os trabalhadores paulistas hipotecaram apoio à chapa nacionalista Lott-Jango. Durante a solenidade, que superlotou o cine Oberdã na capital paulista, foi entregue ao marechal Lott um manifesto assinado por cerca de 500 dos mais prestigiosos líderes sindicais de todo o Estado e de quase tôdas as categorias profissionais. A manifestação dos trabalhadores paulistas é um expressivo índice da enorme penetração que vem alcançando entre o povo paulista a chapa nacionalista Lott-Jango.

Chiaparin, Eurides Raimundo, Simão dos Santos, Rubens Hoffmann, José Clementino Ferreira, Yaroslav Men-ro-la, Severino Bento Sobrinho, Jovinia-no Marcolino.

Bebidas — Leonardo Canato.

Alimentação — Francisco José de Oliveira.

CAMPINAS — Irineu Simionato, Ar-lindo Martins, Osvaldo Alves Arruda.

LIMEIRA — Célio Tuntore.

SANTOS — Raimundo Pereira de Sousa, Armando Ferrari.

GUARATINGUETÁ — Pedro Cruz, Antônio Alves de Oliveira Filho, João Martins da Costa.

RIBEIRÃO PRETO — José Sampaio.

SOROCABA — Francisco N. Ribeiro.

PIRACICABA — José Micheletti.

QUÍMICOS

CAPITAL — José Adalto Dantas, Ga-brieli Alves Viana, Floriano Francisco Dezem, Julia Avila, Adelço de Almei-da, Manuel Montagnani, Fidelcino Queiroz dos Santos, José Severiano, Ribeiro José Brandão, José Ferreira da Silva, José Rosa Jr., Francisco Bezerra de Araújo, Agenor Pinheiro de Albu-querque.

PLÁSTICOS — Miguel Pereira Lima, João de Moraes, José Augusto Júnior, João Gabriel de Sousa.

VALINHOS E CAMPINAS — Albino Bonon, Urias Marcos de Lima, Alonso Grippa, José dos Santos, Mário Mana-li, Silvío Pereira Lima, Irineu Luis Tre-visan, Albino Bonessu, João Cano, An-tônio Bianquini, Silvío Rodrigues, Narciso de Camargo, Lucidio Sumera, Rafael Glácula, Antônio de Paula, Pri-mo Zanela, Herminio Baumgartner, Onofre Bucarte.

JUNDIAI — José Barea, Dionizio Suti, Joaquim de Moraes, Luis de Ca-margo, José Gomes, Sebastião Buano.

TINTUREIROS DE SANTOS — Bene-dito dos Santos, João Marques de

Deus, Maria Silvia Rodrigues, Osvaldo Vatrini, Manuel Luis Pinheiro, Aida Mar-tins Spessi, José Rocha de Freitas.

CUBATÃO — João Roberto de To-le-do, Antônio Capello, Teófilo Emperia Magalhães, Cláudio José Ribeiro, Luis de Carvalho Brulle.

QUÍMICOS — João Marques de Si-queira, José Silva, Elói Matias Filho, Antônio O. da Silva, Mauro Vicente dos Santos Filho, Feliciano José Peixoto, Antônio Biagino Pereira, Natanael Sou-sa, Domingos Francisco Pôrto.

PETROLEO DE CUBATÃO — Ubira-jara Franco, Gelezio Fernandes Aires, Adelfo Cubas.

SUSANO — Aimbere Campos Gui-marões, Benedito Alves Sarmento, Milton Alves Penteado, José Pereira, Amâncio Dias Simão, Paulo Gonçalves, Alcides Teodoro de Oliveira.

JABUTICABAL — Louribim Homem.

LORENA — Geraldo Ribeiro da Sil-va.

ATIBAIA — FOSFOROS — Francisco Tomazzine.

PEDREIRAS — Artemio Muchete.

BANCAIROS

CAPITAL — Salvador Romano Lo-sacco, Jairo Costa Bonilha, Sebastião Francisco Borges, Osvaldo Soares Ca-

rezzaato, Armando Piani, Pedro Fran-cisco Iovine, Otávio C. Machado, Ru-bens Vasconcelos, Abécio Bittencourt Dias, Vicente de Oliveira e Silva, Min-ton Pereira Marcondes, José Américo Godói.

SANTOS — Augusto Vernell.

TAUBATÉ — Marcos Flávio Pompeu, Irineu de Siqueira, José Toledo.

RIB. PRETO — Roberto Benedito.

S. J. CAMPOS — Clementino Espi-rito Santo Ayrosa Rangel.

GUARATINGUETÁ — Genézio Ran-nã, Francisco de Franca Cipolle.

S. CAETANO — Sinval dos Santos Grillo.

COMERCIARIOS

CAPITAL — Job Vaz do Amaral.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS — Manuel B. Amâncio.

RIBEIRÃO PRETO — Pedro Pereira.

SANTOS — Bernardo de Abreu Ma-deira e Antônio Carneiro.

TAUBATÉ — Valdemar Ferreira Coelho.

HOTELEIROS

José Luis da Silveira, Luis Cristofol-leti, Ricardo Segundo Guerra, José da Silva Passos, Sebastião David, Raimun-do Feitosa de Abreu, Silvério V. Rodri-gues e Purcina E. Campos.

NOVOS RUMOS



Nas caçambas para Itabira

De Conceição e Dols Corrêgas para Itabira o minério explorado pela Companhia do Vale do Rio Doce é transportado por caçambas (foto) para Itabira, de onde é conduzido para o porto de Vitória. As instalações e o trabalho realizado pela Vale do Rio Doce, empresa estatal, correm o risco de liquidação, caso sejam atendidas as pretensões do truste ianque «Hanna».

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 1ª a 7 de julho de 1960

Nº 70



Garras da «Hanna» sobre Itabira

As reservas de hematita — o mais rico minério de ferro do mundo, com um teor até de 69% — seriam em pouco tempo esgotadas pela «Hanna», num crime imperialista contra o Brasil, se o grupo entreguista de Lucas Lopes e Roberto Campos conseguisse fazer com que o projeto do truste ianque fosse aprovado.

“Hanna” Não Quer Rivais Velo Tomar Conta da Praça

Embora seus propagandistas (em travesti de consultores técnicos) procurem fazer crer que as exportações de minério de ferro da «Hanna» irão somente se acrescentar às exportações

da Cia. Vale do Rio Doce, aumentando a receita cambial do país, está cada vez mais claro que o truste siderúrgico irá apenas deslocar a Vale do

Rio Doce do mercado e substituir, com prejuízos para a nação, as exportações hoje feitas pela empresa estatal e pequenos mineradores do Vale do Paraopeba.

Breve Histórico do Projeto “Hanna”

1 — Compra da “St. John Del Rey”

A «Hanna» começou comprando as ações da «St. John Del Rey Mining Co.» aos ingleses em 1956. Assumiu o controle da «St. John» no ano passado, tornando-se proprietária de uma extensão de 720 km² de terra em pleno quadrilátero ferrífero de Minas Gerais. Em sua atual propriedade existem estimadas mais de 3 bilhões de toneladas de minério de ferro, quase todo de alto teor (a chamada hematita com teor 67 a 69%, o mais alto teor ferrífero do mundo), e uma mina de ouro ao centro.

2 — Doação da mina de ouro

O segundo passo da «Hanna» foi desmembrar a «St. John» em duas em-

presas: uma para explorar o ouro e outra para explorar o ferro de sua propriedade. A primeira, Mineração Morro Velho S. A., foi entregue a um grupo chefiado pelo Sr. Fernando de Souza Mello Viana, mantendo a «Hanna», formalmente, apenas 25% das ações.

Com esta manobra mal disfarçada, conseguiu a «Hanna» livrar-se da exploração deficitária do ouro e da responsabilidade pelo próximo fechamento da mina, fugindo aos gastos em indenizações com os operários — muitos deles com dezenas de anos de serviço — e à hostilidade popular que este fechamento e a miséria de 4.000 mineiros e suas famílias acarretará.

Mello Viana entra na história como simples testa-de-ferro da «Hanna».

3 — Montagem do “holding”

Da segunda empresa, exclusivamente para a exploração do ferro, a «Hanna» conservará 99,7% das ações. Segundo o projeto submetido ao governo, ainda está em constituição, e se chamará Mineração e Indústria Vale do Paraopeba S. A., fazendo parte do “holding” que a «Hanna» tenta constituir no Brasil.

Além desta empresa proprietária das jazidas de ferro, o “holding” constará de uma 3ª. empresa, encarregada propriamente da extração de minério e de seu embarque no Porto Exclusivo de Guabiruba, e de uma 4ª. empresa, para transportar o minério das jazidas até o Porto.

Funcionamento do “Holding”

O capital nominal da empresa proprietária das jazidas de ferro, a Mineração e Indústria Vale do Paraopeba, será de 1 bilhão de cruzeiros, mas seu patrimônio é centenas de vezes maior: considerando-se seus 3 bilhões de toneladas de minério de ferro ao preço de 10 dólares por tonelada (mais ou menos o preço internacional), teremos 30 bilhões de dólares, ou, à taxa de 200 cruzeiros, 6 bilhões de cruzeiros!

de toneladas por ano. Com capacidade para exportar mais 3 milhões de toneladas anuais de minérios não chega a exportar nem 1 milhão por ano. E dentro em breve, em virtude de obras que já estão sendo realizadas, poderá exportar mais de 6 milhões de toneladas de minérios.

Contrabando de minério Legalizado

Além disso, os responsáveis pela concessão são os mesmos que prejudicaram o programa de expansão das exportações da Cia. Vale do Rio Doce com o atraso na dragagem do porto de Vitória.

Há mais de um ano a Vale do Rio Doce vinha pleiteando a dragagem desse porto que atualmente só recebe navios de 10.000 toneladas, para que pudesse receber navios de 35 a 40 mil toneladas, o que facilitaria a exportação. Somente no fim deste ano a DNPFC terminará esta dragagem.

Se lembrarmos ainda que o próprio porto de Vitória tem condições de ser ampliado para receber navios de 60.000 toneladas, a concessão de um porto exclusivo só servirá ao contrabando de minérios e ao superfaturamento das importações de carvão e subfaturamento das exportações de minério, que garantiriam à «Hanna» superlucros fabulosos.

Central construirá ramais para “Hanna”

O “holding” que a «Hanna» pretende montar não se limita a uma empresa de mineração de ouro abandonada, a uma empresa proprietária das jazidas recebendo “royalties” e uma empresa operadora (extração e embarque). Haveria ainda uma 4ª. subsidiária, a Cia. Auxiliar de Transportes, para transportar o minério das jazidas até o porto Particular. Esta companhia possuiria trens completos, particulares, que utilizariam as linhas da Central do Brasil pagando um pedágio, a ser negociado.

A Central teria que construir para a «Hanna» dois trechos necessários para completar a ligação entre as ja-

zidas e Guabiruba, para o que receberia desta um financiamento de 6,5 milhões de dólares. Mas a Central teria posteriormente que descontar esta quantia dos fretes ou pedágios da subsidiária transportadora da «Hanna». Dessa forma, a Central é que estaria pagando obras para aproveitamento exclusivo da «Hanna».

Central: estrada cativa no projeto “Hanna”

Segundo cálculos do engenheiro Maurício Joppert, a Central poderia atender, com sacrifícios, ao transporte de 5 a 6 milhões de toneladas de minério. Mesmo com base em dados do Superintendente da Central, engenheiro Jorge Schilling, a Central poderá transportar no máximo 9 milhões de toneladas de minério por ano.

Ora, a «Hanna» anda alardeando a intenção de exportar 20, e até 30 milhões de toneladas. Aceitando agora a «Hanna» como cliente privilegiado, assumindo o compromisso de resgatar equipamentos que esta lhe financiar, a Central estaria em perigo de ser gradativamente absorvida pelo transporte dessas grandes quantidades de minério da «Hanna», com grave prejuízo para a região servida pela ferrovia.

“Hanna” quer tudo e mais um pouco

Grande parte dos investimentos da empresa de extração (Aguas Claras) irão ser originar de empréstimos externos. Também a subsidiária n. 4 (Auxiliar de Transportes) deverá levantar 17 milhões de dólares na EXIMBANK, para a importação de locomotivas diesel e compra de vagões. Para estes empréstimos e financiamentos, a «Hanna» pleiteia registro na SUMOC, a fim de que possa reembolsá-los a câmbio de custo (C/\$ 100,00).

Eis os principais itens do esquema de funcionamento do “holding”, segundo o projeto apresentado ao Governo. Como se vê, a «Hanna» quer tudo e mais um pouco. Vantagens não oferece nenhuma. Seus “assessores” não tiveram nem a inteligência de dou- rar a pilula.

Os Agentes da “Hanna”

Embora a apresentação formal de seu projeto ao Governo seja relativamente recente, já há muito tempo que a «Hanna» tem os olhos voltados para o nosso riquíssimo minério de ferro. Um de seus magnatas, o ex-secretário do Tesouro dos EUA, George Humphrey, há vários anos vem agindo junto ao Governo brasileiro, tanto através do sr. Walter Moreira Sales, como diretamente, inclusive junto ao sr. Kubi'schek, com quem já discutiu o assunto.

Mas é principalmente ao grupo de notórios entreguistas reunidos na

«Consultec» que cabe o papel de agentes da «Hanna». Fazem parte desse grupo: Lucas Lopes, Roberto Campos, João Pinheiro, Mário da Silva Pinto e outros apátridas — enfim, a fina flor do entreguismo. Esse ninho de traidores que é a «Consultec» recebeu da «Hanna» em 1959 a bagatela de 23 milhões de cruzeiros, a título de “assistência técnica”. Isso ajuda a compreender até que ponto vai a “honestidade” de testes-de-ferro como Lucas Lopes e Roberto Campos. Como figura de segundo plano, acha-se também a serviço da «Hanna» o sr.

Humberto Bastos, membro do Conselho Nacional de Economia. Sua tarefa é a mais desprezível: anda com um livro de cheques no bolso para fazer as barganhas com a imprensa de aluguel.

O assalto pretendido pela «Hanna» e os serviços que lhe prestam mais brasileiros como os acima citados serão certamente apurados pela Comissão de Inquirição da Câmara dos Deputados, já instalada e em funcionamento. E' o que todos os patriotas esperam do Parlamento.

ENQUANTO FAZENDEIROS ENRIQUECEM...

Brasil Afogado Num Mar de Café

Dicionário

Ações

Reportagem de JOSUÉ ALMEIDA

Dizem os lavradores de café que nenhum adubo é tão bom quanto a chuva. Mas o que mostra o simples exame das estatísticas é coisa diferente: também para o café o melhor adubo são os altos preços pagos pelo governo aos latifundiários e exportadores. O resultado aí está. O país afogado em café, os armazéns abarrotados, os preços externos caem,

arrastando a nossa moeda a nova desvalorização e aumentando o custo de vida, enfim, a economia nacional vê-se comprimida num infernal círculo de ferro que lhe tolhe a expansão.

Para um consumo mundial de 41 milhões de sacas pelos países importadores, a produção mundial no ano cafeeiro de 1959-1960 alcançou a cifra espetacular de 72

milhões de sacas. Portanto, nada menos de 31 milhões de sacas — ou três quartos do consumo mundial em um ano — estão empilhadas em diversos países e, para desgraça nossa, principalmente no Brasil.

Trustes e posição estatística

Com uma oferta quase igual ao dobro da procura, os manipuladores dos preços internacionais dos produtos primários — entre os quais o café — encontram o campo ideal para a ação. E, como mostram as estatísticas, essa ação é no sentido de uma desvalorização sistemática dos preços dos produtores primários, em favor dos países produtores de manufaturas.

Ao focalizar o problema do café, os economistas burgueses detêm-se em geral, no exame da chamada posição estatística, ou seja, não vão além da esfera da lei da oferta e da procura. Os preços são baixos, afirmam, porque há café em excesso (relativamente à procura). Isto, porém, é apenas parcialmente verdadeiro. Para não entrarmos em maiores considerações, basta observar que mesmo quando havia relativo equilíbrio entre oferta e procura, os preços do café eram baixos e só em períodos breves e excepcionais (nos anos de 1953 a 1955, por exemplo, em consequência de calamidades naturais) alcançaram cotações mais elevadas. Nos períodos em que, pela simples ação da lei da oferta e da procura, o café poderia ter tido seus preços elevados, os trustes sempre encontraram meios para limitar os preços máximos do nosso produto, notadamente através do governo de Washington. Como se sabe, os Estados Unidos são os maiores importadores de café (mais de 50 por cento das importações mundiais).

Portanto, o excedente da oferta sobre a procura não é o elemento essencial na desvalorização dos preços do café; é, repetimos, uma condição mais favorável para a ação dos trustes, que passam a ter um campo de manobra tanto

mais vasto quanto maior for aquele excedente.

Estoques no Brasil

A partir de 1956, quando a produção brasileira, nesta última fase, começou a superar as exportações, o governo adotou a política de comprar toda a safra. Com essa garantia, os fazendeiros passaram a se despreocupar com a existência ou não de mercado — uma vez que tinham no governo comprador certo para tudo o que produzissem. Os estoques foram se acumulando nos armazéns do Instituto Brasileiro do Café de safra para safra. A 30 de junho de 1959, já estavam armazenadas 24,6 milhões de sacas. Atualmente, com a safra recorde de 1959-1960, de mais de 43 milhões de sacas, os estoques em poder do IBC elevam-se a cerca de 45 milhões de sacas.

A que se deve esse aumento? A ausência de geadas e outras calamidades na natureza? Nada disso. As esmagadoras safras de café destes anos são uma decorrência direta dos altos preços que o governo vem pagando aos cafeicultores, notadamente depois da reforma cambial inaugurada com a Instrução 70, em 1953. Um cafeeiro requer de três a cinco anos para se tornar produtivo. Quando começou a adubagem da cafeicultura com cruzeiros do governo, no ano de 1952-53, havia no país 2 milhões 380 mil pés de café em produção; seis anos antes, no ano cafeeiro de 1946-47, esse número era quase o mesmo, isto é, de 2 milhões 130 mil pés. Entretanto, apenas cinco anos de favores e privilégios para a cafeicultura foram o bastante para que em 1957-58 o número de cafeeiros em produção já se tivesse elevado a 3 milhões 350 mil, com um aumento, portanto, de quase 41 por cento, em relação a 1952-53. São os cafeeiros plantados naqueles anos que agora estão produzindo essas safras colossais, que causam indigestão ao país.

Negativo pelos dois lados

Num país subnutrido como o Brasil, o problema poderia ser apenas econômico se a superprodução fosse, por exemplo, de trigo. Mas, é de café que se trata. E o consumo interno, apesar dos preços internos de venda serem baixos (cerca de 40 cruzeiros o quilo), é pequeno, não atinge sequer os 5 milhões de sacas. Portanto, o acúmulo de estoques de café não resolve problema algum e, ao contrário, é causa de seríssimos problemas. De um lado, exerce constante pressão para a baixa dos preços externos, pois faz com que as disponibilidades exportáveis excedam de várias vezes as possibilidades de nossas exportações. De outro lado representam um fator que puxa para trás a economia do país: são mais de 80 bilhões de cruzeiros imobilizados, a agravar o processo inflacionário, mais do que qualquer outro fator. Mais ainda: como é mercadorias que precisa de ser conservada, absorve elevados gastos de armazenamento. Há quem estime tais gastos em 12 cruzeiros por

saca, por mês, ou cerca de 140 cruzeiros por saca, anualmente. Para 45 milhões de sacas, teríamos uma despesa de armazenamento da ordem de 17 bilhões de cruzeiros. Um fazendeiro de S. Paulo, procurando confundir as coisas, afirmou que o país não perde com isto, pois ao comprar a safra de café fica de posse de imensa riqueza... Mas, que riqueza é essa que não pode ser vendida nem trocada por coisa alguma, pelo menos agora, neste momento? De fato, a riqueza não é uma coisa, um objeto, 45 milhões de sacas invendáveis de café; mas sim uma relação social... já o ensinou Marx há um século.

O caminho do bom-senso

Qualquer governo sensato, em tal situação, tomaria o único caminho certo: desestimular a produção de café, pelo menos até que a nossa produção encontrasse mercado. Não é isso, porém, o que se vê. No momento em que redigimos estas notas, anunciam os jornais que o governo pretende fixar as seguintes normas gerais para a safra 1960-1961: adquirir, como o vem fazendo, toda a produção, à razão de 3.000 cruzeiros por saca no Interior (em vez dos 2.100 cruzeiros pagos atualmente) e elevar o dólar-café, propriamente dito, para 90 cruzeiros, em vez dos 76 cruzeiros atuais.

Que representará tal política? No plano interno, o estímulo ao aumento da produção, com o agravamento do problema cafeeiro. Aos preços atuais está demonstrado que o café é um dos melhores negócios do país. Uma alta fonte do IBC declarou-nos, há dias, que no Sul de S. Paulo e Norte do Paraná há fazendeiros que, já possuindo uma ou duas fazendas de café, saem procurando outras para comprar, sem a menor preocupação de melhorar a produtividade ou a qualidade da bebida. Até mesmo um órgão conservador como «O Estado de S. Paulo» não pode deixar de reconhecer que a concessão de tão escandalosos privilégios aos latifundiários e exportadores do café «estimula o emprego irracional de terras, braços e capitais em uma produção destinada, em proporção crescente, a ser armazenada por prazo indefinido».

Ao mesmo tempo, no que se refere aos preços externos do café, a persistência do governo nessa política só pode resultar numa nova desvalorização do nosso principal produto de exportação.

Se, de imediato, é possível aos homens do café manter uma certa euforia, em face da anunciada redução da safra prestes a iniciar-se (a safra 1960-1961 é estimada em cerca de 30 milhões de sacas), o mesmo não ocorre em relação aos próximos anos. Pois já se prevê que no ano cafeeiro de 1961-1962 serão colhidas de 45 a 50 milhões de sacas, a menos que ocorram geadas ou outras calamidades atmosféricas. Mas, será lícito confiar às calamidades naturais a missão de evitar os desastres sociais?

A ação, segundo definição corrente, é a unidade de capital das sociedades anônimas, representada por títulos que representam os direitos e obrigações de proprietário dessa unidade, isto é, do acionista.

As ações podem ser ordinárias, ou comuns, e preferenciais. Há ainda outros tipos, mas pouco difundidos. São chamadas ações preferenciais aquelas que conferem aos respectivos titulares, alguma preferência. Antes de tudo, essa preferência consiste na prioridade na distribuição dos dividendos. Se, por exemplo, uma sociedade anônima tem um capital de 20 milhões de cruzeiros, dos quais 15 milhões em ações ordinárias e 5 milhões em preferenciais, com um dividendo fixo de 12 por cento e se a sociedade dispuser de um milhão de cruzeiros para distribuir como dividendos, as ações preferenciais receberão logo 600 mil cruzeiros, restando apenas 400 mil para as ações ordinárias, apesar de serem estas em maior número. Geralmente, as ações preferenciais não dão direito à participação na administração da sociedade.

Quanto às ações ordinárias, são unidades do capital social que conferem aos seus proprietários não só o direito de receber dividendo (além da que não prioritariamente), como o direito de participar na administração da sociedade.

As ações podem, ainda, ser nominativas ou ao portador. No primeiro caso, são títulos pertencentes àquele em cujo nome estão registrados em lugar competente, são um bem de pessoa determinada. Quanto às ações ao portador, seu dono é simplesmente aquele em cujas mãos se encontram. O dono da ação ao portador é quem a possui, não importa onde se encontre.

A ação é uma categoria econômica histórica, típica do capitalismo. Pode-se dizer que nasceu com ele. As primeiras sociedades anônimas, ou sociedades por ações, surgiram ligadas aos grandes descobrimentos, em princípios do século XVII, mas foi na etapa imperialista do capitalismo, nos últimos oitenta anos, que alcançaram sua máxima difusão.

Os apologistas do capitalismo apresentam a ação como uma coisa que tem a mágica virtude de modificar a natureza do capitalismo. Tal é o caso, por exemplo, dos propagadores do capitalismo popular. Segundo esses economistas, a venda de ações das empresas ao público «democratiza» a propriedade, tirando-a das mãos de um pequeno grupo de acionistas e transferindo-a para as dos numerosos proprietários das ações. Na verdade, o que se dá é precisamente o contrário: por meio das ações, as grandes empresas apossam-se da propriedade dos pequenos proprietários (no caso suas pequenas economias), aumentam o capital das empresas e, com isso a massa de lucros. Como o controle das empresas não foge de suas mãos, já que as ações vendidas ao público são pulverizadas entre milhares de pessoas, o que se passa na verdade é que seu poder aumenta. Agora mesmo, a S. Paulo Light anunciou a venda de um milhão de ações preferenciais (que não dão direito à participação na administração do truste) ao público. Com isso, o capital da Light aumentará em um bilhão de cruzeiros, aumentando o poder dos Henry Borden, dos Antônio Galotti & Cia.

De fato, a venda de ações ao público, ao invés de significar a «democratização» do capitalismo, representa uma concentração colossal da propriedade dos meios de produção em mãos de uma minoria. É o processo normal de desenvolvimento do capitalismo, tal como o previram os clássicos da ciência econômica marxista e que conduzirá inevitavelmente ao socialismo.



Apesar das exportações brasileiras de café terem aumentado no último ano (a custa de uma enorme redução nos preços) nossas vendas para o exterior ainda estão muito abaixo das possibilidades de produção.

Só uma parte tem mercado

Deformação da Opinião Pública

CATULLO BRANCO

Com grandes e alvarelhas notáveis tomamos conhecimento da inauguração de mais um grupo turbo gerador a vapor, de 125.000 kw., em Sto. Amaro. Tal unidade constitui uma ampliação da usina termoeletrica de Piratininga. Não vamos hoje tecer novas considerações sobre o que representa a montagem de grandes usinas térmicas onde ainda existem mananciais hidro-elétricos de fácil aproveitamento, como, no caso, o de Caraguatubá, além de outros exemplos. Agrava o erro da usina térmica de Sto. Amaro a sua localização acima do planalto que, para os 200.000 kw. anteriores à ampliação, já exigia o transporte de 1.000 toneladas diárias de óleo combustível. Com a potência atual, se quisermos alimentar esta usina com carvão de Sta. Catarina, seremos obrigados a transportar serra acima cerca de 2.700 toneladas de carvão por dia, o que viria comprometer o tráfego da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, criando óbices insuperáveis. Há, porém, um outro aspecto nesta questão, não menos importante.

Entre as muitas notícias da inauguração desta 3ª. unidade da Usina Piratininga, realizada com a presença do Sr. Presidente da República, destacamos a do «O Estado de S. Paulo» (14-6-60), transcrevendo o discurso do Sr. Galotti, vice-presidente da Light:

«E reivindicou para as empresas privadas nesse ramo de serviços públicos — sob acenos de aprovação do presidente — um tratamento adequado por parte da administração. Se a iniciativa particular contribuiu de modo tão importante para a solução do problema da energia — acentuou — justo era que o Estado lhe desse um tratamento compatível com a sua importância.»

Em resposta, o Sr. Juscelino referiu-se à «substancial participação do Banco de Desenvolvimento Econômico» naquele empreendimento da Cia.. Sabemos, através de declaração da própria Light em folheto propagandístico, que só para esta ampliação da usina Piratininga, já havia o governo fornecido um bilhão e trezentos milhões de cruzeiros. A notícia da inauguração pela «Folha da Manhã» (16-6-60) nos dá ainda alguma informação: a usina fôr orçada, em 1957, em Cr\$ 1.097.400.000,00 e mais U.S.S. 27.660.000,00 (dólares) e, no entanto, seu custo real já atingiu agora Cr\$ 2.671.000,00 e mais U.S.S.

23.560.000,00 (dólares). Estes números dão uma idéia da ordem das novas reivindicações da Cia.. Na realidade tem o nosso governo concorrido, não só para a Piratininga, mas para todas as demais obras da Light, desde o célebre empréstimo de 90 milhões de dólares fornecidos à Cia., em 1949, logo após a Concessão do desvio de Barra do Pirai e construção da Usina Nilo Peçanha. A quanto montará o que o governo já forneceu à Light sob várias formas? É difícil de se apurar. As formas são várias e várias são também as fontes: desde o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Banco do Brasil, até os auxílios fornecidos pelos vários Estados, nos diversos entendimentos havidos dentro dos Planos Estaduais de Eletrificação.

Mas podemos, no momento, deixar de lado o quanto destas operações e discutir a deformação que se operou na opinião pública relativa ao aspecto jurídico da prestação de Serviços de Utilidade Pública.

E é especialmente a jurisprudência americana que conceitua o Serviço de Utilidade Pública como uma obrigação do Estado, podendo ser exercido por particular sob forma de Concessão. São ainda estes mesmos juristas que definem estes Serviços como monopólio de fato, fugindo às leis de livre concorrência. Estes conceitos foram definidos em nosso País, em 1934, na legislação intitulada Código de Águas. Mas teriam sido comunistas os propugnadores do Código? Não. O jurista que por ele se bateu desde 1904 foi Alfredo Valadão. Em São Paulo, um engenheiro, Anhaia Mello, com grande devoção e inteligência, divulgou, em 1929, os princípios e doutrinas que, alguns anos depois, viriam a fazer parte de nossa legislação, no capítulo do Código referente à fiscalização dos Concessionários. A conversão do Código de Águas em lei, foi o grande trabalho com que nos beneficiou o então coronel Juarez Távora, Ministro da Agricultura de Getúlio Vargas. Entre as doutrinas que figuram no Código há uma que se relaciona diretamente ao problema dos empréstimos: é o art. 158 — alínea a) — e que exige do requerente de Concessão, prova de idoneidade financeira. E nem se poderá admitir, que um candidato a Concessão seja também candidato a dinheiros públicos.

Quando, em 1949, pela primeira vez se discutiu a possibilidade de um empréstimo de 90 milhões de dólares à Light, inúmeros foram os protestos. Daí por diante, a propaganda dos trustes e de seus porta-vozes foi, pouco a pouco, vencendo as resistências e hoje em dia novos e novos empréstimos vão sendo feitos a os trustes estrangeiros sem qualquer protesto. Os jornais até nos falam dos acenos aprovadores do Sr. Presidente da República, em resposta às reivindicações dos Diretores da Cia.

O Governo do Estado de S. Paulo procurou mesmo legislar tal conduta em 1955, ao apresentar o seu «Plano de Eletrificação» encaminhando Mensagem à Assembléia Legislativa, com um projeto de Lei que, em seu Art. 2º, propunha «Ajustes» entre o Estado e as Concessionárias visando à «participação e à ação prática...»

E então perguntamos: como se explica o fato destas empresas estarem, sem um protesto, recebendo bilhões e bilhões de cruzeiros (nem se sabe ao justo quanto): dinheiro tirado do povo sob forma de Imposto de Consumo, no governo Federal, e de Vendas e Consignações, no Estadual, os chamados impostos da fome? Uma resposta bastante documentada e convincente nos é dada no pequeno folheto de propaganda do General Lott, intitulado «Jânio e a Petrobrás», no trecho em que seu autor, José de Balsamo, nos relata, documentadamente, como os jornais dos E.E.U.U., do Rio e de S. Paulo se coordenaram no sentido de determinada propaganda. No Brasil, estes jornais eram, principalmente, o «Correio da Manhã», o «Estado de S. Paulo» e «O Globo» que recebiam em 1957, só do truste do petróleo, respectivamente, 5,7 — 5,6 — e 4,3 cruzeiros por exemplar de jornal publicado, segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada para apurar atividades políticas da Shell e da Esso no Brasil.

É com despesa desta natureza, que os trustes estrangeiros vão dominando os veículos de propaganda, deformando a conceituação pública sobre determinados problemas, sugando e enviando para o exterior o fruto das escassas economias do nosso povo, povo de país sub-desenvolvido e cuja emancipação não pode prescindir da liberdade de imprensa.

Nota Econômica Um Bom Acôrdo Comercial

Depois de duas semanas de negociações, foi finalmente firmado o acordo comercial entre o Brasil e a Tchecoslováquia. Pelo governo brasileiro assinou o documento o ministro Horácio Lafer, cabendo ao vice-ministro do Comércio Exterior, sr. Jaroslav Kohut, fazê-lo em nome daquele país amigo.

O comércio entre o Brasil e a Tchecoslováquia tem profundas raízes e com ele têm lucrado ambos os países. Nos últimos dez ou quinze anos, porém, em consequência das transformações operadas na Tchecoslováquia, a estrutura das trocas entre os dois países mudou com sensível proveito para o Brasil: nas exportações tchecas para cá os meios de produção têm amplo predomínio, o que só raramente ocorria antes da última guerra. Tal fato não é, obviamente, casual, mas também reflete os processos de desenvolvimento econômico que se operam lá e aqui.

Dessa maneira, o novo acordo firmado entre os dois países veio como que sacramentalizar aquilo que a vida já vinha indicando: a necessidade de tornar mais estáveis e mais amplas as trocas brasileiro-tchecoslovacas. Ambos estes objetivos estão configurados no acordo ora assinado. O intercâmbio brasileiro-tchecoslovaco, que foi de 40 milhões de dólares, aproximadamente, em 1959 — computadas as exportações e importações — deverá ampliar-se inicialmente para 70 milhões de dólares, prevenindo-se que poderá chegar aos 100 milhões de dólares anuais nos dois sentidos. Também o prazo de vigência do acordo é de molde a favorecer o desenvolvimento das trocas. Com efeito, o acordo será válido por cinco anos, podendo ser renovado por outros cinco, e assim sucessivamente, sempre que isso consintir os interesses das duas partes. É certo que o comércio brasileiro-tchecoslovaco já vinha sendo realizado através de ajustes firmados em 1950 e que vêm sendo sucessivamente renovados. (Além, tal praxe persistirá até que o Congresso Nacional formalize o novo acordo). Entretanto, firmando um convênio por cinco anos, as relações econômicas entre os dois países tornar-se-ão mais estáveis, possibilitando operações de financiamento a prazos maiores e, portanto, com maiores vantagens para o Brasil.

Duas listas de mercadorias a serem exportadas e importadas pelos dois países foram elaboradas. Da parte do Brasil, serão exportados principalmente café, cacau, couros e minérios de ferro e também carne, sementes, oleaginosas, madeiras duras, madeira, minérios de ouro etc. A Tchecoslováquia, por sua vez, exportará para o Brasil máquinas

nas e equipamentos de todos os tipos para fábricas de algodão, têxteis, de tratores, além de produtos siderúrgicos, aço especiais, etc. Apesar de não figurarem nas mencionadas listas, poderão ser feitas pela Tchecoslováquia exportações de motores diesel, tubos e bombas para Petrobrás, à semelhança, aliás, do que faz com a Sírria.

No que se refere às exportações brasileiras, o primeiro produto a considerar é, naturalmente, o café. Para absorver o nosso produto, o governo tchecoslovaco tem tomado medidas destinadas a ampliar-lhe o consumo, uma das quais foi a recente redução do preço do café para o consumidor. Além disso, está se tornando a Tchecoslováquia um dos fortes compradores do nosso minério de ferro e nesse particular apresenta uma inestimável vantagem sobre o Estado Unidos: não impõe nenhuma condição, fora das habituais, para comprar o nosso minério, muito menos a transformação de nossas jazidas em minas cativas como o exigem os monopólios siderúrgicos norte-americanos.

Outro aspecto que cumpre destacar no acordo são as possibilidades econômicas da Tchecoslováquia. Se representarmos pelo índice 100 seu nível industrial de 1948, em 1958 esse número já era de 300; e para um índice 100 em 1948, o comércio exterior atingiu a 200 em 1958. Atualmente, com uma produção de aço em torno das 6,5 milhões de toneladas, a Tchecoslováquia é o terceiro país no mundo na produção por capita desse produto básico, somente ultrapassada pelos Estados Unidos e a Alemanha Ocidental. De acordo com o plano setenal em andamento, em 1965 terá sido superada na produção por capita a Alemanha Ocidental e, possivelmente, também os Estados Unidos. Em termos de renda nacional, o comércio exterior da Tchecoslováquia atinge a elevada cifra de 25 por cento do valor daquela. Como afirmou recentemente, em Praga, o ministro do Comércio Exterior, Frantisek Kraljchir, um amplo intercâmbio internacional é uma necessidade objetiva da Tchecoslováquia tanto por possuir uma indústria altamente desenvolvida, com uma base de matérias-primas relativamente insuficiente, como porque o seu mercado interno não poderia absorver toda a sua enorme produção específica.

Se, em geral, o Brasil só pode lucrar comerciando com o mundo socialista são particularmente íteis estas relações com um país tão altamente desenvolvido como a Tchecoslováquia.

Tribuna de Debate

Em dois artigos que já tive oportu- nidade de escrever neste debate, procurei abordar alguns problemas do Partido e certos aspectos das Teses. Pretendo agora tecer mais algumas considerações sobre as Teses e sobre determinadas opiniões externadas por alguns camaradas.

JOSÉ A. DE CASTRO (S. Paulo)

O «Novo» e o «Velho»

1ª — As Teses rompem com o sub- jetivismo do Programa, que não tomou conhecimento do desenvolvimento capitalista nacional e afirmava que o Brasil marchava para a colonização total. Um melhor conhecimento da realidade foi o que permitiu às Teses enunciar que, apesar da opressão imperialista norte-americana, fator fundamental ad- verso do progresso do país e do bem-estar das massas, o capitalismo nacional, progressista, se desenvolve. Desenvolve- se em condições desfavoráveis, dada a dependência em que nos achamos em relação ao imperialismo e dado o monopólio da terra. Mas, mesmo assim esse seu desenvolvimento choca-se com a ação dos trustes norte-americanos e com o atraso no campo, provoca novas con- tradições com essas forças do atraso e antinacionais. (Teses 12 e 13)

(Obras Escolhidas, Tomo II, pág. 104, Buenos Aires). E sabido que os chineses só começaram a trilhar certo o caminho revolucionário quando fizeram uma ru- tura profunda e sem dó com os dogmas, o «esquerdismo» e as posições de direita, quando fundiram a verdade universal do marxismo-leninismo com a realidade chinesa e acertaram sua orientação em re- lação à burguesia.

As teses 14, 15 e 16 mostram que, apesar deste aspecto historicamente pro- gressista do capitalismo nacional, ele traz em seu bôjo uma crescente explo- ração dos operários, agrava o desenvol- vimento desigual do país e torna difícil a situação das massas. Por isso mesmo é que se faz necessário um outro pro- cesso, um outro curso de desenvolvi- mento, com soluções de acordo com os inte- resses da nação, do povo, um desenvolvi- mento que abra caminho no sentido do socialismo e não no sentido de capita- lismo monopolista.

A concepção do camarada Grabois parte do geral, mas nada quer com o particular, o local. Não foi essa uma das causas da linha errônea do Programa? Como é difícil, por vezes, abandonar o «velho»!

2ª — No capítulo IV, as Teses caracte- rizam as contradições na sociedade brasileira. Destacam as contradições fundamentais, que devem ser soluciona- das nesta etapa da revolução antiimpe- rialista e antifeudal e enunciam como uma das principais contradições dentro da frente única a existente entre o pro- letariado e a burguesia, contradição que deve ser impulsionada através da luta de classes, mas que não poderá ser fo- cucionada nesta etapa da revolução. Nesse capítulo se afirma bem claramente que nosso povo só encontrará felicidade material e espiritual no socialismo, meta final pela qual luta o P.C.B.

Uma frente única eventual contra o inimigo principal não exclui, entretanto, nem ameniza as contradições que se uniram aos fazendeiros nesta luta, prosseguem na luta permanente contra os fazendeiros por melhores contratos e pela posse da terra; e os comunistas estão em todas estas lutas. — Todos produtores de algodão, o que ocorre também no caso do amendoim, base da produção de óleo, e outros mais.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

Na base da pesquisa mais profun- da da sociedade brasileira e da situação internacional, enunciam as Teses que a contradição principal é a que existe entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. Partindo desta formulação marxista e real, define as forças de classe e políticas que se chocam contra o inimigo principal da nação e seus agentes internos, bem como aquelas que fazem parte da frente única nacionalista e democrática, até o fim desta etapa da revolução. As Teses sã- tuam, porém, em toda sua linha, na aná- lise da realidade, das classes, das con- tradições, do caráter da revolução e da frente única, a interligação da contradi- ção principal com as demais contradi- ções. A solução de toda etapa da revo- lução está condicionada à solução defi- nitiva das suas contradições fundamentais — a nacional e a democrática — e a um sensível avanço para a solução das outras contradições no terreno político — isto é, passos para o socialismo. Por- tanto, não é como afirma o camarada Grabois, que há uma separação mecânica das duas contradições.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

ROBERTO MORENA (E. da Guanabara)

Sentido Dos Debates

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

3ª — Os que não aceitam tal tese marxista e fecham os olhos à realidade concreta do país não admitem alianças ou frente única, mesmo eventual e em certas circunstâncias, com setores de latifundiários cujos interesses se chocam com o imperialismo norte-americano. Mas a vida é mais rica do que o desejo de alguns.

Tribuna de Debate

III — O movimento de 30 e a influência da burguesia no aparelho estatal

MAURICIO GRABOIS

NÃO RETORNAR AOS ERROS DO PASSADO, NEM PERSEVERAR NOS DESVIOS DO PRESENTE

(Conclusão)

A análise das Teses sobre o desenvolvimento histórico do Estado brasileiro (1) não visa senão exatidão de papel da burguesia, apresentar essa classe social como fator de permanência da democratização do regime estatal vigente no país...

O grande destaque que as Teses atribuem ao papel desempenhado pela burguesia nos acontecimentos de 1930 não apenas justifica a definição que elas fazem do atual Estado brasileiro, a fim de esconder a predominância quase absoluta das forças mais reacionárias nele representadas...

IV — As teses e as funções do Estado brasileiro

Na idealização do atual Estado, as Teses chegam à conclusão que o chamado processo de democratização se reflete no Parlamento. É evidente que nas duas casas do Congresso Nacional encontram-se numerosos deputados e senadores que têm posição democrática e patriótica...

homens ocupou militarmente a cidade Iluminense de Cabo Rio, onde prendeu quase uma centena de operários, invadiu residências e interditou três sindicatos...

Quando ao governo, a cúspide do Estado, em sua composição predominam as forças reacionárias e entreguistas. Falar, portanto, em "vaclações" ou em "dualidade característica do atual governo" é uma forma de enganar as massas...

Ainda de acordo com aquele documento, a composição do governo determina suas vacilações (note-se bem, apenas vacilações) e que esta "trauquem igualmente a dualidade da burguesia, isto é, de um lado, a sua fisionomia revolucionária, de classe oprimida pelo imperialismo...

Agora, no curso do debate, atemorizado com o rumo que as coisas tomam na análise das Teses, o camarada M. Alves, em seu artigo "Revolucionarismo em Palavras, Oportunismo na Prática", apressa-se em fazer um adendo à caracterização daquele documento sobre o governo...

Também não é correta a interpretação das Teses sobre a heterogeneidade do governo. Neste, como cúpula do Estado, estão representados os latifundiários e a grande burguesia...

fundários e a grande burguesia, que é constituída por uma parte aliada ao imperialismo e por outra que ora resiste, ora concilia com os monopolistas estrangeiros. Justamente nesta composição consiste o caráter heterogêneo do governo, nela reside a causa da existência em seu seio de elementos que tomam posições nacionalistas e democráticas...

Tudo que o camarada M. Alves armou, apresentando pseudo-incoerências em meu primeiro artigo, tem em vista dissimular o fato de que as forças reacionárias dominam no governo, ditam a política externa do Brasil e influem, decisivamente, na conduta governamental em relação aos problemas internos...

nêe representados aqueles elementos que expressam a parte da grande burguesia que ora resiste e, ora, concilia com o imperialismo. Mas admitindo a existência de tais elementos que, em diferentes oportunidades, assumem atitudes nacionalistas e democráticas...

Do exposto nas Teses sobre o regime estatal brasileiro, parece que, paulatinamente, o atual Estado explorador irá se aperfeiçoando, se democratizando, até que um dia se tornará um Estado defensor dos interesses das massas. E a subversão total da teoria leninista sobre o Estado...

Segundo as Teses, o Estado surge como uma instituição intocável, uma vez que não vão além das modificações possíveis nos marcos do atual regime. Neste aspecto o documento em debate coloca os comunistas em posição de força conservadora e não revolucionária.

H. G. RIBEIRO (Marília — São Paulo)

Teses, Antiteses: Síntese

Saudar-se o aparecimento do Projeto de Estatutos e das Teses para Discussão em público, às massas e aos militantes do Partido, após o período embelezado do Partido Comunista do Brasil...

Nem quase podemos crer que tenha se passado tanto tempo, para compreender-se que o deslignamento das questões afetas ao Partido, são questões afetas ao povo...

A realidade é que as forças reacionárias dominam o Poder Legislativo e o documento em debate foge a essa conclusão. Consulte-se os Anais do Congresso e verificar-se-á como as empresas imperialistas não são beneficiadas. No Parlamento brasileiro não se legisla contra os latifundiários...

Mas as Teses não se limitam ao Parlamento. Prosseguindo na idealização do Estado brasileiro, estendem o processo de democratização ao Judiciário e ao Executivo. Porém, em que consiste tal democratização?

1 — Para se conhecer realmente uma coisa é preciso, em primeiro lugar, abranger e estudar todos os seus aspectos e todas as suas conexões e seus inter-relacionamentos. Jamais conseguiremos isso totalmente, mas essa exigência nos evita erros e fracassos.

2 — Considerar o seu desenvolvimento, automovimento, transformação.

3 — Participar, praticamente, da definição humana total da coisa, tanto em critério da verdade, quanto à definição prática da coisa em si, como também à sua ligação com a necessidade do homem.

4 — Não há verdade abstrata, ela só é concreta.

Por desprezar-se o estudo da realidade (verdades concretas) brasileira, menosprezando-se as lutas legais (ignorando-se QUE FAZER? de Lenin), perdeu-se de vista o movimento real da vida social, econômica, e política brasileira...

a explorar o povo, dominando o setor da importação e exportação de petróleo e derivados.

A luta em prol da paz e pela não-participação do Brasil na guerra da Coreia e outras lutas, foram, francamente, declinadas. Porém, F. Noronha, Reforma Agrária, cassação dos mandatos, cassação do registro do PCB, revelaram as frequências partidárias, forçando a uma análise retrospectiva autocrítica...

Esses documentos caracterizam-se pela modificação de uma linha extremamente esquerdista para uma outra acusada de nacional-reformista. Mas o mérito está em si mesmo, ou seja, na mudança dos métodos do Partido, que de uma maneira ampla e democrática, livre e igual, procura colher os elementos indispensáveis para a formulação de uma nova linha.

Esperamos, porém, que isso não aconteça, pois o Partido parece ter acordado e procura, realmente, viver dialeticamente.

1 — As Teses estão quase perfeitas e elas, em si mesmas, chocam-se, violentamente, com a atual posição do Partido. Essa posição é de muito pior condição ideológica, do que as Teses propõem para o futuro.

2 — Os capítulos II e III, na parte da análise geral da conjuntura nacional, são falhos por não terem feito um estudo aprofundado da situação real dos trabalhadores das cidades e do campo (político, econômico e social), falhas essas, que acabaram dando uma característica apologética ou tróica, como bem fixaram Pedro Pomar e M. Grabois.

3 — Na tese nº 63, letra b, quando define que os portadores dessa tendência, não compreendem que a contradição entre a classe operária e a burguesia só pode ser resolvida numa etapa posterior à revolução...

4 — Na tese nº 63, letra b, quando define que os portadores dessa tendência, não compreendem que a contradição entre a classe operária e a burguesia só pode ser resolvida numa etapa posterior à revolução...

Escreva mais adiante:

O materialismo inclui, por si mesmo, o espírito do Partido, obrigando-nos em qualquer análise dos acontecimentos, a colocarmos-nos direta e francamente, do ponto de vista de um determinado grupo social — o da classe operária. E mais: — Não se trata de adaptar os fatos a tal ou qual tese dialética, mas pelo contrário, encontrar a dialética dos próprios fatos, nos quais ela se manifesta sempre de maneira peculiar.

A necessidade é inseparável do universal.

Se sabemos, pela prática, que as lutas salariais não resolvem os problemas econômicos das massas trabalhadoras já que a inflação tudo devora, como poderíamos reprimir as lutas salariais e taxá-las de economicismo, impedindo, assim, o desenvolvimento da política das massas?

4 — A falta de ligação entre o trabalho parlamentar — federal, estadual e municipal, e o trabalho partidário organizacional, não tem sido encarado como uma das debilidades do Partido, que não tem aproveitado as possibilidades legais, para transformá-las em realidade.

5 — Palavras-de-ordem como emendas de reforma agrária, embelezamento de empresas nacionais, revelam uma posição antirevolucionária, evolucionista como bem define Stalin: — o movimento é evolucionista quando elementos progressistas continuam trabalhando espontânea e diariamente, introduzindo pequenas transformações quantitativas na velha ordem de coisas; torna-se ele revolucionário, quando os mesmos elementos se unem, se concentram de uma só ideia e se lançam contra o campo inimigo, para extirpar a velha ordem de coisas...

6 — Sabemos que com a ilegalidade, pioraram as condições de luta, enquanto não se empregaram os meios legais, os quais, por sua vez, eram tão amplos e se expandiram tanto, que estão sendo ainda mal aproveitados. Os quadros do Partido já não chegam para os trabalhos, faltando tempo e pessoal para as tarefas que se acumulam e provocam a desorganização. Contraditariamente, a ilegalidade do Partido permanece, com as inconcebíveis medidas restritivas à liberdade de pensamento, de reunião, associação, etc., asseguradas na carta magna brasileira, e inconstitucionalmente derogadas por uma lei ordinária.

7 — Em essência, o que pretende a reação é colocar-nos a rubeolado da burguesia, com a finalidade de manter a qualquer preço a situação política, econômica e de defesa dos interesses presentes e de grupos capitalistas.

8 — Justificar-se uma posição socialista, com a presença de um único grupo numa frente única nacionalista, para combater o imperialismo estrangeiro, é o mais puro idealismo, pois é um sonho a quem quer que seja, para defender os seus interesses e os de seu grupo. Mas não há um passo sequer além daqueles que permitem seus interesses, se não forem arrastados por forças maiores. Não podemos esperar desprezivelmente por parte da burguesia, pois sabemos que combateremos juntos até onde os nossos interesses se fundam em os deles. Os nossos apoia a eles é porque há coincidência de interesses entre nós, eles e os interesses do povo — que é a libertação do nosso povo de jugo do imperialismo estrangeiro. Será, pois, exclusivamente nosso e desprezível, ao mesmo tempo, e nosso apoio a eles. Sabemos, naturalmente, que expulsos e imperialismo norte-americano e folgado a um situação, os aliados de hoje, tornar-se-ão nossos inimigos de amanhã, já que os seus interesses contradizem-se com os interesses das massas, a qual a reforma defende.

As contradições entre nós devem e podem ser superadas. As contradições entre nós e eles, não! E muito menos as contradições entre nós, eles e o imperialismo norte-americano.

Isso devemos deixar bem claro e patente. E isto, é ao meu ver, a maior falha que reside nas Teses. Além de se fazer a apologia do desenvolvimento, — termo em voga — sem reconhecer que o desenvolvimento do atual governo não tem sentido revolucionário marxista, mas simplesmente evolucionista ou revolucionário-burguês.

É preciso fixar-se que o atual desenvolvimento, está beneficiando, em grande escala, aos trustes internacionais, aos capitalistas nacionais e ao fisco governamental, do que aos trabalhadores e às classes médias, que sofrem as maiores agruras, resultantes da política econômica vigente. O nacionalismo nada mais é que o aquecimento das contradições existentes entre as classes sociais brasileiras que vivem a sua renda, tomada ou diminuída, em favor dos mais poderosos.

Quanto a nós, vemos a espolição das massas trabalhadoras, a criação das nossas riquezas, a decapitalização do país e a dependência da nação aos Estados Unidos.

Dada a complexidade da conjuntura e a complexidade do material apresentado nas Teses para Discussão, a exigência do tempo disponível, torna-se necessário a contribuição de todos, por menor que seja, a fim de tomarmos o caminho mais acertado possível, na consolidação do Partido, como partido revolucionário e o partido das massas.

Encerramento do Debate

A comissão responsável pela «Tribuna de Debate» comunica a todos os companheiros que, de acordo com as normas estabelecidas para a presente discussão, o prazo para recebimento dos artigos e cartas destinados a publicação expira no dia 29 de julho.

Prestes Contrariou o Termômetro: Transmitiu Calor ao Povo Gaúcho

(Conclusão da 16ª pág.)
zes, promotores e advogados locais, fazendo o elogio do caráter democrático de nossa magistratura. Ainda no Fórum, foi entrevistado pela Rádio Cultura, que além de transmitir na hora, gravou a entrevista para retransmiti-la à noite.

Noite fria, corações quentes

Um banco à frente do que estávamos no avião que nos tirou de Bagé e deixou em Livramento, viajava a srta. Edda Loges, «Miss» Rio Grande do Sul. Saltou antes de nós, e a multidão que se encontrava no aeroporto aplaudiu-a, fazendo-me rezear que sua presença pudesse atrapalhar a recepção ao «Velho». Mas quando ele surgiu no topo da escada e alguém gritou «Viva Luiz Carlos Prestes», o foguetório espocou, a massa deslocou-se em sua direção, e fiquei com um pouco de pena da linda moça, mais linda ainda em seu desamparamento.

A caravana, uma vintena de automóveis, rumou direto para a Prefeitura, e lá entrou incorporada, aos «vivas», obrigando o prefeito Camilo Giler (PTB) a refugiar-se numa sala com Prestes, onde, num sofá sob enor-

mes retratos de Lott, Jango e Juscelino, puderam conversar.

— É uma honra receber um patriota como o senhor — afirmou o prefeito.

A palestra girou em torno dos problemas eleitorais, ressaltando-se a unidade existente entre os trabalhadores, principalmente os comunistas e trabalhistas.

— Já ouvira falar das proezas congelantes do minvano. Nessa noite — 23 para 24 de junho, considerada a mais longa e mais fria do ano — constatei que esse vento é capaz de fazer tremer todos os órgãos internos da pessoa. Pois bem, foi exatamente nessa noite, com o minvano oprando o gelo do Uruguai para cá — que em Livramento a gente vai andando por uma rua e, quando menos espera, saiu do Brasil e está caminhando no Uruguai — Prestes fez seu comício naquela fronteira. Carga de quatro mil pessoas, irritante o corpo, a alma em fogo, ouvimos o «Cavaleiro da Esperança» esboçar um panorama vivido de nossas condições de vida e quais os caminhos a seguir, a eleição de Lott-Jango um deles, para melhorá-las.

— Pela primeira vez na história

da escolha dos nomes para os principais postos eletivos do país surgem espontaneamente do povo, acima das manobras e conchavos das cúpulas, e mesmo contra esses conchavos e manobras que tentam entravá-las, duas candidaturas que podem unir os trabalhadores, os nacionalistas, o povo inteiro, em defesa de seus interesses e contra os interesses dos monopólios estrangeiros. É nosso dever assegurar uma vitória esmagadora da chapa Lott e Jango no próximo 3 de outubro — declarou, ante o entusiasmo da multidão.

E se não passou de quatro mil o número de assistentes ao comício, foi porque a Rádio Cultura, com sua transmissão, permitiu aos mais fiorentes o conforto de ouvir em casa o que lhes dizia Prestes.

«Somos muito mais cristãos...»

— Somos muito mais cristãos, com nossos sentimentos de fraternidade e união, que alguns desses senhores que vestem balina para criar divisão e fazer provocações.

Prestes referia-se, com aplausos da multidão, ao padre de Uruguiana que, pelo rádio, andou concitando os fiéis e não compareceram ao comício do dia 24. A resposta, o povo deu na Av. Presidente Vargas, praça Argentina, comparecendo em cerca de 10.000 pessoas, quase um quarto da população da cidade. A rádio Charrua transmitiu para o interior o «meeting».

Depois do comício, que terminou perto das onze horas da noite, o líder comunista foi homenageado com um coquetel na Confeitaria Campana, por iniciativa de pessoas de todos os grupos e tendências, inclusive líderes paristas locais, com o comparecimento de mais de cem uruguiaenses.

Depois de alguns discursos, pediu a palavra um membro do PRP, de Novo Hamburgo, que saudou Prestes, confessando-se seu admirador. Lá pelas tantas, afirmou: — Senti-me pequenino e abalado diante da grandiosidade da festa que foi o comício. E, após ouvir as palavras de Prestes, conclamo todo o povo a votar em Lott, mesmo ignorando qual a posição que será tomada pelo meu Partido.

Câmara parou

A Câmara Municipal de Porto Alegre suspendeu temporariamente sua sessão do dia 27, segunda-feira, especialmente para que os vereadores pudessem encontrar-se com Prestes.

Todos os vereadores presentes à casa dirigiram-se ao Gabinete da Presidência, onde o submeteram a intenso bombardeio de perguntas sobre questões da atualidade nacional e internacional, principalmente as próximas eleições de 3 de outubro. Prestes, procurando evitar todas as arestas criadas no ambiente de parlamentares de vários partidos antagonizados na luta necessária, expôs as opiniões dos comunistas a respeito do assunto, recebendo, ao fim da palestra, inúmeras palavras elogiosas das edis, alguns dos quais confessaram-se seus admiradores.

Com o comício realizado dois dias antes na capital gaúcha — no largo da Azenha — completava sua excursão pela terra natal, onde deixou um rastro de otimismo, almejando para a chapa nacionalista grande número de novos votos.

Rádio Moscou

A Rádio Central de Moscou está transmitindo diariamente para o Brasil, uma emissão diurna de 13,30 às 14 horas, hora do Rio de Janeiro, pelo comprimento de onda de 16 metros, nas freqüências de 17,78 megacíclos a 17,88 megacíclos.

Como anteriormente, a emissão principal da Rádio de Moscou para o Brasil continua sendo das 19 às 21 horas, hora do Rio de Janeiro.

Podereis ouvi-la diariamente no comprimento de onda de 16 metros, nas freqüências de 17,82 megacíclos a 17,88 megacíclos.

Em 19 metros, nas freqüências de 15,10 megacíclos a 15,44 megacíclos.

E, em 25 metros, nas freqüências de 11,79 megacíclos a 12,02 megacíclos.



Eles constroem

Brasília: Madrasta Dos Candangos

Reportagem de JOSÉ ALBERTO SILVA

Milhares de candangos, pioneiros da construção de Brasília, vivem hoje miseravelmente, à margem da mais moderna capital do mundo, sem terem onde morar, comendo e dormindo ao relento como se fossem animais selvagens.

O candango, cantado em prosa e verso como o herói anônimo da construção de Brasília, é, em sua maioria, um homem condenado a viver longe da família, da mulher e dos filhos, até que o Presidente da República ou prefeito do novo Distrito Federal enfrente com seriedade o problema da moradia para os trabalhadores pobres.

O candango, com a impetuosidade que caracteriza o homem do Norte e do Nordeste do Brasil, começou a resolver por suas próprias mãos a questão de sua residência. Conseguindo um caminho carregado de madeira velha, lá vai ele em direção às terras situadas nas redondezas de Brasília, dentro ou fora do Plano Piloto, para construir, com autorização de um mandado-chuva qualquer da Novacap, o seu barraco, o abrigo e sua família. A notícia de um homem e de seu barraco levantado em qualquer parte das terras do Planalto se propaga imediatamente. Dá-se, então, o fenômeno denominado

O candango vive hoje na expectativa de um futuro sombrio. Muitos deles, já já não encontram trabalho na Nova Capital, vêm sendo esmorrçados de seus barracos e jogados na rua com suas famílias, que passam a olhar melancolicamente a monumental obra que construíram.

a «invasão»: centenas de candangos, sozinhos ou acompanhados de suas famílias, começam a seguir o mesmo roteiro. Em poucos dias, um novo baldo de gente pobre está plantado em Brasília. Esse é um aspecto do drama da habitação para os candangos da Nova Capital. O outro salta-se pelo seu caráter trágico, e é marcado pela brutalidade da polícia que investe impietosamente contra essas aglomerações humanas, derrubando os seus barracos e expulsando os seus moradores que passam novamente a perambular pela cidade, olhando os luxuosos edifícios que se constroem com o dinheiro dos inslutos, dinheiro do trabalhador, mas onde não podem morar.

Arbitrariedades

Há poucos dias, na Vila Amaury, os seus habitantes foram intimados a se mudarem para o Núcleo Bandeirante, situado nos terrenos do referido instituto, sob a promessa de que ali poderiam ficar sossegados. Muitos atenderam à intimação. Alguns, entretanto, permaneceram na Vila Amaury, pois não acreditavam nas promessas das autoridades. Parece que advinhavam. Dias depois, quando já haviam derrubado as grandes árvores, limpa-

dos os terrenos, aberto dezenas de barracos e levantado mais de três mil barracos, surge uma nova intimação dos srs. Israel Pinheiro, prefeito, e Osmar Soares Dutra, chefe de polícia, ordenando que os candangos se mudassem da «invasão» do IAPI para uma outra já autorizada, em Taguatingá.

Odisséia

A autorização para transferência dos candangos para Taguatingá foi levada por um membro do PSD, de nome Dimas. Novamente os candangos se puseram em movimento, derrubando os seus barracos dos terrenos do IAPI para levantá-los em Taguatingá. Levados pela nova promessa de sossego, os trabalhadores levantaram mais de dois mil barracos nos novos terrenos, onde pensavam conseguir realmente um pouco de tranquilidade, uma vez que a área por eles ocupada estava fora dos limites do Plano Piloto. Mas a sua peregrinação não havia terminado. Uma nova ordem de mudança lhes é levada por uma guarnição da polícia. A paciência dos candangos passava por uma dura prova, e já se estava esgotada. Eles negaram-se a uma nova mudança, mas a polícia não permitiu que se construíssem nenhum outro barraco na referida localidade. Enquanto isso, milhares de candangos continuam ao descoberto, comendo e dormindo ao relento como bichos.

Campos de concentração

Mas não é apenas negando abrigo aos trabalhadores e a suas famílias que Brasília se apresenta como a madrasta cruel dos candangos. A polícia, com sua contumaz violência, encarrega-se de tornar mais triste e miserável a existência dos candangos, que se empenharam com toda a sua energia e despendimento na construção da mais bela e moderna capital do mundo. Trabalhadores são frequentemente presos pelo fato de serem surpreendidos sem a Carteira Profissional, e mantidos vários dias num verdadeiro campo de concentração, situado em Paranoá sob a denominação falsa de Colônia Agrícola. Na Colônia, que o povo apelidou de «papuda», os trabalhadores presos injustamente são submetidos a um regime de trabalho forçado que se inicia às 5 horas da manhã e só vai terminar às 7 horas da noite. O operário Osmani Cardoso, empregado da Construtora Bita Ltda, esteve preso durante 15 dias, porque estava sem os seus documentos, e submetido a todos os vexames e violências. Assim vai Brasília, voltando às costas aos milhares de candangos, que lhe deram vida.

Sergipanos na batalha salarial

Os trabalhadores na indústria de fabricação e tecelagem de todo o Estado de Sergipe encontram-se empenhados na campanha pela conquista de um aumento salarial de 30% sobre os níveis atuais. Outras categorias, entre as quais a dos comerciários, bancários e gráficos também estão voltados para o movimento em defesa de melhores salários. A atividade dos sindicais sergipanos vem se caracterizando nestes últimos meses por uma intensa movimentação dos trabalhadores em defesa de melhores salários e contra a carostin da vida, sendo que os ferroviários, estivadores, pedreiros, marceneiros e professores já conseguiram aumenta-



Mas não tem onde morar

Hoje o que existe na Nova Capital é uma preocupação indistintiva: a das autoridades locais de afastar do Planalto, e afastar de modo cruel e de humano, os construtores da mais moderna cidade do mundo.

Tribuna de Debate

Perspectivas Leninistas Para a Revolução Brasileira

(Conclusão da 14ª pág.)

de uma contingência dos países atrasados ou subdesenvolvidos. Trata-se a rigor, de uma prévia limpeza do terreno, a fim de que a luta de classe dos trabalhadores se processe de modo mais nitido, desta vez contra a burguesia e no sentido do socialismo. Lenin ensinava que, no seu desenvolvimento superior, a etapa democrático-burguesa se combina com a etapa socialista.

A este respeito, as insuficiências das Teses não particularmente sensíveis quando se focaliza a questão agrária. Em artigo publicado no «Proletário», n.º 16, de 14-9-1905, Lenin advertia quanto à dupla tarefa que, relativamente a esse problema, se oferece ao nosso trabalho e ao erro que cometeria um marxista em simplificar a ou comprimi-la em «uma única e simples tarefa» (Obras Completas, tomo IX, pág. 22, Editorial Cartago-Buenos Aires).

Ora, no item 17, as Teses afirmam: «No proletariado brasileiro distinguem-se várias camadas. A diferença principal é a existente entre o urbano e o rural.» (grifo nosso). As Teses, infelizmente, não se abalaram a explicar em que consiste essa diferença principal. Lançaram a afirmativa sem a menor demonstração. E tal omissão não nos parece de somenos importância. Se a análise, que faltou, fosse levada a efeito, teríamos um resultado oposto. Isto é, teríamos mais semelhanças, parentescos, identidades, do que desigualdades e dissimelhanças entre os dois proletariados — o urbano e o rural. Quem ensina o marxismo? Ensinava que os assalariados constituem uma classe única, típica do momento histórico em que surge e se desenvolve o capitalismo. Se as Teses admitem que já existe um proletariado rural, implicitamente estão admitindo que o capitalismo já penetrou na agricultura brasileira, que nesta já se formou uma burguesia rural.

O campo russo, apesar de seus fortes resquícios feudais, oriundos da servidão, também apresentavam em 1905 esta particularidade. Daí o motivo porque Lenin, com uma insistência que durou anos, chamou a atenção para a dupla tarefa que os bolcheviques tinham a enfrentar em relação ao problema agrário: «Apoiamos o movimento camponês porquanto é um movimento revolucionário-democrático. Preparamo-nos (agora mesmo, imediatamente) a lutar contra ele quando começa a atuar como movimento reacionário anti-proletário. Toda a essência do marxismo está nesta dupla tarefa, que só quem não compreenda o marxismo pode simplificar e comprimir numa única e simples tarefa». E no mesmo artigo: «No movimento camponês haverá sempre adiantamentos reacionários, e do adiantado nós lhe declaramos guerra. O antagonismo de classe entre o proletariado agrícola e a burguesia rural é inevitável, e nós o denunciamos antecapadamente, o explicamos e nos preparamos a lutar nesse terreno. Um dos motivos desta luta pode ser muito bem a questão de saber a quem e como entregar as terras confiscadas. E nós não obsecuremos esta questão, não prometemos a partilha igualitária, a «socialização» etc. Ao contrário, dizemos: então lutaremos outra vez, voltaremos a lutar, lutaremos num novo terreno e com outros aliados; então estaremos incondicionalmente ao lado do proletariado agrícola, de toda a classe operária e contra (grifo de Lenin) a burguesia rural.»

Lenin antecipa, igualmente, que «a revolução democrática começaremos a passar, em seguida, e precisamente na medida de nossas forças, das forças do proletariado consciente e organizado, à revolução socialista». Frizava ainda: «Somos partidários da revolução ininterrupta. Não estacaremos na metade do caminho.» (Obras citadas, págs. 225, 226).

Estes ensinamentos, pelo seu valor teórico geral — o que vale dizer, estratégico — não devem ser esquecidos no momento em que examinamos o problema agrário brasileiro, suas vinculações de classe e suas perspectivas.

Que concluir de isso tudo? Concluir que não preconizamos nenhuma aventura, mas sim instamos a que se distingam as fases diversas na agricultura de nosso país: uma, de caráter latifundiário pré-capitalista; outra, de caráter capitalista já bem definido (compreendendo pequenas, médias e até mesmo grandes propriedades, altamente concentradas, não poucas das quais já entraram mesmo no estágio da mecanização). A primeira fase justifica plenamente a palavra de ordem democrático-burguesa da partilha. Dirige-se essa palavra de ordem, de preferência aos siltantes arruinados, aos arrendatários que cultivam as terras de outrem, a certas camadas de parceiros que podem tornar-se pequenos proprietários. A segunda, interessando ao proletariado agrícola (colonos das fazendas de café, peões, camaradas, enxadeiros, operários das usinas de açúcar, etc.) já ultrapassa a etapa pequeno-burguesa da revolução e propõe a elementos econômicos e sociais do avanço para o socialismo. É esta a perspectiva leninista.

Conhecemos o nosso trabalho, imediatamente, tendo em vista a primeira fase, que se integra assim na luta antimonopolista, democrático-burguesa. Julgamos altamente indispensável este comportamento político. Mas não desprezamos, em momento algum, o sábio conselho de Lenin: não estaquemos na metade do caminho desde que percorrido, e bem percorrido, o primeiro trecho da jornada.

Ainda, para terminar, uma sugestão, e um lembrete. Me parece sumamente estranho que nos itens referentes à reforma constitucional preconizados no item 31 das Teses, não constem a abolição do Senado e a abolição dos impostos indiretos. O quadro das reivindicações apresentadas nos parece tímido e insuficiente, se não juridicamente inadequado. Com efeito, de todos os incisos sugeridos, apenas o de direito de voto para os analfabetos, soldados e cabos das forças armadas, se inscrevem realmente nos objetivos de uma reforma constitucional, pois os demais pertencem ao âmbito da legislação ordinária. Se fôssemos nos ater apenas aos itens referidos, a rigor, a reforma constitucional deixaria de ter finalidade.

No que se refere à abolição dos impostos indiretos, será que não constou por esquecimento? Ou será que não constou para não se apresentar uma reforma tributária, na qual a burguesia nacional e os setores de latifundiários — com os quais tanto se quer fazer aliança — teriam de arcar com a parte maior dos impostos? Continuamos os tributos a serem arrancados do povo, através dos impostos indiretos, mesmo com um governo nacionalista e democrático?

Não temos a pretensão de haver esgotado todos os aspectos controversos das Teses. Nosso intuito foi apenas abordar os temas fundamentais, aqueles que nos pareceram de atualidade mais premente, de sentido político mais atuante. Empenhamo-nos em corrigir formulações duvidosas ou espúrias, acisar omissões indesculpáveis. Para tanto, apelamos para as lições de grandes mestres, como Lenin e Mao-Tse-Tung, mas sempre tendo bem presente a realidade brasileira, seu momento histórico, suas peculiaridades (caminho pacífico) e os pontos de contato que ela indiscutivelmente tem com as revoluções de outros países.

O nosso sincero desejo é cooperar, na medida de nossas forças, para que o Partido vença, sem maiores abalos, a luta ideológica estabelecida em seu seio. Somos marxistas e não liberais burgueses. Procuramos aplicar ao Brasil, em toda a sua latitude, a crítica do materialismo dialético. Por isso é que afirmamos e reafirmamos: a linha justa é a linha leninista mesmo!

NA TERRA DO PAMPA

Prestes Contrariou o Termômetro: Transmitiu Calor ao Povo Gaúcho

De LUIZ FERNANDO
Enviado especial de NOVOS RUMOS

A «tournée» previa quatro cidades do Rio Grande do Sul — Bagé, Livramento, Uruguaiana e Porto Alegre. Mas já em São Paulo, primeira escala do «Convair», Prestes mal teve tempo de tomar um cafézinho e foi abordado por dois jornalistas locais para rápida entrevista em torno da sucessão presidencial.

Atável, sempre disposto a cumprir à risca os programas traçados pelos companheiros das cidades por onde passou, o Capitão — capitão, general, marechal, ou o simples camarada, são alguns dos títulos concedidos pelo carinho popular ao líder comunista brasileiro — teve na terra do pampa, uma semana de intensa atividade político-eleitoral, o descanso reduzido a poucas horas de sono.

Centenas de cumprimentos bageenses

O mau tempo, frio intenso com chuvas, impediu a realização do comício previsto para a quarta-feira, 22, na cidade onde nasceu, segundo os gaúchos, as mais belas brasileiras — Bagé. Para substituí-lo, foi organizada uma assembleia em recinto fechado, no auditório da Rádio Difusora Voz de Bagé, com 350 cadeiras. Ocupadas todas, mais umas 150 pessoas comprimiram-se de tal forma no salão, que o repórter, atrasado, levou uns dez minutos para alcançar a mesa. Impossível entrar mais gente, uma pequena multidão aglomerou-se em volta dos alto-falantes que, do prédio, dirigiam-se para a rua.

Muitos perguntam por que não apoiamos Jânio Quadros, que começou sua vida política ao lado dos comunistas, lutando pela paz e as liberdades, e que promete o retamento de relações com a União Soviética, e apoiamos o marechal Lott, que é contra o retamento e contra a legalidade do PCB. Mas nós conhecemos bastante a trajetória da maioria dos ditadores da América Latina. Começam ao lado do povo, abandonando-o ao alcançar os postos executivos. Jimenez da Venezuela, Balista de Cuba, Frondizi da Argentina, eis alguns exemplos. Em Buenos Aires há uma embaixada soviética. Mas não é isso que caracteriza o governo do sr. Frondizi. O que o caracteriza é a entrega do petróleo argentino aos trustes norte-americanos, é a política do Fundo Monetário Internacional. E seria essa, sem dúvida, a política de Jânio Quadros na presidência da República.

Quando os aplausos serenaram, Prestes pode continuar:

Os comunistas sabemos sempre abrir mão de todo exclusivismo, abandonar todos os ressentimentos pessoais, para atender às exigências e necessidades do povo, da pátria. O marechal Teixeira Lott é um anti-comunista. Mas, a 11 de novembro, comandado pelo Ministro da Guerra, o exército brasileiro, ao contrário do que comumente fazem os exércitos da América Latina tomando posições em defesa do imperialismo e contra o povo,

soube garantir a legalidade e impedir o golpe das forças reacionárias. Precisamos agora, à frente da Nação, de um patriota honrado. E o marechal o é.

Após alertar a massa contra as tentativas continuadas que dia a dia se acentuam, frisando que só pode haver continuidade com o respeito à Constituição, com a ditadura, Prestes conclamou:

Em torno dos nomes do marechal Lott e do sr. João Goulart é que podemos unir todas as forças nacionalistas. Não poupemos esforços para assegurar sua vitória eleitoral e, com isso, dar novos passos para libertar o Brasil do jugo dos monopólios estrangeiros, limitando a remessa de lucros para o exterior, nacionalizando a produção e a distribuição da energia elétrica, fortalecendo a Petróbrás, e para introduzir no campo medidas de reforma agrária, para barrar a carestia de vida.

Depois do discurso, a assistência presente dirigiu algumas perguntas a

Prestes, notadamente em relação às reformas no campo, à inflação e ao perigo de uma terceira guerra mundial.

Encerrado o ato, bem umas duzentas mãos vieram apertar a do líder comunista, havendo mesmo dificuldades para que ele saísse do auditório. Pelos comentários do dia seguinte, todos os habitantes da cidade que possuíam um aparelho de rádio ouviram a transmissão da assembleia, aplaudindo tanto quanto os presentes.

Ainda em Bagé, Prestes foi recebido na Municipalidade pelo prefeito, dr. João Batista Fico (PTB), com quem manteve palestra amistosa sobre os problemas locais e nacionais de nosso povo e sobre a campanha sucessória. Na casa em que se hospedou, foi visitado pelo vice-prefeito, pelos dirigentes da UBA (União Bageense de Agricultores), e por várias personalidades e inúmeras pessoas simples da terra.

Em visita ao Fórum de Bagé, Prestes demorou-se em conversa com juízes (Conclui na 15ª pag.)



Recebido oficialmente pela Câmara Municipal de Porto Alegre Prestes demonstra que agora só falta a legalidade formal de seu partido. Na foto recebendo cumprimentos do líder do PTB e do presidente da Casa.

Legal e oficial



Nunca está só

Admirado por todo o povo brasileiro por sua luta infatigável pelo desabrochar da vida que realmente merecemos, seguido de milhões de pessoas que no mundo inteiro esposam suas idéias, Prestes é um homem que nunca está só. Onde quer que chegue, como em Bagé, (foto) é sempre cercado pelo carinho de todos que dele conseguem aproximar-se.

NOVOS RUMOS



Flôres para um fundador

No cemitério de Rivera, cidade uruguiaiana ligada à nossa Livramento, o líder comunista depositou uma coroa no túmulo de Santos Soares, um dos que, em 1922, fundava o Partido Comunista do Brasil.



«Nem no frio você cre...»

Como o personagem do samba de Noel, o «Cavaleiro da Esperança» demonstrou a intensa gáudio que se precipitou sobre Uruguaiana e, cabeça descoberta — acha que não fica bem falar ao povo da cidade — disse suas palavras à maior multidão, segundo os habitantes locais, que já se reuniu a um comício na praça pública da Argentina pelo rio Uruguai. O povo, firme e aquecido pelas palavras ardentes de seu líder, não arrepiou-se da praça enquanto a festa não terminou completamente.